

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

Raisa Ramoni Rosa

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS EM FLORIANÓPOLIS:
uma análise pontual do Programa de Capacitação Museológica

Florianópolis (SC)

2020

Raisa Ramoni Rosa

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS EM FLORIANÓPOLIS:
uma análise pontual do Programa de Capacitação Museológica

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
em Museologia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof.a Dr.a Thainá Castro Costa
Figueiredo Lopes

Florianópolis (SC)

2020

Raisa Ramoni Rosa

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS EM FLORIANÓPOLIS:
uma análise pontual do Programa de Capacitação Museológica

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Museologia aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 16 de dezembro de 2020.

Prof.a Thainá Castro Costa Figueiredo Lopes, Dr.a
Coordenadora do Curso e Orientadora da Pesquisa

Banca examinadora:

Prof.a Letícia Borges Nedel, Dr.a
Universidade Federal de Santa Catarina

M.e Luiz Fernando Mizukami
Sistema Estadual de Museus de São Paulo - SEM/SP

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha família, que me proporciona diariamente um ambiente de paz e alegria, contribuindo positivamente para o andamento de todo processo. Agradeço pela paciência, pelas palavras, conversas em todas as refeições, pela companhia, participação e pela força que me transmitem.

Aos amigos incríveis que a museologia me deu ao longo do curso, que sempre me apoiaram, incentivaram e me inspiram: Alex Padilha, Fernanda do Canto, Fernanda Moretto, Sônia e Rogério Satil.

À Prof^a Thainá pela paciência, confiança e respeito ao meu tempo e ao meu processo. Pelo incentivo ao tema e pelas palavras que me acalmavam a cada reunião de orientação. Mas também agradeço pelas aulas ao longo do curso, pelo respeito, assim como a todos os professores que tive o privilégio de conviver ao longo desses anos. Não poderia ter escolhido um curso melhor para me proporcionar as transformações que tive.

Um agradecimento especial à secretária do departamento Eliza, sempre muito atenciosa e prestativa com todos.

Agradeço ao Maurício Rafael e à Renata Cittadin, que de início já se mostraram interessados no tema e em participar da entrevista, me fazendo seguir confiante com minha escolha. Foram peças-chave no desenvolvimento das políticas públicas para museus no estado e imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Às instituições selecionadas que participaram da pesquisa e responderam ao questionário aplicado, contribuindo para que os resultados alcançados fossem satisfatórios.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, pela liberdade, acolhimento, momentos e transformações que me foram proporcionadas dentro daquele ambiente. Sempre foi um sonho fazer parte disso, e parablenzo a todos que lutam pelo ensino superior gratuito e de qualidade, para que mais pessoas continuem tendo a mesma oportunidade.

Por fim, e não menos importante, agradeço a mim mesma, porque é preciso reconhecer todos os nossos esforços!

RESUMO

O estudo investiga a eficácia do Programa de Capacitação Museológica (PCM), oferecido pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) entre os anos 2011 e 2014, através da análise pontual em três instituições museais da Grande Florianópolis: Museu do Lixo, Casa da Memória e Museu Histórico Municipal de São José. Se trata de uma pesquisa quali-quantitativa, que buscou não só coletar mais informações sobre o campo museal em Florianópolis, assim como contribuiu para o banco de dados das instituições museais selecionadas, como buscou levantar importantes informações que fortalecem o campo museal na cidade e ajudam a compreender melhor as instituições selecionadas, com suas especificidades e seus desafios. Com base nas lacunas encontradas no Cadastro Catarinense de Museus (CCM), foram elaboradas questões através de um questionário aplicado às instituições selecionadas, sendo possível, ao final da pesquisa, coletar informações específicas de cada instituição. Para além desta metodologia e, para ajudar a compreender melhor as políticas públicas para museus em Florianópolis, também foram aplicadas entrevistas por escrito com o responsável pelo SEM/SC, e outros dois convidados atuantes no campo museal catarinense, que contribuíram para a implementação do PCM no estado. Tendo uma proposta inicial de fazer uma análise das ações do PCM nas instituições escolhidas, os resultados obtidos possibilitaram a compreensão mais ampla da situação dos museus da Grande Florianópolis e da real atuação do poder público, apresentando um panorama nacional que vem historicamente se consolidando e interrompendo em diversos momentos o desenvolvimento cultural em todo país. A pesquisa também vem como uma contribuição, às poucas que foram feitas até então, relacionadas às políticas públicas para museus no estado, sendo mesmo assim, até então, de número insuficiente para compreender os processos que vêm sendo desenvolvidos.

Palavras-chave: programa de capacitação museológica; políticas públicas para museus; campo museal catarinense; museologia UFSC.

ABSTRACT

The study investigates the effectiveness of Museological Training Program , offered by Santa Catarina State Museum System between years 2011 to 2014, through punctual analysis in three institutions museal in the Big Florianópolis: Garbage Museum, House of Memory and São José Municipal Historical Museum. It is a quali-quantitative research, that sought not only to collect more information about museal field in Florianópolis, as well as contributed to the database of the selected museological institutions, how it sought to raise important information that strengthens the museum field in the city and helps to better understand the selected institutions with its specificities and challenges. Based on the gaps found in the Santa Catarina Museums Registration, questions were elaborated through a questionnaire applied to the selected institutions, being possible, at the end of the research, to collect information specific to each institution. In addition to this methodology and, to help better understand public policies for museums in Florianópolis, written interviews were also carried out with the person responsible for Santa Catarina State Museum System and two other guests active in the Santa Catarina museum field, who contributed to the implementation of the Museological Training Program in the state. Having an initial proposal for make an analysis of the actions of the Museological Training Program in the chosen institutions, the results obtained made it possible to understand a broader understanding of the situation of museums in Greater Florianópolis and the real performance of the public authorities, presenting a national panorama that has coming historically been consolidating and interrupting at various times cultural development across the country. The research also comes as a contribution, of the few that have been made so far, related to public policies for museums in the state, being even so, until then, of insufficient number to understand the processes that are being developed.

Keywords: museological training program; public policies for museums; catarinense museal field; UFSC museology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com a identificação das regiões museológicas.....	61
Figura 2 - Relação dos módulos pertencentes ao PCM.....	73
Figura 3 - Recorte do formulário de avaliação do PCM.....	74
Figura 4 - Relação de museus no estado de SC e quadro técnico do SEM/SC.....	86
Figura 5 - Distância entre o SEM/SC e o Museu do Lixo.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Existência de plano museológico na instituição.....	77
Gráfico 2 - Concurso público para museólogo realizado em Florianópolis nos últimos 10 anos.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pontos que precisam ser melhorados nas instituições.....	98
Tabela 2 - Redes sociais utilizadas pelas instituições analisadas.....	101
Tabela 3 - Dificuldades atuais levantadas pelas instituições analisadas.....	103
Tabela 4 - Semelhanças levantadas entre as instituições analisadas.....	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATECOR	Atelier de Conservação e Restauração de Bens Móveis
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCM	Cadastro Catarinense de Museus
CIC	Centro Integrado de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COMCAP	Companhia de Melhoramentos da Capital
COREM	Conselho Regional de Museologia
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
EMBRAFILME	Empresa Brasileira de Filmes S.A.
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FCFFC	Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNARTE	Fundação Nacional das Artes
GEOMU	Gerência de Organização e Funcionamento de Museus
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MAM-SP	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MAM-RJ	Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro
MARQUE	Museu de Arqueologia e Etnologia/UFSC
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MHMSJ	Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MPF	Ministério Público Federal
NEA	Núcleo de Estudos Açorianos

NEMU	Núcleo de Estudos Museológicos
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Organização Social
PCM	Programa de Capacitação Museológica
PESM	Plano Estadual Setorial de Museus
PNM	Política Nacional de Museus
REM/SC	Rede de Educadores de Museus de Santa Catarina
SAI	Secretaria de Articulação Institucional
SEIIC	Sistema Estadual de Informações Culturais de Santa Catarina
SESC	Serviço Social do Comércio
SEM/SC	Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNM	Sistema Nacional de Museus
SPHAN	Sistema de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Org. das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: Políticas públicas culturais e suas reflexões no campo museal catarinense	21
1.1 Cultura, Estado e Políticas Públicas: conceitos básicos	21
1.2 Trajetória das Políticas Públicas Culturais no Brasil	25
1.3 Os Museus e as Políticas Públicas	44
1.4 Sistemas de Museus	48
CAPÍTULO 2: SEM/SC e o desenvolvimento do campo museal catarinense	49
2.1 Políticas públicas culturais e o campo museal em Santa Catarina	49
2.2 O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina - SEM/SC	55
2.3 Cadastro Catarinense de Museus (CCM)	62
2.3.1 Centro de Documentação/Casa da Memória	63
2.3.2 Museu do Lixo da COMCAP	65
2.3.3 Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ	66
CAPÍTULO 3: Santa Catarina como Referência e o Programa de Capacitação Museológica (PCM)	67
3.1 Santa Catarina como Referência nas Oficinas pelo Estado	67
3.2 O Programa de Capacitação Museológica (PCM)	71
3.3 Metodologia e avaliação do PCM	73
3.4 Envolvimento das instituições escolhidas com o PCM	80
CAPÍTULO 4: Metodologia e coleta de dados	82
4.1 Sistema Estadual de Museus (SEM/SC)	87
4.2 Museu do Lixo da COMCAP	91
4.3 Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ	95
4.4 Centro de Documentação/Casa da Memória	96
4.5 Análise dos marcadores centrais da pesquisa	96
4.5.1 Formação	96
4.5.2 Acervo	98
4.5.3 Comunicação	99
4.5.4 Desafios	102
CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A: ENTREVISTA COM RENILTON ROBERTO DA SILVA MATOS DE ASSIS	115
APÊNDICE B: ENTREVISTA COM MAURÍCIO RAFAEL	118
APÊNDICE C - ENTREVISTA COM RENATA CITTADIN	122

APÊNDICE D - PERGUNTAS PARA O QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS INSTITUIÇÕES ANALISADAS	129
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO COM AS RESPOSTAS	133
APÊNDICE F - COMPARATIVO: QUESTÕES DO TCC COM O CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS (CCM) DE 2013	143

INTRODUÇÃO

A partir do ingresso no curso de museologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹, sempre surgiram dúvidas sobre como poderia atuar enquanto profissional museóloga em Florianópolis. Nascida e criada na cidade, nunca houve incentivo durante a vida, nem o hábito de frequentar museus ou centros culturais. O interesse veio com o tempo, já na faculdade, primeiro por acreditar que seria um dever a cumprir, enquanto futura museóloga, e passar a frequentar estes espaços, e com o tempo houve uma introdução automática, ocorrendo hoje em dia de forma natural e curiosa.

Ao longo da graduação, questões como “*O que você vai fazer como museóloga em Florianópolis?*” ou mesmo “*Você vai precisar sair do país para arranjar emprego né?*”, se tornaram constantes e ao mesmo tempo intrigantes. Só depois de muitos momentos de inquietudes e até mesmo passando por pensamentos de desistência do curso, é que foi tomada a decisão de, por amor à cidade, desenvolver a museologia dentro dela.

Com base nas experiências enquanto cidadã, mas também como estudante de museologia, foi possível conhecer algumas das instituições da cidade, e inevitavelmente, observar e refletir sobre o que é passado como “ideal” para esses espaços, dentro da sala de aula. Tendo a consciência de que, existe dentro de uma instituição museológica, uma dimensão que não se tem conhecimento, enquanto público, mas que justifica aquilo que se pode contemplar, seja em forma de exposição, ou uma ação educativa, por exemplo. Existe uma gestão por trás destas instituições, que atua diretamente sobre elas, e que faz ou não, com que tudo seja possível.

Dentro de uma cidade turística, mas que não se tem a chamada “cultura de museus”, foi escolhido trabalhar o tema relacionado às “políticas públicas culturais aplicadas em museus de Florianópolis”. De início já foi possível perceber que, somente ao analisar o tema “políticas públicas culturais” se tornaria algo muito amplo, e então foi feito o recorte necessário, para que o foco da pesquisa fosse o campo museal de Florianópolis, e produzir um conteúdo que fosse relevante para o campo museal na cidade.

Segundo Rafael (2017), são poucos os estudos sobre o campo museal catarinense que permitam constatar de que forma ocorre a sua relação com o Estado, e como se dá essa configuração. Em sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade de São Paulo, utiliza do recorte nos âmbitos estadual e federal para entender

¹ No decorrer da pesquisa irei me referir à Universidade Federal de Santa Catarina através da sigla UFSC.

melhor sobre as políticas públicas direcionadas aos museus, e os impactos causados no campo museal em Santa Catarina. Na presente pesquisa, o objetivo é analisar a nível municipal três instituições museológicas selecionadas.

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC)², é um órgão vinculado ao Governo do Estado de Santa Catarina, e é responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas para o campo cultural no estado. O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC)³, que está vinculado à FCC, foi criado em meados da década de 1980, oficialmente constituído em 1991 e reformulado em 2006, influenciado pelas ações da Política Nacional de Museus (PNM/2003), que tinha em sua criação o objetivo de atingir sete eixos programáticos como norteadores das ações a serem desenvolvidas:

1. Gestão e configuração do campo museológico;
2. Democratização e acesso aos bens culturais;
3. Formação e capacitação de recursos humanos;
4. Informatização de museus;
5. Modernização de infraestruturas museológicas;
6. Financiamento e fomento para museus;
7. Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

O SEM/SC se trata de uma rede organizada, baseada na adesão voluntária, que reúne e articula as instituições museológicas no Estado de Santa Catarina. Visa principalmente a coordenação, articulação, mediação, qualificação, fortalecimento e a cooperação entre os museus, focando principalmente na capacitação dos agentes atuantes em museus e instituições afins⁴.

Dentro das ações desenvolvidas pelo SEM/SC, dá-se destaque ao Programa de Capacitação Museológica (PCM)⁵, projeto que contemplava o eixo 3 da Política Estadual de Museus (formação e capacitação), e dava continuidade, por meio de uma nova configuração às ações de capacitação para profissionais de museus, que já eram tradicionais em Santa Catarina. O PCM foi oferecido entre os anos 2011 à 2014, de forma progressiva, tendo como objetivo principal oferecer formação específica e continuada, em médio prazo, para os

² No decorrer do trabalho, sempre que me referir à Fundação Catarinense de Cultura irei utilizar a sigla FCC.

³ No decorrer do trabalho, sempre que me referir ao Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, irei utilizar a sigla SEM/SC.

⁴ Informação retirada da página do SEM/SC. Disponível em: <https://bit.ly/2ErIFLZ>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

⁵ A partir daqui, sempre que me referir ao Programa de Capacitação Museológica, irei utilizar a sigla PCM.

profissionais atuantes em museus do estado. A gestão dessas atividades couberam totalmente ao SEM/SC, e seus objetivos eram:

- a) Qualificar os profissionais atuantes em museus, por meio de um procedimento ascendente de capacitação, sobre temáticas pertinentes ao campo museal catarinense;
- b) Democratizar o acesso aos cursos, de forma a replicar os módulos em todas as regiões;
- c) Criar condições para o estabelecimento de uma rede de contatos e trocas de informações entre os participantes;
- d) Auxiliar os museus partícipes no desempenho de suas distintas funções técnicas e sociais (FCC, apud RAFAEL, 2017, p.77)

Este Programa dividia-se em sete módulos temáticos (oficinas), com o intuito de instrumentalizar os profissionais que desenvolviam trabalhos em instituições museológicas, porém ainda não tinham formação específica no campo da Museologia. Até o ano de 2014 foram executados seis módulos, sendo que cada um deles ofertados, paralelamente, em diferentes regiões museológicas catarinenses, e atendendo 155 museus em diferentes períodos (RAFAEL, 2017).

Junto com o PCM e, para entender melhor a realidade das instituições museais do estado, o SEM/SC criou o Cadastro Catarinense de Museus (CCM), que foi lançado em 2013, atendendo ao eixo de gestão do Plano Setorial de Museus. Através de formulários aplicados e recolhendo informações de instituições museológicas do estado, sua finalidade principal foi constituir-se como uma ferramenta de coleta de informações que possibilitasse a avaliação da atuação e da produção de conhecimento sobre os museus catarinenses. Além do Cadastro, o SEM/SC também é responsável pela publicação do Guia de Museus de Santa Catarina, onde qualquer cidadão pode ter acesso⁶, e de onde partiu a ideia inicial desta pesquisa.

A partir de visitas de cunho acadêmico realizadas durante o período de graduação, foram selecionadas para esta pesquisa três instituições que constam no CCM, sendo todas de natureza administrativa público municipal. A proposta foi analisar o reflexo das ações do PCM sobre as mesmas:

- Centro de Documentação/Casa da Memória, localizada no centro de Florianópolis, por sua relevância documental para a cidade, através do acervo composto de registros sociais e culturais⁷, abrigando o Arquivo Histórico Municipal;
- O Museu do Lixo da COMCAP⁸, localizado no bairro Itacorubi, pela sua especificidade enquanto museu, que se diferencia de todos e ainda cumpre seu papel

⁶ Disponível para download em: <https://bit.ly/3ezl9x6>. Acesso em 06 de nov. de 2020.

⁷ Informações retiradas da página Cotidiano UFSC. Disponível em <https://bit.ly/320gahZ>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

⁸ Centro de Valorização de Resíduos Sólidos (CVR) da Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap).

social, servindo como base para as ações educativas oferecidas pelos funcionários da Autarquia e servindo de referência para a educação ambiental de estudantes de diversas regiões; e

- O Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ, localizado na região continental, mas que faz parte da Grande Florianópolis. Além de ser o primeiro prédio tombado como patrimônio do município de São José, antes de mudar sua função para abrigar o Museu, abrigou a Guarda Nacional, serviu de residência para a família Ferreira de Mello, Escola Militar, Casa de Comércio, senzala e cavalaria, justificando assim sua importância para o campo museal da cidade, mas principalmente para a comunidade em seu entorno⁹.

Pretende-se com a pesquisa, tornar possível uma análise sobre o impacto e o alcance das ações oferecidas pelo SEM/SC através do Programa de Capacitação Museológica (PCM), e verificar como foram ou mesmo são aplicadas nestes espaços pelo seu corpo técnico. Além de ter a oportunidade de levantar pontos faltantes e até mesmo específicos sobre as instituições em questão. A partir do levantamento de dados, acredita-se também estar contribuindo para o banco de dados do próprio SEM/SC, ao responder questões como: Qual foi o envolvimento destas instituições com as oficinas oferecidas durante os primeiros anos do PCM? De que forma estas instituições implementam os conhecimentos adquiridos? Quais são as deficiências que ainda não foram solucionadas, de acordo com as atuais necessidades de cada instituição? Ou ainda, é possível desenvolver museologia em Florianópolis?¹⁰

Tal escolha se deu, também, por interesse pessoal em desenvolver e gerar conteúdo relevante sobre essas importantes instituições, que lidam com acervos, memórias, identidades e políticas públicas. Mas também da vontade de contribuir para os dados do SEM/SC e também fomentar a pesquisa sobre museus e políticas públicas culturais na cidade. Acreditando que, ao final da pesquisa, será possível conhecer, mesmo que, uma pequena parte da sua realidade museológica.

Em se tratando de uma pesquisa multidisciplinar, de abordagem empírica, onde se pretende obter dados quali/quantitativos. Para alcançar os objetivos e gerar os dados esperados, o método de análise foi a coleta de dados através da elaboração e aplicação do questionário de forma online às três instituições selecionadas, de forma que torna-se

⁹ Informações retiradas do site da Prefeitura de São José. Disponível em <https://bit.ly/2ZXNuEL>. Acesso em 27 de junho de 2019.

¹⁰ Esta pergunta se torna ampla, pois a prática museológica não está atrelada somente às instituições. De qualquer forma, enquanto estudante de museologia, sinto a falta destas práticas em outros meios, assim como reconheço a falta de comprometimento do Estado para com as instituições museais da cidade.

compreender as lacunas existentes no Cadastro de Museus que, sendo aplicado inicialmente de forma generalizada às instituições, principalmente por falta de recursos humanos, não torna possível, somente a partir dele, fazer um estudo mais aprofundado sobre as instituições museais do estado, impedindo assim de conhecê-las em sua totalidade. Também foram aplicadas entrevistas por escrito com o responsável pelo SEM/SC e outros dois atores importantes para o desenvolvimento do campo museal em Santa Catarina, e que também fizeram parte da equipe do Sistema no primeiro período em que o PCM foi oferecido no estado.

Para atingir os objetivos, a partir da leitura do CCM e verificado as lacunas existentes, foi criado um questionário multidisciplinar, através da plataforma Google Forms, e aplicado às três instituições escolhidas. Ao final do trabalho foi elaborado um quadro comparativo com informações que mostram as semelhanças entre as instituições, a partir de suas dificuldades, como um resumo conclusivo das informações coletadas.

Para a formulação das perguntas do questionário, primeiramente foi feita uma análise das perguntas do CCM, no intuito de recolher dados das instituições que já constam no banco de dados do SEM/SC. Após esse primeiro momento, já tendo percebido através da análise dos dados quais pontos ficaram faltantes no Cadastro, ou ainda, sobre as instituições em questão, foi possível observar alguns pontos específicos para serem melhor abordados.

Quanto à contribuição ao SEM/SC, está relacionado aos dados gerados a partir da aplicação de questionário às instituições, visando contribuir para as informações sobre as mesmas que, até então, constavam apenas no CCM. Além de fornecer um retorno sobre o reflexo de suas ações oferecidas através do Programa (PCM), coordenado pela equipe técnica do SEM/SC. Acredita-se que, ao aplicar o questionário, além de gerar dados quali/quantitativos, poderá ser observado o trabalho de todos os envolvidos.

Para introduzir o leitor ao tema e dar uma base teórica sobre todos os conceitos trabalhados nesta pesquisa, o trabalho foi dividido em quatro capítulos, com alguns subcapítulos em cada um deles. No primeiro capítulo discorre-se sobre o conceito de cultura e políticas públicas culturais, trazendo o tema para entender melhor como este campo se desenvolve no Brasil e em Santa Catarina, e ainda, a sua relação com os museus. Ao final do capítulo é falado sobre a formação dos Sistemas de Museus, para então apresentar o SEM/SC no capítulo seguinte, bem como sua trajetória e relação com a política pública de museus no estado.

O segundo capítulo, irá abordar o SEM/SC e o desenvolvimento do campo museal catarinense. Também será falado sobre o Cadastro Estadual de Museus, onde as três

instituições museológicas escolhidas estão cadastradas, assim como uma breve apresentação das mesmas, destacando suas características históricas e sociais.

O terceiro capítulo tem como objetivo trazer o histórico das oficinas de capacitação museológica que já vinham sendo oferecidas no estado antes mesmo do Sistema aplicar o PCM, e também o momento após o Programa, para verificar até que ponto se deu o envolvimento das instituições escolhidas.

O quarto e último capítulo, é dedicado à coleta de dados a partir das ferramentas criadas para a pesquisa, transformando os resultados em um quadro de informações para possibilitar uma melhor análise comparativa, relacionando o envolvimento das instituições nas oficinas de capacitação com a atual situação das mesmas, além de possibilitar outras conclusões, a partir de toda leitura e verificação histórica do Brasil, sobre as políticas públicas para museus em Florianópolis.

CAPÍTULO 1: Políticas públicas culturais e suas reflexões no campo museal catarinense

1.1 Cultura, Estado e Políticas Públicas: conceitos básicos

As diversas vertentes sobre o conceito de cultura, procuram explicar o significado do termo em sua dimensão sociológica, antropológica e etnográfica. Segundo a concepção de Edward Tylor, citado em Laraia (2001, p.02), cultura em seu sentido etnográfico, é “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

Em seu sentido antropológico, “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p.02).

Já em sua dimensão sociológica, cultura “não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los (BOTELHO, 2001, p. 3).

O universo da dimensão sociológica geralmente obtém maior atenção das políticas culturais, que acabam por deixar o plano antropológico relegado ao discurso. Isto se dá pelo fato de que a dimensão sociológica é composta por um circuito organizacional específico, mais visível e palpável, um universo institucionalizado como “[...] campo privilegiado pelas políticas culturais, já que possui uma visibilidade concreta” (BOTELHO, apud OLIVEIRA, 2007, p. 46).

constitui tarefa difícil dar uma definição de cultura, mas pode assentar-se em que cultura envolve tudo quanto tem significado espiritual e, simultaneamente, adquire relevância coletiva. Refere-se ainda a tudo que se reporta a bens não econômicos, bem como a tudo que tem que ver com obras de criação ou de valorização humana, contrapostas às puras expressões da natureza (MIRANDA, 1996, p.253).

No contexto da sociedade moderna, é necessário salientarmos que a cultura também é responsável direta pela integração entre povos, diminuição das desigualdades sociais, criação de postos de emprego, bem como pela valorização de identidades outrora enxergadas como não importantes (NASCIMENTO & ALVES, 2019, p.85).

As sutis diferenças de conceitos envolvendo o termo cultura, evidencia a complexidade da discussão sobre o tema e, ao mesmo tempo, a percepção de que os três conceitos se complementam. É de imaginar portanto que, tão complexo quanto a teoria, se torna na prática, entender o papel do Estado em elaborar políticas públicas que deem conta da

demanda da sociedade, conforme a mesma se modifica. Levando em conta que, da mesma forma que a sociedade se desenvolve, com ela também ocorrem as mudanças culturais, seguindo seu processo natural e dinâmico.

O relacionamento do Estado com a sociedade, e com os diversos campos organizacionais que dela fazem parte, se dá através da formulação e implantação de um sistema de decisões “que se traduz em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar ou manter a realidade de um ou vários setores da vida social, através da determinação de fins últimos, objetivos e estratégias de atuação”, ao que se denomina política pública (SARAVIA, apud OLIVEIRA, 2007, p.45).

Segundo Canclini (2001, p.65), políticas culturais se trata de um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e, obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social”.

Teixeira Coelho (1997, p.292) afirma que as políticas públicas de cultura servem para “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável”; considera ainda a política cultural, como uma “ciência da organização das estruturas culturais” que tem como objetivo “o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam”.

Segundo Rubim (2006), a transversalidade do campo cultural, perpassa todas as áreas da vida social, tais como economia, comunicação, direito, comportamento, diversidade, política (trans) nacional, e exige das políticas culturais uma articulação capaz de romper as fronteiras da dimensão sociológica da cultura.

A relação do campo estatal com o campo cultural, inserido na sociedade civil, se dá por meio das políticas governamentais de cultura [...] (BARBALHO, 2018, p.244), ou políticas culturais. E para promover ações sociais efetivas, neste sentido, portanto, é preciso um trabalho dedicado e interdisciplinar, próprio para o setor, visando a garantia de direitos culturais ao indivíduo.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, em seu primeiro artigo descreve que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Em seu artigo número 27, trata do direito que todo ser humano tem à cultura.

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

A Constituição Federal brasileira, no bojo das suas atribuições e pautada nesta Declaração, assegura em seu Artigo 215 um conjunto de normas que garante a democratização do acesso aos direitos culturais, tais como: o direito autoral; o direito à liberdade de expressão, da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação; o direito à preservação do patrimônio histórico e cultural; o direito à diversidade e identidade cultural; e o direito de acesso à cultura (ALVES & NASCIMENTO, 2019, p.72). Além disso garante o apoio e incentivo à valorização e a difusão das manifestações culturais, sendo estas protegidas teoricamente no artigo 216, onde esclarece os aspectos reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro.

O Estado, segundo Oliveira (2007), entra como um dos principais agentes influenciadores nos campos organizacionais. Apoiado na definição de Estado por Vieira¹¹ (apud OLIVEIRA, 2007, p.30), como “uma rede formada por várias organizações que mantêm relações mútuas de dependência, que compartilham o mesmo sistema de valores e estão sujeitas ao mesmo sistema regulatório”.

Ainda segundo Oliveira (2007, p.18), "organização pode ser uma instituição em referência a um espaço geográfico ou a outras organizações e não ser em outras circunstâncias". Estão "sujeitas a procedimentos e estratégias de gestão, que vivem num mundo composto por milhares de outras organizações e operam através de trocas simbólicas e materiais com o ambiente no qual estão inseridas" (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Neste sentido, as organizações tendem a conformar-se às regras do Estado que “[...] é responsável pelo planejamento, implementação e avaliação das políticas culturais. Tem função primordial na equalização dos distintos interesses e lógicas que estão presentes no campo” (OLIVEIRA, 2007, p.13)¹².

Estudos relacionados à políticas públicas ajudam a compreender o papel do Estado e o seu tamanho na sociedade contemporânea, isso significa observar a lógica da interação entre Estado e sociedade, identificar a relação existente entre os diversos atores sociais e compreender a dinâmica da ação política. O contexto de formação das

¹¹ VIEIRA, Marcelo M.F.; CARVALHO, Cristina A. ; SILVA, Rosimeri C. **Influence du contexte institutionnel dans le champ des musées et théâtres de deux régions du Brésil Working paper.** 2007.

¹² No que se refere ao campo museal, portanto, é também o principal gestor das instituições museológicas.

políticas públicas é marcado pelo embate de interesses e conflitos por vezes subliminares (OLIVEIRA, 2014, p.01).

O Estado pode ser visto como “o poder político que se exerce de forma concentrada, autônoma e soberana sobre um povo e um território, através de um conjunto de instituições, um corpo de funcionários e de procedimentos regulamentados” (FLEURY, 2001, p. 9). Além de ator (poder político institucionalizado), o Estado é também arena, um campo estratégico de luta, “no qual os diferentes atores se enfrentam e se reconstituem como sujeitos políticos” (FLEURY, 2001, p. 9).

No campo da cultura, o Estado (federação, estados e municípios) atua orientado pelas diretrizes de sua política cultural, que compreende um programa de intervenções que podem ser realizadas, tanto pelo próprio Estado, quanto por instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários “com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (REIS, 2007, p. 140). Mas como descreve Canclini (2005, p.78), uma política cultural não se restringe à atuação governamental. Ela envolve, além do Estado, a interlocução e participação efetiva da sociedade civil.

Estado faz parte do conflito existente entre as classes sociais, e por isso é necessário destacar que ele não deve ser entendido como uma entidade em si mesmo, mas sim como uma relação de forças entre classes, que se manifesta de maneira específica e privilegia as relações sociais, possuindo a todo o momento interesses e alianças estratégicas (OLIVEIRA, 2014, p.02).

Nas palavras de Barbalho, o autor cita Bourdieu ao definir o Estado como meta, estando este acima de outros poderes. “É lugar de integração, fiador dos conflitos sociais” (BOURDIEU apud BARBALHO, 2018, p.244). O laço entre o campo do poder e o Estado se dá pelo fato de os agentes do primeiro disputarem o controle sobre o segundo [...] (BARBALHO, 2018, p.244). Ainda segundo Barbalho (2014, p. 189), em um outro trabalho publicado, “compreender uma política pública de cultura é levar em consideração os necessários cruzamentos de interesses entre agentes do campo cultural e político e aqueles que integram ambos simultaneamente”.

Desta forma, assim como lembra Mendonça (2007, p.06), de acordo com a visão de Gramsci, a cultura é algo inseparável da política, logo, também do Estado. E neste sentido, reafirma que as lutas de classe atravessam tanto a sociedade civil quanto a instância governamental.

Partindo destes conceitos, e analisando a ligação do Estado com a cultura, é possível verificar a importância que tem a participação da sociedade civil na construção das políticas

públicas. Mas também é preciso ter em mente que, para que ocorra esta participação, deve haver abertura, espaço e estratégias sendo oferecidas e mediadas pelo poder do Estado.

Para debatermos a relação entre Estado e cultura é necessário pensar o que definimos como sendo cultura e que concepção de Estado possuímos, como imaginamos seu funcionamento e o destino de suas políticas [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.62).

1.2 Trajetória das Políticas Públicas Culturais no Brasil

Como dito anteriormente, a dimensão sociológica de cultura, ou seja, aquela que é criada para algum fim específico, ou ainda, que acontece através de uma produção elaborada e de forma a obter um resultado intencional, acabou tendo ao longo da história no Brasil uma maior atenção por parte das políticas públicas até 1980. A partir de então começaram a ser desenvolvidos estudos que possibilitaram compreender melhor os desafios e a importância de se estabelecer uma política de cultura em um país que se caracteriza por ter cantos culturais tão diversos.

Rubim (2007, p. 2), identificou em seus trabalhos alguns eixos que marcaram a história das políticas de cultura no Brasil. E os define como “tristes tradições”, sintetizando-os em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade.

A vinda da família real para o Brasil, em 1808, é destacada por autores como o marco inicial da história das políticas públicas culturais no país. Indiretamente, ou sem muitas estratégias que visavam o coletivo, “A coroa, preocupada em produzir na colônia o ambiente e os valores europeus que a Corte estava habituada, desenvolve durante todo o século XIX uma série de ações na área da cultura que indicaram uma clara opção pelo aperfeiçoamento do artista [...]” (OLIVEIRA, 2007, p.53).

Ainda no século XIX, através da família real, são criados os primeiros museus no país. Em 1815 D. João VI criou a Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios para guardar seu acervo trazido de Portugal, e que mais tarde viria a se transformar na Escola Nacional de Belas Artes, sendo uma das primeiras instituições nacionais nos moldes acadêmicos, no período imperial, que sobrevive à ruptura para o período republicano.

Mesmo que indiretamente, naquele primeiro momento foi o início da organização e prática de uma política de cultura no Brasil. À sua forma, os atores da época buscavam representar a nação brasileira, ou ao menos a que deveria ser reconhecida como tal, de acordo com os interesses da corte, que no intuito de colonizar a sociedade, seguiu uma lógica de promoção de cultura aos que poderiam acessá-la. Os museus desempenham papel

importantíssimo nesse processo, servindo ao longo dos anos como um instrumento ideológico, utilizado na busca da consolidação de uma identidade nacional.

Nos anos 1920 surge o movimento modernista, composto por jovens intelectuais que segundo Feijó (1992), estavam preocupados em diminuir as distâncias culturais, e tinham seus esforços na tentativa da “democratização da cultura através da aproximação entre “cultura popular” e “cultura erudita” (FEIJÓ, 1992, p. 54).

Paralelo ao movimento modernista presente no Brasil, existia o anti-modernismo, representado institucionalmente pelo Museu Histórico Nacional (MHN¹³), através da figura pública de Gustavo Barroso enquanto diretor do Museu, criado em 1922, ao qual foi diretor até o ano de 1959¹⁴.

Enquanto diretor do MHN, Barroso foi também responsável pelo projeto de Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), que seguiu como um departamento funcionando dentro do Museu entre os anos de 1934 e 1937. O projeto, em sua teoria, visava o levantamento, fiscalização e catalogação dos monumentos nacionais, reconhecidos como herança histórica material, de origem barroca, construída no período imperial e escolhidos para representar a cultura brasileira. No final das atividades do projeto e, conforme relatórios, pode ser verificado que passou a ser um projeto pessoal do próprio Barroso que, por seu prestígio intelectual e político-social, e por ser um homem letrado e com muita articulação, conseguiu pegar para si a responsabilidade do Estado, e autorizado pelo mesmo, em definir o que seria reconhecido e preservado à nível nacional.

A Inspeção inaugura a institucionalização da preservação do patrimônio nacional, tendo em vista ser o primeiro órgão criado para esta finalidade. [...] diretamente vinculada aos discursos e projetos da década de 1920, que tinham como preocupação evitar que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades (RANGEL, 2012, p.107).

Após investir todos seus esforços e orçamento, que seria destinado ao projeto de reconstrução da Vila Rica (atual Ouro Preto/MG), que Barroso defendia ser a cidade que melhor representava a cultura brasileira, baseada em sua arquitetura tipicamente colonial e indo contra qualquer intervenção modernista¹⁵, com o tempo sua autoridade nacional, que era representada pelo MHN, começou a ser reconhecida por diversas camadas da sociedade, que

¹³ A partir de agora a repetição da sigla MHN se refere ao Museu Histórico Nacional.

¹⁴ Entre os anos de 1930 e 1932, Barroso é afastado do cargo por divergências políticas com o governo federal da época, assumindo em seu lugar o historiador Rodolfo Garcia.

¹⁵ Sendo o próprio projeto de centralização de poder em suas mãos uma demonstração de sua repulsa pelas ondas modernistas.

começaram a cobrar determinadas questões relacionadas à proteção do patrimônio nacional, tanto em Ouro Preto como em outros locais do país.

Enquanto os modernistas assumiam uma postura de vanguarda na busca da identidade nacional, a partir da valorização estética do patrimônio histórico e artístico, Barroso fazia parte de uma ala mais conservadora, que se apegava aos vestígios do passado como forma de cultuar os homens ilustres e os grandes feitos da nação. Essa incompatibilidade de olhares e perspectivas sobre os monumentos nacionais levou a uma disputa pela institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro, da qual os modernistas, que acabaram por gerir o SPHAN, saíram vencedores. [...] iniciou-se o processo de esquecimento da Inspetoria (RANGEL, 2012, p.107).

A situação fez com que Barroso perdesse a disputa narrativa para os modernistas, dando espaço para estes executassem seu projeto de preservação do patrimônio cultural por outros moldes, diferente do que vinha sendo feito na gestão de Barroso, entretanto, não menos seletivos ou elitistas.

Para Mario Chagas (2009), “a morte da Inspetoria não ocorreu por problemas técnicos de falta de especialização ou de pouca amplitude geográfica, mas por embates de poder, por disputa de projetos de memória. A corrente de pensamento e prática patrimonial que Gustavo Barroso representava foi derrotada politicamente pela corrente modernista, [...]” (CHAGAS, 2009, p. 47).

Apesar das diferenças ideológicas e conceituais perceptíveis entre os grupos, encontramos como elo unificador o processo de musealização do patrimônio brasileiro (RANGEL, 2012, p.104).

Entre os intelectuais que estavam à frente do movimento modernista, Mário de Andrade se destaca por sua atuação junto ao Departamento de Cultura do município de São Paulo e por suas preocupações com a salvaguarda do patrimônio cultural nacional (FEIJÓ, 1992). Mais tarde, em 1930, se junta a Rodrigo Mello Franco de Andrade e Gustavo Capanema, responsáveis por esboçar o Sistema de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a primeira lei de tombamento (Decreto-Lei no 25) relacionada à proteção deste patrimônio.

O SPHAN era um antigo projeto de Mario de Andrade, elaborado em 1936, posto em prática por Gustavo Capanema enquanto Ministro da Educação e Saúde. Pode-se dizer que Mario de Andrade foi o primeiro grande ator do avanço do pensamento sobre políticas públicas no Brasil, mesmo que suas ideias não tenham sido postas em prática em um primeiro momento. Entretanto, outros atores que ocuparam posições privilegiadas no governo, ao longo da história do país, trouxeram suas idéias numa espécie de reciclagem, adaptando-as para a realidade da época.

[...] Gustavo Capanema, que como ministro da Educação e Saúde deu ênfase às questões culturais, em especial ao patrimônio. Em 1937 ele coloca em prática o projeto de Mário de Andrade, de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (mais tarde denominado IPHAN), que já naquela época articulava o patrimônio num sentido amplo, que envolvia, além do acervo histórico e artístico de pedra e cal, o que hoje se designa como “patrimônio imaterial” (MOISÉS, 2001).

Desde a década de 1920, os intelectuais modernistas vinham realizando uma forte campanha em favor da preservação das cidades históricas, em especial daquelas pertencentes ao ciclo do ouro em Minas Gerais (CALABRE, 2007, p.02). Mas o discurso dos “modernistas” à frente do SPHAN era voltado para a democratização do acesso aos bens culturais, mas na prática, as ações ficaram limitadas à valorização do patrimônio de origem européia (OLIVEIRA, 2007, p.55).

Após o golpe de estado de 1930, em que Getúlio Vargas ocupa a Presidência da República pela primeira vez, o mesmo se junta a Capanema e cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, onde se concentra as ações do governo relacionadas ao campo cultural. Segundo Oliveira (2007, p.55), “a percepção da necessidade de construção de uma identidade nacional faz com que o governo se aproxime de intelectuais na busca da elaboração de uma cultura nacional que negue o regionalismo em prol da brasilidade”. Temos então a continuidade por parte da maior instância governamental do país em identificar, estabelecer e buscar o reconhecimento de uma cultura nacional.

A gestão inauguradora de Vargas/Capanema cria uma outra e difícil tradição no país: a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais. Ela irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira das políticas culturais nacionais (NASCIMENTO & ALVES, 2019).

Por mais que tenha sido um marco do pensamento sobre os cuidados ao patrimônio, e significar algo novo e importante para o campo cultural no Brasil, representando naquele momento um reconhecido avanço na concepção de políticas públicas, ainda se focava muito na proteção do patrimônio edificado, na sua maioria inspirados pela arquitetura européia, construídos ainda no período colonial. Ainda não se tinha uma concepção institucionalizada sobre as culturas presentes no país, ou mesmo sobre as diferenças entre elas. As atividades culturais ainda continuavam sendo feitas e pensadas para as elites da época.

No final dos anos 1940 e nos anos 1950 surgem os primeiros museus voltados para as artes na América Latina, sendo eles o Museu de Belas Artes, criado em 1937, o Museu de Arte de São Paulo (MASP), de 1947, o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), ambos de 1948. Os três últimos museus foram viabilizados por investimento privado, decorrente da presença de empresários estrangeiros no país e do fortalecimento dos grupos da imprensa (SANTOS, 2004).

Estavam sendo deixadas para trás as décadas fundamentadas no desenvolvimento nacional, com um projeto nacional e por uma burguesia também nacional. No pós-guerra, o jogo das forças internacionais tem suas regras alteradas e o capitalismo passa a propor o desenvolvimento transnacional ou associado (OLIVEIRA, 2001, p.18).

Este investimento privado sem nenhuma participação do Poder Público nos anos 1940 e 1950 vai fortalecer a constituição da indústria cultural no país, através do desenvolvimento de companhias cinematográficas e dos grandes conglomerados de comunicação (CESNIK; BELTRAME, 2005).

Vale lembrar que este período coincide com o final da Segunda Guerra Mundial, em que houve uma grande expansão nas discussões sobre a preservação do patrimônio edificado e, ao mesmo tempo, na economia mundial. É nesse contexto que, em 1951, ocorre a Semana de Arte Moderna em São Paulo, com a primeira Bienal do país, inspirada nos moldes de Veneza e buscando instituir um novo modo de fazer arte no Brasil.

A Bienal foi mantida, desde sua primeira edição, através de investimento privado, primeiramente pela “elite política, econômica e cultural do país” (OLIVEIRA, 2001, p.18), e com o passar do tempo com a inserção de empresas privadas que uniam seus interesses pela arte e pelo desenvolvimento da área, atrelados ao prestígio de ter seu nome vinculado ao mega-evento, visto que a repercussão era à nível internacional.

Naquele momento, realizar uma bienal significava colocar a cidade de São Paulo no patamar das práticas sociais vividas pelas nações modernas. A bienal nasce, portanto, como um produto cultural construído a partir das relações entre determinados produtores culturais, instituídos a partir de relações sociais. Essas práticas sociais envolvem a vida econômica, o cotidiano da metrópole, a formação de uma nação tipicamente moderna e a intenção de acompanhar as práticas metropolitanas internacionais (OLIVEIRA, 2001, p.19).

O período democrático de 1946 a 1964 é marcado pela ideologia desenvolvimentista, que tem na criação de Brasília sua representação concreta. O Estado ainda é o principal ator do campo da cultura e os intelectuais modernistas continuam influenciando o campo, especialmente na definição dos conceitos de cultura e patrimônio cultural (SIMÕES, 2006).

No entanto, algumas ações pontuais aconteceram e não podem ficar isoladas: em 1953 ocorreu a instalação do Ministério da Educação e Cultura; as universidades públicas expandiram-se nacionalmente; campanha de defesa pelo folclore; criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); além da atuação de instituições não estatais que tiveram impacto sobre a atuação do estado brasileiro e sobre a cultura como um todo; criação dos Centros Populares de Cultura da União Nacional de Estudantes (1961); o Movimento de Cultura Popular, primeiramente em Recife (1960) e depois em Pernambuco (1963); e a

Escola Superior de Guerra, a qual balizou os ideários golpistas que ajudaram a culminar no golpe de 1964 (RUBIM, 2007, p. 18-19).

Após o golpe civil-militar de 1964, o governo dá uma identidade nova à forma como vinha sendo tratada a cultura no país. Ele passa a ditar o que deve ser visto pela população, e usa dos artifícios da tecnologia e as possibilidades de comunicação da época para implementar seus projetos. É neste momento em que pode ser conhecida a expressão “cultura de massa” como um produto da indústria cultural, que se utilizava de aparelhos como rádio e televisão para disseminar informações do seu interesse.

No início da ditadura, a cultura passou a ter um viés mais midiático com o surgimento de órgãos ligados às telecomunicações. Se, por um lado, isso foi um ponto positivo para a área do audiovisual e empresas do ramo, a exemplo da Rede Globo, por outro, foi um entrave por causa da censura imposta pelo regime militar (NASCIMENTO & ALVES, 2019, p.81).

Na época, artistas buscavam uma forma de militância através de sua arte. Cantores faziam letras como protesto ao regime implantado, que não permitia a plena liberdade de expressão por conta da censura. Com o tempo, essa estratégia do governo viria a se tornar o combustível necessário para o reconhecimento da sociedade sobre o seu direito de existência, de pertencimento e de expressão.

Não se pode negar que, mesmo que os modernistas pertencessem à uma classe social privilegiada da sociedade brasileira, suas ações contribuíram positivamente para o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, que começou a ser tratada com mais atenção e passou por diversos processos e transformações. Houve o período da ditadura e de lutas de movimentos sociais que eram contrários às decisões do governo, e que surgiram inclusive como resposta às suas ações. Estes grupos contribuíram para a tomada de decisões que atravessaram os interesses do Estado, aumentando a dimensão de patrimônio nacional, material e imaterial, sua interpretação, e conseqüentemente o que, e como deveriam ser preservados.

A difusão dos meios de comunicação aliados à censura implantado pelo regime militar, ditavam através das mídias de massa¹⁶ o que o povo deveria ver, ouvir e tomar conhecimento. A informação nunca foi tão valiosa.

Ainda não era uma política pública da qual o Brasil era merecedor, e o desinteresse maior ainda parecia vir do próprio Estado. Assim foi gerada uma efervescência sobre grupos

¹⁶ Mídia significa o conjunto dos meios de comunicação, entre eles revistas, jornais, rádios, livros, cinema, internet e principalmente a televisão. O termo “mídias de massa” se refere àquelas informações geradas por diferentes meios de comunicação, e que chegam a uma grande quantidade de receptores ao mesmo tempo, ou constantemente, agindo com grande poder sobre os mesmos.

que não queriam se calar, muito menos ouvir só o que lhe permitiam. Apesar da censura e de toda atuação da ditadura ir contra o planejamento de uma lógica cultural, e contra a liberdade de expressão da própria sociedade, o regime criou um palco de discussões efervescentes entre os que se sentiam oprimidos, despertando ainda mais revoltas sociais que reivindicavam a liberdade expressiva e cultural do país.

“[...] acontecem manifestações políticas contra o regime, em especial dos setores médios, e existe todo um movimento cultural, uma espécie de floração tardia dos anos anteriores, hegemonicamente de esquerda” (RUBIM, 2012, p.34)

Diante da situação em que presenciamos hoje no Brasil, o que se pode constatar é que o período da ditadura foi marcante para o desenvolvimento do conceito de cultura, do direito ao acesso e, até mesmo, do direito de fazer cultura. Rubim (2007, p.105), quando se refere a este período, em que foi criada uma relação entre governos autoritários e políticas culturais no Brasil, diz se tratar de um momento que marcou de modo substantivo e problemático a história brasileira.

Passando da valorização das artes como forma de criar uma representação de cultura nacional brasileira, muito influenciada pela concepção dos modernistas, a partir da atuação de Aloísio Magalhães¹⁷, na direção do IPHAN¹⁸ entre os anos de 1979 e 1981, é que se começou a ampliar as discussões sobre políticas públicas no campo da cultura no Brasil de forma mais humana, pensando esta como essencial para a vida do indivíduo.

Aloísio Magalhães, independente de sua influência política, sempre esteve envolvido com o mundo das artes. Como para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil dependia de influência e interesse político na área, a sua permanência contribuiu para o desenvolvimento do setor. Sendo este um campo de disputas, a influência de Aloísio foi muito importante para alavancar o desenvolvimento das políticas culturais no país, renovando antigas ações dos intelectuais modernistas e ampliando o conceito de cultura por um viés mais antropológico.

O conceito antropológico de cultura já vinha sendo difundido ao longo da década de 1970, influenciado por movimentos que discutiam a situação das políticas culturais em todo o mundo, chamando a atenção para a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial,

¹⁷ Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1950. Após terminar sua graduação, ainda quando vivia na cidade, atuou como cinegrafista e cenógrafo no teatro. Com bolsa do governo francês, estudou museologia em Paris, entre 1951 e 1953 na Escola do Museu do Louvre. De volta ao Brasil, coordenou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), foi secretário de cultura do Ministério da Educação e da Cultura (MEC) e atuou na presidência do IPHAN. Com vasto conhecimento ligado às artes, adquirido ao longo de sua trajetória, além de advogado atuou como artista plástico, e é conhecido como um dos maiores designers gráficos brasileiros do século XX, sendo pioneiro na introdução do design moderno no Brasil.

¹⁸ Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional.

Cultural e Natural, realizada em Paris no ano de 1972, pela UNESCO¹⁹. Nesta convenção ocorre a definição de patrimônio cultural e natural, medidas para a proteção nacional e internacional destes patrimônios, assim como a criação do Comitê para a proteção do patrimônio e também do fundo orçamentário para tal finalidade.

A preocupação com a dimensão antropológica na consecução das políticas culturais públicas ganhou evidência, a partir da década de oitenta, nos enunciados das várias declarações e convenções elaboradas sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ao considerar a cultura pela ótica abrangente da antropologia, o relacionamento do Estado com a cultura passou a ser percebido como a expressão da própria relação entre o Estado e a sociedade (OLIVEIRA, 2007, p.47).

A Conferência Mundial do México de 1982, que resultou na Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural partiu do pressuposto de que a cultura é motor essencial do desenvolvimento. Ao conceituar desenvolvimento como sendo um processo que vai além do crescimento econômico, estando fundado no desejo de cada sociedade de expressar sua profunda identidade, aproximou-o profundamente do conceito antropológico de cultura (OLIVEIRA, 2007, p.47).

Com o tempo, preocupações relacionadas à etnografia e a arte, assim como a forma como estas eram reconhecidas, foram ganhando força, e a necessidade de discussão sobre a representação de cultura nacional veio à tona, sendo necessária a formação de uma política cultural que atendesse às demandas da época.

Em 1985, no início do governo Sarney, “com os ventos da redemocratização, é criado o Ministério da Cultura, a partir da reiterada demanda dos Secretários de Cultura dos Estados, solução que lhes parecia a mais adequada para a resolução de suas carências orçamentárias e políticas (BOTELHO, 2007, p.127). Pode-se dizer que com a criação do ministério, é a primeira grande iniciativa para implementação de uma política pública no país, tendo como legado importantes instituições que surgiram no período da ditadura, como a Embrafilme²⁰ e a Funarte²¹. Devido às inconstâncias políticas que já vinham ocorrendo no campo da cultura, os cenários favoráveis não tiveram continuidade nos governos seguintes²².

O Ministério da Cultura (MinC), “desde seu início mostrava fragilidade em sua estrutura financeira e administrativa. Como o MinC era uma instituição que não tinha como se manter ou investir na cultura, pouco tempo depois o governo criou a Lei Sarney, primeira lei

¹⁹ Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

²⁰ Empresa Brasileira de Filmes S.A.

²¹ Fundação Nacional das Artes.

²² Em 1989 a UNESCO lança o documento intitulado “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, o “que gerou uma ‘nova ordem discursiva’ e o fenômeno de âmbito global da ‘patrimonialização das diferenças’” (ABREU, 2014, p.15).

de incentivo fiscal, a qual dava ao mercado o direito de fazer investimentos na área da cultura, já que o Estado passava por uma crise financeira e precisava superá-la” (NASCIMENTO & ALVES, 2019, p.82).

Em 1990, sob o governo de Fernando Collor, o Ministério da Cultura foi extinto junto com diversos de seus órgãos.

A gestão de Collor trouxe muita conturbação para o país, e a área da cultura não escapou dos desastres que ocorreram: vários órgãos importantes foram extintos, e projetos e programas foram suspensos (NASCIMENTO & ALVES, 2019, p.82).

Segundo Moisés (2001), no governo de Fernando Collor de Mello, com perfil mais neoliberal, há uma desconstrução das políticas públicas para a cultura, gestadas nas décadas de 1930, 1970 e 1980. Esta situação, conforme Oliveira (2007) afirma, acabou “extinguindo a maioria das organizações públicas de cultura (IPHAN e FUNARTE, por exemplo), e rebaixando o Ministério da Cultura ao status de secretaria. Essa ação ocasionou a extinção de diversos programas do MinC, dentre eles o Sistema Nacional de Museus” (OLIVEIRA, 2007, p.60).

A estrutura que naquele momento era insuficiente, ficou em situação insustentável [...] Diversos projetos e programas foram suspensos [...] Entre março de 1990 e dezembro de 1991, o governo federal não realizou investimentos na área da cultura. A retirada do governo federal de cena fez com que uma maior parte das atividades culturais passassem a ser mantidas pelos estados e municípios (CALABRE, 2007, p.94).

A partir de 1992 assume Itamar Franco, que recriou o MinC, definiu outros mecanismos de financiamento específicos, como a Lei do Audiovisual e retomou o diálogo do governo com a sociedade, com a realização, em 1993, da Conferência Nacional de Cultura e a reativação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). (OLIVEIRA, 2007, p.61). Entretanto, segundo Nascimento e Alves (2019), “não houve avanços significativos que pudessem retirar o Ministério da Cultura desta depressão. Podemos citar uma iniciativa como a mais importante em seu governo: a Lei do Audiovisual (1993), cuja aplicabilidade aumentou ainda mais as renúncias fiscais, enfraquecendo a atuação do Estado, o que foi intensificado com a entrada de Fernando Henrique para a presidência em 1994” (ALVES & NASCIMENTO, 2019, p.82).

O tratamento que se teve com relação ao patrimônio durante o período do governo FHC²³, “em que se observa o destaque para a gestão liberal” (CERQUEIRA, 2018, p.06). O foco deste novo governo foi relacionar a cultura ao desenvolvimento econômico, seguindo uma onda internacional voltada para o mercado, o que alavancou o turismo no país.

²³ Fernando Henrique Cardoso. A partir deste momento, será utilizada a sigla FHC para se referir ao mesmo.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Meneses (2002) ao falar sobre as políticas públicas culturais na década de 90, menciona que “desembocou em ações orientadas para o espetáculo e que privilegiaram a lógica econômica às necessidades culturais (MENESES, 2002)”.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994–2002) o Ministério foi pouco a pouco recuperando sua presença no debate público e se esses anos foram marcados por um pesado investimento político nas leis de incentivo fiscal, eles também se caracterizaram pelo esvaziamento do papel nacional e político das instituições do Ministério da Cultura e pela repetição mecânica de pressupostos de uma política cultural democrática (BOTELHO, 2007, p. 127).

Conforme Rubim (2007, p.108), a primeira Lei de incentivos fiscais (Lei Sarney, criada em 1986), “introduzia uma ruptura radical com os modos de financiar a cultura. Em vez de financiamento direto, o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados no mercado, só que o dinheiro, em boa medida, era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal”. No governo seguinte, a Lei Sarney foi extinta, mas deu origem à outra Lei de incentivo, a Lei Rouanet, vigente até hoje, porém, passou por algumas alterações ao longo dos anos e governos²⁴.

A lógica das leis de incentivo torna-se componente vital do financiamento à cultura no Brasil. Esta nova lógica de financiamento - que privilegia o mercado, ainda que utilizando quase sempre dinheiro público - se expandiu para estados e municípios e para outras leis nacionais, a exemplo da Lei do Audiovisual (Governo Itamar Franco), a qual ampliou ainda mais a renúncia fiscal²⁵ (CAETANO, 2005).

Com ela e com as posteriores mudanças da lei Rouanet, cada vez mais o recurso utilizado é quase integralmente público, ainda que o poder de decisão sobre ele seja da iniciativa privada. A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem, entretanto, a contrapartida do uso de recursos privados [...] (RUBIM, 2007, p.108).

A diminuição de investimentos públicos diretos na cultura, aliada à política de incentivos fiscais praticada no país a partir de meados dos anos 90, tem levado os museus a introduzirem técnicas de marketing para ampliar a captação de recursos junto às empresas privadas. [...] Dentre os diversos tipos de museus, os de arte têm sido aqueles com maior poder de obter patrocínio de empresas privadas, [...] esta tendência é reforçada pela isenção de 100% concedida pela Lei Rouanet para

²⁴ Ainda segundo Rubim (2007, p.110), um estudo realizado, em 1998-99, pela Fundação João Pinheiro, indicou que a imensa maioria dos recursos da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual iam para as regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eram recursos públicos que incentivaram o desenvolvimento das próprias empresas privadas, sem muita contrapartida social por parte das mesmas.

²⁵ O que foi fundamental para a retomada do cinema brasileiro.

contribuintes que repassem recursos a projetos de exposições de artes plásticas²⁶ (OLIVEIRA, 2007, p. 27).

As leis de incentivo parecem esgotar o tema das políticas de financiamento, quando não das próprias políticas culturais. Apesar dos avanços inegáveis, com a instituição de uma política de editais para a cultura no ministério (Fundo Nacional de Cultura) e em empresas estatais, o tema ainda demanda um grande esforço para superar a lógica neoliberal que entronizou o mercado como o poder de decisão acerca da cultura brasileira. A ausência de uma política de financiamento corrói as iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura (RUBIM, 2012, p.43).

O financiamento via leis de incentivo torna-se rapidamente a modalidade predominante de apoio à cultura, muito à frente das outras formas de financiamento, pois tira a responsabilidade do Estado sobre dar a garantia desse direito à sociedade, cabendo às instituições privadas explorarem essa demanda. Isso chega ao ponto de que o desenvolvimento do marketing destas empresas por todo o país, passa a ser feito a partir de projetos bancados com dinheiro público. Além disso, os repasses eram distribuídos de forma desigual pelas regiões brasileiras, concentrando-se mais nas regiões Sul e Sudeste, visto que as outras regiões não tinham o apelo das empresas para o direcionamento de recursos.

A economia se estabelecia e as empresas enriqueciam utilizando dinheiro público para investir em si mesmas, e tudo isso acontecendo com o aval do governo a partir da criação das leis de renúncia fiscal, que funcionavam basicamente como uma forma do Estado se desprender de sua responsabilidade em garantir os direitos básicos aos cidadãos, entre eles o direito à cultura, seja na sua produção ou acesso.

Amparados pelo governo que incentiva essa visão, instituindo oficialmente em 1997 a famosa cartilha Cultura é um bom negócio, os diretores de marketing acionam teorias de marketing cultural e privatizam os critérios de escolha [...] (BOTELHO, 2007, p. 162).

Os menos favorecidos continuavam sendo negligenciados, sem acesso ao recurso necessário para o fomento de suas iniciativas, pois as decisões eram tomadas por uma minoria que facilitava o trâmite burocrático para que empresas privadas pudessem investir legalmente em si mesmas.

Segundo Oliveira (2007, p. 28), esta prática causa “a dependência cada vez maior de recursos oriundos da iniciativa privada”, causando “dificuldade na conquista de verbas para

²⁶ Evidenciando ainda um vestígio do modernismo, ou até mesmo anterior a este período, em que associava a arte (elitista) à cultura.

manutenção e ampliação dos acervos, por exemplo, uma vez que este tipo de projeto traz menos visibilidade aos parceiros”.

Em 2003 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de tratar a cultura como política de Estado, prometendo maior atenção ao eixo estruturante da cultura, relacionado com formação e identidade cultural. O Ministério da Cultura passou a ser coordenado pelo músico Gilberto Gil, que buscou implementar nos programas do Ministério projetos que privilegiassem o conceito antropológico de cultura (RAFAEL, 2017, p.40)²⁷.

O período em que Gil esteve à frente do Ministério (2003–2008), junto de Juca Ferreira como secretário-executivo, foi marcado por avanços positivos e pela busca da democratização das políticas culturais, tendo sua abrangência assumida como meta. A reestruturação do MinC dá mais credibilidade ao campo cultural, e dentro do Estado, mostra a responsabilidade que recai sobre ele.

Disposto a alterar um padrão visto como concentrador e elitista, a política implementada a partir do governo Lula nos anos 2000 procurou fundar um novo modelo de federalismo cultural. Editais públicos com desenho amplo, menos burocrático e especialmente focado em jovens artistas e grupos minoritários foram uma das estratégias adotadas para romper com o padrão invariante [...] (ESTEVINHO, 2009, p.03)

Incentivos fiscais não seriam mais suficientes. Era preciso política pública e orçamento. Sendo a gestão de Gilberto Gil marcada por grande participação da sociedade civil nas tomadas de decisões relacionadas às políticas culturais do país. Em todas as instâncias (municipal, estadual e federal), o governo procurou implementar o Programa de Políticas Públicas de Cultura. Em 2005, tendo Márcio Meira como responsável pela articulação do Sistema Nacional de Cultura²⁸ (SNC) entre os Estados, é realizada a 1ª Conferência Nacional da Cultura (CNC). Ela fazia parte das metas do Programa para seu primeiro ano de implementação.

Em 2007 com a saída de Meira como secretário para dar lugar à Marco Acco, indicado por Gil à frente do Ministério da Cultura, diminuiu o ritmo que vinha sendo dado na construção do SNC, passando o campo cultural novamente por uma descontinuidade de

²⁷ Neste mesmo ano a UNESCO organizou a Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, e no ano anterior (2002), o documento voltado para a diversidade cultural intitulado “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, e não menos importante, houve a criação pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas.

²⁸ Segundo o art. 216-A da Constituição Federal, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. É organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. Segundo Barbalho (2014, p.202), o SNC situa-se entre os programas mais ambiciosos do MinC, por institucionalizar a cultura como um sistema federativo de políticas públicas.

processos. Somente em 2009 que foi dada relevante importância novamente ao SNC, já tendo Dilma Rousseff como Presidente da República.

Em entrevista de João Roberto Peixe²⁹, concedida à Barbalho em 2014, o mesmo afirma que na época, com a saída de Meira “a questão do Sistema ficou quase que paralisada nos dois primeiros anos da segunda gestão [do governo Lula]”, e que só foi retomada quando, em agosto de 2008, Juca Ferreira assume o Ministério e Silvana Meireles³⁰ a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), mas ainda assim “em um patamar de estrutura e de condições bem abaixo do que existia no primeiro governo” (PEIXE Apud BARBALHO, 2014)³¹.

Em 2008 ocorre a aprovação do CNPC do documento “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura”. Novamente, como já havia acontecido em 2006, no período em que Meira era secretário, houve uma nova rodada de seminários pelo Brasil falando sobre a adesão ao SNC. Contudo, até o fim do governo Lula (2010), somente 363 (6,5%) Municípios e 1 (3,7%) Estado tinham formalizado sua integração ao Sistema (BARBALHO, 2014, p.195).

Em março de 2010, a II Conferência Nacional de Cultura confirma como uma de suas 32 propostas prioritárias, “Consolidar, institucionalizar e implementar o Sistema Nacional de Cultura (SNC)”. Nesse mesmo ano, o MinC elabora as “Guias de Orientações do SNC”, voltados para estados e municípios e que são disponibilizados on-line no blog do SNC (BARBALHO, 2014, p.197).

Segundo Cerqueira (2018, p.7), no governo Dilma (2011-2016) se instalou uma “crise” no campo das políticas culturais na presença da Ministra Ana de Hollanda. Indo contra a maioria do governo, ao determinar a saída de Juca Ferreira, e substituir por Ana, a atitude da presidente formou um clima de discordâncias e falta de ritmo aos projetos que vinham sendo desenvolvidos, ou até mesmo a extinção de alguns deles.

Ainda que detentora de meta-capital e do poder de nomeação, a ministra não soube avaliar o que estava em jogo e as disputas internas ao Estado e ao campo cultural e suas relações daí decorrentes (BARBALHO, 2018, p.246).

No documento “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura”, que só foi publicado pelo MinC em 2011, a então ministra da Cultura, Ana de Hollanda, no texto de apresentação assinado pela mesma, reconhece que o SNC, desde 2003, avançou, mas “também enfrentou recuos, provocados, na maioria das

²⁹ Integrante do Conselho Nacional de Política Cultural.

³⁰ Silvana Meireles foi servidora da Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação, com especialização na área de política cultural e integrou a equipe da SAI durante a gestão de Meira.

³¹ Em entrevista concedida ao autor em Salvador, em 13 de setembro de 2013.

vezes, pelas incertezas sobre a melhor forma de organizar as novas atribuições do poder público na área da cultura” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011, p.13). Por sua vez, Peixe, que assume a SAI na gestão de Hollanda, apontava, entre os desafios para a implantação do SNC, a descontinuidade administrativa e a competição no interior do próprio governo (BARBALHO, 2014, p.197).

Em 2011, no governo Dilma, e com Ana de Hollanda como Ministra da Cultura, a SAI passa por uma reformulação na qual, significativamente, a implantação do SNC passa a ser seu foco principal. É também sintomático que Roberto Peixe, que estava à frente do SNC como Coordenador Geral de Relações Federativas e Sociedade da SAI, assumia a Secretaria. Este momento configura-se, portanto, como um marco no sentido do Sistema voltar a ocupar uma centralidade entre os projetos do Ministério, lugar que já tinha ocupado no primeiro governo Lula, durante a passagem de Meira e sua equipe (BARBALHO, 2014, p.197).

A Ministra Ana de Hollanda (2011 - 2012), teve sua gestão marcada inicialmente pela reformulação do MinC. Foram definidas 53 metas para o Plano Nacional de Cultura e a aprovação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que institucionalizou a relação entre as três instâncias para a definição de políticas culturais e repasses de verbas. O Plano tinha como intenção nortear as ações em torno do campo cultural para diminuir ou até mesmo evitar as descontinuidades.

Após a gestão de Ana de Hollanda, entra Marta Suplicy³² para assumir a pasta pelo período de 2012 à 2014. Ela não tinha conhecimento das dinâmicas e do que vinha sendo feito, priorizava ações de curto prazo, de resultado mais imediato e grau significativo de visibilidade. Tinha capacidade de articulação política, o que viabilizou a aprovação do SNC e da Lei Cultura Viva no congresso. Houve investimento na área da economia criativa, reaproximação da cultura com a educação através dos projetos “Mais Educação” e “Mais Cultura nas Escolas”. Mas também houve a continuidade às descontinuidades entre políticas de Estado e políticas de governo.

[...] foram dados dois passos fundamentais para a efetiva institucionalização do SNC: o encaminhamento à Presidência da República para posterior envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Cultura e a aprovação e promulgação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 71/2012 que introduz o Sistema Nacional de Cultura na Constituição Federal (BARBALHO, 2014, p.199).

A Emenda, que resulta originariamente da PEC 416/2005, acrescenta o Art. 216-A que fixa:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de

³² Eleita deputada federal em 1994, prefeita de São Paulo em 2001 e ministra o turismo durante o governo Lula.

políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Até aquele momento já tinham aderido ao SNC todos os 26 estados brasileiros e respectivas capitais, além do Distrito Federal, bem como 2.068 municípios. Assim, é possível afirmar que houve em torno do SNC um processo de hegemonização, ou seja, de construção de uma ampla identidade social com essa política cultural, tendo o MinC como agente principal na articulação das diferentes posições de sujeito, tornando-o uma proposta consensual nos campos político e cultural brasileiros (BARBALHO, 2014).

No documento “III Conferência Nacional de Cultura: uma política de estado para a cultura. Desafios do Sistema Nacional de Cultura. Texto-base” encontram-se os 19 objetivos definidos de acordo com a missão do MinC de “garantir a todos os cidadãos brasileiros o pleno exercício dos seus direitos culturais”. Divididos em quatro grandes áreas de atuação, Criação/Produção/Desenvolvimento; Difusão e Acesso à Cultura; Memória e Diversidade Cultural; e Planejamento e a Gestão [...] (BARBALHO, 2014, p.199).

Somente em 2014, no último ano de gestão de Marta, é que os recursos do SNC começaram a ser direcionados aos estados e municípios, conforme constava no projeto do Programa desde sua concepção. Até então o MinC havia se preocupado mais em criar estruturas de gestão e “manutenção de ações que já vinham ocorrendo como a criação das leis estaduais e municipais de implementação de sistemas de cultura; o apoio à elaboração de planos estaduais e municipais de cultura; os cursos de formação de gestores e conselheiros de cultura” (BARBALHO, 2014, p.202).

O instrumento que o MinC criou para efetivar a transferência de recursos foi um edital, lançado em março, “Processo seletivo de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura”, ou mais especificamente, um “processo seletivo de apoio a projetos do Fundo Nacional da Cultura ao Orçamento-Geral da União de 2014, destinado aos entes federados estaduais e distrital”. O edital, além de atender aos ensejos de repasse de verba via Sistema, tanto que só podiam concorrer os governos estaduais que tinham instituído seus sistemas por lei própria, também procurava responder às metas estabelecidas no PNC (BARBALHO, 2014, p.202).

A aprovação pelo Congresso Nacional (Emenda Constitucional no 48/2005) e subsequente elaboração do PNC surge como outro fator favorável à superação da tradição de instabilidade (RUBIM, 2012, p.41).

Barbalho (2014, p.203), já informava em seu artigo que “o Sistema não está implantado e muito esforço político e institucional deverá ser despendido para que, de fato, se torne um programa relativamente estável. E aqui entra o papel decisivo dos agentes culturais

externos ao governo e de seus movimentos. Em outras palavras, caberá, em grande parte, ao modo como a sociedade vem se apropriando, ou não, do Sistema a continuidade das ações, em especial se ocorrer uma mudança na conjuntura político-partidária que há doze anos conduz o poder executivo do país³³”.

Em um contexto mais específico, porém inserido nas disputas eleitorais de 2014, observa-se algumas expressões públicas de descontentamento em relação ao SNC. [...] em uma postagem no sítio eletrônico do Consórcio dos Municípios da Mata Norte e Agreste Setentrional de Pernambuco (COMANAS), afirma-se que a adesão ao Sistema “ainda é um desafio para muitos Municípios do Noroeste de Minas Gerais”, como se constatou em audiência pública, promovida pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa, realizada em 9 de junho, em Paracatu (MG). [...] Situação que, por sua vez, não é exclusiva dos municípios mineiros, pois “outras regiões do país são obrigadas a adotar as prerrogativas de um sistema que se autodenomina democrático, mas que (...) determina ‘certas exigências’ para os repasses de recursos a Estados e Municípios”. Assim, na avaliação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), “o maior desafio aos Municípios brasileiros é apresentar alternativas ao modelo imposto pelo MinC, pois há um hiato entre o discurso oficial e a efetividade das políticas públicas de cultura do país” (BARBALHO, 2014, p.203).

Com o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, levando ao poder como presidente interino o então Vice Presidente Michel Temer, fez com que muitos do campo da cultura temessem o rumo que seria dado à área dali por diante. Em seu primeiro dia de governo interino, Temer repete o que já havia sido feito em 1990 por Fernando Collor enquanto ocupava a presidência da república, e extingue novamente o MinC, rebaixando a pasta à uma secretaria.

Hoje, com o afastamento da presidenta e a ascensão de Michel Temer à presidência [...] a Cultura sentiu o golpe da faca no primeiro dia de seu Governo interino. A pasta será fundida com a de Educação, onde será abrigada com o status de secretaria. Ficará a cargo do deputado, agora ministro, Mendonça Filho (DEM-PE), herdeiro da agroindústria, que tem em seu currículo uma atuação mais ligada a iniciativas empresariais, sem expertise em Cultura. [...] A redução do papel da pasta foi rejeitada por profissionais e especialistas da área, [...]. A própria nomeação política de Mendonça Filho aumentou a frustração. A fusão afeta as conquistas de um ministério jovem, que ainda trata de se erguer depois de sua extinção em 1990, [...] e retomada em 1992, [...]. Novamente, em tempos de recessão, aventa-se a possibilidade de restringir o orçamento do setor, sem dar chance de que seus agentes apresentem soluções próprias para superá-la. Por que, num país como o Brasil, a Cultura sempre patina? (MORAES, 2016, El País)

³³ Se referindo aos 12 anos que o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupava a presidência da república no Brasil, através dos governos Lula (8 anos) e Dilma Rousseff (que até então estava há 4 anos na presidência).

Temer acabou cedendo aos diversos movimentos e mobilizações e renunciou, por meio do ministro da Educação Mendonça Filho, pasta que iria absorver o setor cultural, a recriação do MinC. De acordo com o depoimento do ministro, tratou-se de um "[...] gesto do presidente Temer no sentido de serenar os ânimos", uma vez que o Ministério teria sido recriado por seu caráter emblemático e pelas reações contrárias à sua extinção (CRUZ, COLON; BRISOLLA Apud BARBALHO, 2018, p.247).

Nas políticas públicas o governo de Temer também é marcado pela presença do ministro Sérgio Sá Leitão, que já havia feito parte da pasta entre 2003 e 2006, ainda com Gilberto Gil como ministro. Talvez por ter sido cineasta, no período em que Sérgio Sá esteve como ministro, houve um grande investimento na produção de filmes brasileiros, porém, sempre com um viés mercadológico.

Antes mesmo de ser nomeado ministro, em 2009 “foi nomeado presidente da RioFilme, ligada à prefeitura do Rio de Janeiro. Leitão defendeu que a instituição se tornasse autossustentável, o que significou o reposicionamento da empresa e o investimento em filmes com potencial mercadológico. Isto fez com que, na sua avaliação, a RioFilme saísse da mais absoluta irrelevância e se tornasse líder em incentivo ao cinema no Rio de Janeiro” (ARANTES, 2013, Folha de São Paulo).

essa política sofreu oposição por parte dos realizadores autorais, ou seja, que não produzem visando primordialmente o mercado. Os agentes do setor do audiovisual reuniram-se em um movimento intitulado Rio: Mais Cinema, Menos Cenário que se contrapôs à opção da empresa estatal em investir apenas em filmes lucrativos. A cineasta Julia Murat, integrante do movimento, denunciou que entre 2009 e 2014, 30% do investimento foram destinados para apenas dez produtoras. Os 70% restantes foram divididos entre outras 147. Para Murat, essa concentração de dinheiro público seria uma "política de Estado equivocada" (BARBALHO, 2018, p.249-250³⁴).

Por ter sido nomeado em 2003 como chefe-de-gabinete do ministro Gilberto Gil, quando ocupou o cargo de ministro durante o período de governo interino de Michel Temer, Leitão se apoiou constantemente em suas falas e entrevistas, às idéias basilares da gestão Gil, para falar sobre suas ações e objetivos enquanto ministro. [...] sua definição do papel da cultura esta no foco sobre o vetor econômico, o que se ajusta tanto à trajetória, quanto ao ideário do governo (BARBALHO, 2018, p.252).

[...] diante de um campo cultural politizado e de agentes político-culturais mobilizados, o governo Temer, ainda no período da interinidade, não só desistiu de extinguir o MinC como nomeou um ministro com ligações com o campo. Quando, com a saída de Calero, é nomeado Freire, uma indicação política, este sofre forte oposição por parte dos agentes. A sua demissão do cargo configurou-se como uma

³⁴ Ao se referir à reportagem da Folha de São Paulo do dia 01 de outubro de 2014. Disponível em <https://bit.ly/2HYeReh> . Acesso em 01 de novembro de 2020.

janela para que o Ministério voltasse a ser comandado por um nome respaldado pelo setor, apesar da forte pressão dos partidos da base do governo pela indicação política. A nomeação de Leitão, como revela a sua trajetória, atendeu aos quesitos político-cultural (agente oriundo do campo) e político-partidário (ligações com o PMDB), reunindo, assim, a capacidade de fazer tanto a defesa do governo, quanto a conformação da política cultural (BARBALHO, 2018, p.254).

Toda análise sobre as políticas públicas do governo Temer tem que levar em conta o momento de crise generalizada (política, econômica, social e cultural) que o país vive e a instabilidade daí decorrente, o que limita o alcance de suas conclusões e muito mais ainda de suas previsões (BARBALHO, 2018, p.254). Mas deve-se lembrar também que, as instabilidades e inconstâncias dentro das políticas públicas no Brasil também são decorrentes, e o que acontece não chega a ser algo novo, mas situação que ao menos durante a gestão de Gil, era coisa do passado.

Nas eleições de 2018 para presidência da república, a possível candidatura de Lula foi impedida devido ao processo de Ficha Limpa e outros escândalos envolvendo o ex presidente, colocando o candidato que seria seu vice, Haddad, para enfrentar os demais candidatos, entre eles Jair Bolsonaro, que ganha as eleições e passa a ocupar o cargo a partir de 01 de janeiro de 2019.

Assim como ocorreu em 1990 com Fernando Collor, e em 2013 com Michel Temer, em que anunciaram o fim do MinC como um de seus primeiros atos, em 2019, Jair Bolsonaro eliminou a pasta com a medida provisória 870/19, em seu primeiro dia no governo.

O Ministério da Cultura, então fundido com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social na estrutura, forma o Ministério da Cidadania, uma estrutura que segundo Moreira (2019, A Verdade), é baseada em um verdadeiro “Frankenstein”.

A transferência do antigo MinC para o ministério do Turismo esclarece que, para os atuais gestores, a cultura no Brasil só tem importância se for “um bom negócio” – slogan amplamente difundido na década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (NASCIMENTO & ALVES, 2019, p.84).

Outra das grandes polêmicas durante o primeiro ano de governo Bolsonaro ocorreu na desestruturação do IPHAN, com a colocação de pessoas que não tinham qualquer ligação com o campo cultural para ocupar cargos importantes no órgão em diversos estados. Houve movimentações da sociedade civil, agentes do meio e até de autarquias mais altas como Ministério Público, para tentar algum impedimento de posse, indo contra a decisão do governo. Técnicos à frente das superintendências do Instituto foram trocados por nomes da base aliada do governo Bolsonaro, sem experiência alguma no ramo.

Em Goiás, o Ministério Público reagiu de forma atenta e eficaz, recomendando ao ministro da Cidadania, que torne sem efeito a portaria que nomeou Allysson Cabral para o cargo de superintendente regional do IPHAN de Goiás. Tal documento foi

assinado por procuradores da República em Goiás e por membros da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do Ministério Público Federal (MPF – 4CCR). No texto, ainda alegam que o indicado não possui perfil e formação adequados para o cargo e que a nomeação não atende ao interesse público e à legislação, configurando desvio de finalidade. Informam que quem o indicou foi o deputado federal Professor Alcides (PP-GO), que admitiu em entrevista que houve mesmo um sorteio entre os deputados federais goianos da base aliada do governo para definir quem indicaria o superintendente regional. Pelo sorteio, a indicação coube ao próprio deputado. O deputado ainda teria afirmado que o seu designado não teria formação, tampouco experiência para o cargo, mas que seria alguém de sua confiança, o que seria suficiente para motivar tal nomeação. [...] Constata-se que o projeto de Jair Bolsonaro e de sua equipe de destruir a política cultural no país segue firme e a galope no Congresso Nacional, que prevê no projeto de Lei Orçamentária enviado para o ano que vem (2020) uma redução de aproximadamente 72% de recursos que a área recebe atualmente. Tais cortes e as restrições de qualidade técnica em seu quadro de gestores vão comprometer drasticamente a proteção de milhares de sítios históricos, bens móveis e imóveis, como também programas de pesquisa, proteção e de registro do patrimônio imaterial, de saberes e de fazeres tradicionais de vários povos e comunidades (MOREIRA, 2019, A Verdade).

Um dos casos mais polêmicos foi a troca da superintendente do IPHAN de Minas Gerais, a museóloga Célia Corsino, que já trabalhava com a proteção do patrimônio há mais de 30 anos e ocupava o cargo no IPHAN desde 2015, pela troca por Jeyson Dias Cabral da Silva, cinegrafista na Câmara Municipal de Juiz de Fora e aliado ao governo, sem experiência com a área do patrimônio, não possuindo nenhuma das exigências para ocupar o cargo público, previstos inclusive na Constituição³⁵.

De um modo geral, na atual gestão de Jair Bolsonaro não houve andamento em projetos que já vinham sendo desenvolvidos e nem muito investimento no setor cultural no Brasil, permanecendo a lógica das políticas públicas que negligenciam o provimento, por parte do Estado, daquilo que é garantido constitucionalmente ao cidadão.

Em meio às transformações que o campo cultural no Brasil vem passando desde a sua concepção institucional, é possível perceber através dos estudos sobre o tema que, historicamente, os principais cargos políticos que ocupam importantes posições nas instituições públicas de cultura, seus ideais e suas parcerias, influenciam diretamente nas ações que serão planejadas e executadas dentro da área no país. Sendo assim, a instabilidade do setor cultural é marcada também pelas mudanças de representantes em cargos políticos importantes para o setor. Isso é histórico, e é visível o tratamento que é dado nos diferentes momentos vividos pela sociedade brasileira desde a metade do século XX, período em que as políticas públicas deixam de ser instrumento de poder do Estado para se constituir em um eixo de lutas.

³⁵ Após tomar posse no dia 11 de outubro de 2019, Jeyson pediu exoneração do cargo.

1.3 Os Museus e as Políticas Públicas

[...] para entender a questão dos museus no Brasil é preciso desenvolver uma reflexão sobre o próprio país, o tipo de sociedade aqui existente, as relações da sociedade brasileira com a cultura e os tipos de museus e mantidos por tal sociedade. É preciso, ainda, entender e analisar o que vem a ser, no país, a museologia: quem cria museus no Brasil? Quem os dirige, e como? Quem os mantém? Que relações tem o Brasil com a Museologia? (SCHEINER, 1994, p. 22-23).

O termo instituição tanto pode ser usado para definir uma organização considerada importante ou relevante, quanto para conceituar um procedimento organizado e estabelecido, que se apresenta na forma de regras que compõem a sociedade e são reproduzidas rotineiramente (JEPPERSON, 1999). Oliveira (2007), ao citar Scott (2001), concorda que as instituições são multifacetadas, e que apresentam propriedades distintas por serem resistentes à mudanças e transmitidas através de gerações (OLIVEIRA, 2007, p.19).

Enquanto organizações, os museus operam por meio de trocas simbólicas e materiais com o ambiente no qual estão inseridos (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Em função da natureza de suas atividades e de seus objetivos sociais, os museus são organizações que “operam em um ambiente altamente institucionalizado, sofrendo pressões tanto de setores organizados da sociedade como de órgãos governamentais, que geralmente as controlam” (GOULART; MENEZES; GONÇALVES, 2003, p. 133). Esses ambientes institucionalmente complexos se caracterizam “pela elaboração de regras e exigências às quais as organizações devem se ajustar se desejam receber apoio e legitimidade” (SCOTT; MEYER, 1999, p. 170).

Muito antes de se tornarem instituições administradas, em sua maioria, pelo Estado, e terem se tornado o que são hoje, ocupando um importante papel no desenvolvimento da sociedade, os templos para os romanos, que mais tarde se tornam espaços de relevância para analisar as instituições museais no mundo moderno, já eram espaços que representavam o poder, que começou a ser exibido em forma de objetos por todo o mundo. Napoleão obrigava os vencidos a entregarem boa parte de suas obras de arte como consequência da vitória. E o próprio Louvre, ao abrir suas portas ao público, exibia as vastas coleções dos reis franceses.

O ato de colecionar e expor objetos estava sempre atrelado a figuras representativas na sociedade. Tais coleções expostas, eram muitas vezes acompanhadas de uma arquitetura que complementava a grandiosidade simbólica de cada peça exposta, o que já dizia muito sobre a importância de tal obra estar em determinado espaço.

Antes mesmo das universidades, os museus são os verdadeiros guardiões da história da humanidade, servindo como palco para apreciação de uma história que acaba sendo mediada por eles mesmos. Historicamente, o que se escolhe expor dentro do museu, a política

que cada um segue para comunicar seu acervo e desempenhar suas atividades, se baseia em escolhas tomadas pelos representantes desses espaços que, além do próprio Estado, inclui também seu corpo técnico.

No Brasil, as primeiras instituições museológicas foram inicialmente criadas para abrigar os pertences da corte portuguesa no século XVIII. Já naquela época, existia um propósito de para quê, e para quem estavam sendo construídas. Mais tarde, tais instituições inauguraram o ensino acadêmico no Brasil, e serviram de espaços de ensino para artistas que tinham o privilégio de estarem aprendendo com os melhores professores que o imperador poderia ter trago para a colônia através da Missão Artística Francesa³⁶, o que acabou também influenciando diretamente o cenário artístico brasileiro.

A criação das instituições museais, naquela época, já era direcionado à um fim, que não estava ao alcance de toda sociedade, e é a partir desta herança que as ações voltadas ao desenvolvimento das políticas públicas no Brasil foram se moldando. A partir desta base, onde se ignorava as diversas manifestações culturais já existentes no século XIX, que o Estado foi se consolidando em suas ações.

Levando em consideração que as políticas públicas de cultura no Brasil tiveram como herança as primeiras ações de D. João VI, em que visava a aprimoração do artista como principal atividade voltada para o desenvolvimento cultural da nação, seguindo os moldes europeus, e sem abertura, naquele momento, para a expansão do desenvolvimento de culturas que não eram de elite, tentava "imprimir aqui seus hábitos e costumes, agora também culturais" (MARTINO, 2000, p.33).

Mesmo com críticas e questionamentos sobre a atuação conservadora de Gustavo Barroso enquanto diretor do Museu Histórico Nacional (MHN), suas ações marcaram o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras, e possui ligação direta com a construção do campo museal no país, como a implementação do primeiro curso de museologia, que funcionou no próprio Museu entre 1932 e 1979, formando profissionais que atuaram na área em todo país.

O MHN rompeu com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade. Resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado [...] o MHN foi organizado com o objetivo de "educar" o povo (ABREU, 1996, p.16).

³⁶ Grupo de artistas franceses que, a convite de D. João VI, chegaram ao Brasil em 1816, no intuito de desenvolver a arte no país.

O campo museal no Brasil começou a se expandir a partir da década de 1930, onde discussões em torno do que seria considerada a cultura nacional estavam em jogo. Sendo, portanto, espaços de importante representação da nação, passaram, junto com o desenvolvimento das políticas públicas brasileiras, por diversas conjunturas políticas que moldaram suas ações, sendo possível ver seus reflexos de atuação ainda nos dias de hoje.

Seguindo as diretrizes do MHN, os museus surgidos especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940³⁷ traziam as marcas de uma Museologia comprometida com a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite política, social e econômica, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade, veiculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006, p. 22).

Neste sentido é importante lembrar que, no Brasil, existiram dois momentos de ditadura militar. O primeiro conhecido como Estado Novo (1937-1946), e o segundo que se inicia a partir de 1964 e permanece até 1985. Estes dois períodos dizem muito sobre as instituições criadas, sua finalidade, para quem foram criadas e quem tinha acesso às mesmas.

Além disso, e não menos importante,

“A influência exercida pela comunidade museal internacional na constituição de uma política de museus no Brasil é indispensável se o interesse for analisar de forma profunda como se constituiu este processo. Se durante o período da formação do projeto de Gustavo Barroso, com a criação do MHN e do Curso de Museus nas décadas de 1920 e 1930, a influência do projeto europeu não é tão visível, até porque a comunicação internacional entre os profissionais estava em formação, a partir da criação do ICOM, em 1946 estes elementos tornam-se claros” (OLIVEIRA, 2014, p.07).

Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sendo a primeira grande instituição de toda a América Latina para o amplo campo cultural, e representou o início do projeto político para o campo museal no Brasil.

Entre as décadas 1930 e 1960 houve a criação de muitos museus pedagógicos ou museus escolares³⁸. Esse fato contribuiu para o aumento da presença dos grupos escolares nos museus, tendo como propósito a complementação das matérias que eram dadas em sala de aula, como assuntos relacionados às ciências naturais, mas também contribuindo para cultivar a imagem dos heróis da história da nação e reafirmar os textos presentes nos livros didáticos.

A década de 70 é marcada pela efervescência de discussões sobre o papel dos museus na sociedade, enquanto os mesmos se formavam e aumentavam seus acervos. Ao mesmo

³⁷ Museu Nacional de Belas Artes (1937), Museu da Inconfidência (1938) e o Museu Imperial (1943), são alguns exemplos de museus criados nesse período.

³⁸ Museu Irmão Paschoal Pasa ou Museu Zoológico Colégio Conceição (1932), Museu de Ciências do Colégio La Salle Dores (1930), Museu de Ciências do Colégio Americano (1931), Museu Padre Júlio Maria (1954), Museu do Colégio Mauá (1966), são alguns exemplos de museus pedagógicos criados nesse período.

tempo, um período em que estas instituições começaram a filtrar melhor os objetos que iriam compor seus acervos através de uma política de aquisição e descarte.

Em 1984 é criado o Conselho Federal de Museologia (COFEM), através da Lei 7.287/84 e regulamentado pelo Decreto 91.775/85. Este marco é importante para o campo museal no Brasil pois os profissionais passam a contar com um órgão regulamentador e fiscalizador do exercício da profissão. Além disso, cuida para que os museus adotem técnicas museológicas e museográficas sugeridas pelo International Council of Museums (ICOM). As ações do COFEM são executadas pelos Conselhos Regionais de Museologia (COREMs)³⁹.

A partir dos anos 90, com a cultura sendo tratada como produto, e o desenvolvimento cultural voltado para a movimentação do mercado, “as políticas continuaram a enfatizar os mecanismos de produção e não aqueles envolvidos na circulação e debate público dos bens culturais no Brasil.” (ESTEVINHO, 2009, p. 02-03)

Evidente que a partir dos anos 1990 as políticas culturais foram obrigadas a adequar-se ao novo padrão e ao diálogo com outros atores além do campo estatal. Mas a delicada interação entre artistas e política manteve alguns padrões como invariantes na difusão e implementação dos projetos culturais: se valores como transparência, participação e descentralização foram recorrentes no desenho das políticas públicas no Brasil dos anos 1990 em diante, o mesmo não ocorreu no campo da cultura. Em geral, as políticas continuaram a enfatizar os mecanismos de produção e não aqueles envolvidos na circulação e debate público dos bens culturais no Brasil (ESTEVINHO, 2009, p. 03-04)

Em 1995 aparecem as Organizações Sociais de Cultura (OSs), que “propõe uma mudança de paradigmas, a valorização dos museus do interior e sua inserção no panorama local, regional, estadual e nacional” (FABBRI, 2011, p.57). Uma forma do Estado terceirizar o trabalho de gestão e projetos a serem aplicados na área cultural.

Em maio de 2003 o Ministério da Cultura, na gestão de Gilberto Gil, lançou as bases da política do Governo Federal para o setor museal, com a apresentação da publicação “Bases para a Política Nacional de Museus - Memória e Cidadania”. A partir do comando de Gilberto Gil enquanto ministro da cultura, houve o incentivo à criação de diferentes tipos de museus, como os ecomuseus e museus comunitários, não pensando só a materialidade das culturas, mas também, e principalmente, as imaterialidades e relações entre si.

Os museus nunca se trataram de lugares imparciais, e foram gradativamente sendo moldados conforme o jogo de disputas que se estabelecia dentro e mesmo fora de seu espaço físico. Engana-se quem enxerga os museus como instituições neutras aos problemas da sociedade, ou mesmo quem não enxerga o poder que o mesmo possui sobre a concepção do

³⁹ Atualmente existem cinco Conselhos Regionais que cobrem todo o território nacional e atuam em prol da profissão e do profissional museólogo.

que seria essa sociedade. Historicamente marcados por serem ambientes de disputas de poder, a partir dos anos 2000 o campo museal vem procurando reformular sua atuação, proporcionando ambientes de reflexão.

Antes instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, hoje têm assumido a responsabilidade por ideias e problemas sociais, ampliando o seu escopo para os domínios do patrimônio imaterial (BRUNO, 2007, p. 48).

Apesar de existir inúmeras instituições relacionadas ao campo cultural, tais como escolas de arte, teatro, universidades, entre outros, é interessante analisar historicamente o papel das instituições museológicas no Brasil, visto que a sua criação e permanência significam um ponto importante na consagração do que se imaginava como cultura oficial do país, ou identidade nacional, e portanto, organizações importantes e ao mesmo tempo singulares para compreender o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras. Além, é claro, de ter o campo museal como foco nesta pesquisa.

1.4 Sistemas de Museus

Em 1986 é criado o Sistema Nacional de Museus (SNM) dentro da Fundação Pró-Memória, e surgiu a partir de uma antiga demanda nacional do setor museológico em prol de uma política nacional de museus que proporcionasse o pleno desenvolvimento destas instituições e conseqüentemente o fortalecimento dos profissionais desta área.

O SNM desenvolvia uma política de apoio aos museus através de um comitê formado por representantes dos estados brasileiros, numa ação descentralizada. Baseava-se na constatação de que a simples distribuição de recursos era insuficiente para um bom desempenho das instituições museológicas, buscando concentrar-se também no treinamento de recursos humanos para estes museus. Os representantes estaduais apresentavam projetos de suas regiões para apoio técnico e financeiro e começaram a implantar os sistemas estaduais que alimentavam o nacional (OLIVEIRA, 2007, p.59)

Pensado como um projeto à longo prazo e, para atingir os objetivos, foram criados os sistemas estaduais de museus, que possibilitasse um trabalho em conjunto entre as instituições em formato de rede, incentivando a ampliação de seus acervos, incentivo à pesquisa, capacitação profissional, melhorar suas estruturas, modernização, documentação, entre outras ações específicas e basilares para o setor.

A dinâmica estabelecida para o funcionamento era baseada na realização de reuniões anuais do comitê para discussão e avaliação de projetos. Este mesmo comitê, por meio de votação, elegia os programas prioritários que a coordenadoria atenderia (MIZUKAMI, 2014, p.60).

Em 1990 houve a extinção do MinC por parte do governo Collor, juntamente com o Sistema Nacional de Museus, e isso dificultou ainda mais as ações voltadas para o desenvolvimento do setor cultural brasileiro.

O Ministério da Cultura retornou dois anos depois no governo Itamar Franco, por meio da publicação da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. A área de museus, entretanto, teria ainda um longo caminho para retomar sua rearticulação (MIZUKAMI, 2014, p.61).

Somente em 2003, durante o governo Lula, é que o setor de museus voltou a constituir um departamento específico (DEMU - Departamento de Museus e Centros Culturais) dentro da estrutura do IPHAN - Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e é lançada oficialmente a Política Nacional de Museus (PNM), pensada como uma importante ferramenta institucional para fomentar o desenvolvimento cultural do país como um todo, contando com a ampla participação da comunidade museológica na tomada de decisões. No mesmo ano é realizado na cidade de Salvador/BA o 1º Fórum Nacional de Museus, que trata das diretrizes do PNM.

No ano seguinte, em 2004, é criado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM), que possui função semelhante ao, até então extinto SNM, entretanto, assume este novo nome “justamente para tentar fugir da oposição entre nação e federação e criar uma instância que reconheça o estatuto jurídico do país”⁴⁰.

Este processo de rearticulação do setor museológico resultou na elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus como uma nova ferramenta de gestão de políticas públicas para museus no Brasil. Suas diretrizes foram elaboradas e aprovadas no 4º Fórum Nacional de Museus, realizado em Brasília em 2010, e também na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, através da Lei nº 11.906, “coroando anos de rearticulação do setor museológico brasileiro” (MIZUKAMI, 2014, p.62).

CAPÍTULO 2: SEM/SC e o desenvolvimento do campo museal catarinense

2.1 Políticas públicas culturais e o campo museal em Santa Catarina

Os primeiros organismos que detém a gestão e controle de gestão cultural no Estado datam da década de 1960, mas, considerando os períodos governamentais como referência,

⁴⁰ Trecho do relato da mesa no 5º Encontro Paulista de Museus “Políticas públicas para museus no contexto federativo”. Disponível em: <https://bit.ly/32eZUeV>. Acesso em: 05 nov. 2020.

Oliveira & Silva (2008), dividem a atuação do Estado no campo museal catarinense em cinco momentos.

Em Santa Catarina, desde os anos 1970 “foi sendo construído um projeto de política cultural apoiado na aceitação controlada das diferenças, na construção de uma identidade catarinense composta de um mosaico de culturas, que garantia a unidade necessária para a integração política, econômica e cultural, ao mesmo tempo em que se tornava uma valiosa fonte de exploração turística” (SAYÃO, 2004).

Esse projeto, que se caracterizou pelo reforço às tradições a partir das rotas migratórias, gerou, a partir da década de 1980, um processo de hiper-valorização das diversas culturas (em especial a germânica, a italiana e a luso-açoriana), através do incremento do intercâmbio com os países de origem de seus antepassados e da criação de “festas típicas”. Esse fenômeno, associado ao processo de urbanização e ao fortalecimento dos municípios, pode ter sido responsável pelo surgimento de tantos museus históricos de pequeno porte ligados às estruturas públicas municipais a partir dos anos 1980 e caracteriza o início da estruturação desse campo organizacional (OLIVEIRA & SILVA, 2008).

Assim como o momento mais marcante para o início do desenvolvimento das políticas culturais no Brasil se dá a partir da década de 1980, da mesma forma ocorre o seu desenvolvimento no estado de Santa Catarina. Visto que, se tratando de políticas públicas, o que ocorre nos estados e municípios nada mais é do que um “respingo” das decisões que são tomadas na instância federal.

O primeiro momento na história da atuação do Estado na política museal, observado por Oliveira & Silva (2008), é compreendido entre os anos 1987 e 1990, e se caracteriza por “uma melhoria na estrutura organizacional do Estado para atender ao campo” (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.10). O contexto nacional é favorável com a criação do MinC em 1985, e a promulgação da constituição de 1988. O Minc criou o Sistema Nacional de Museus (SNM) em 1986 “na constatação de que a simples distribuição de recursos era insuficiente para um bom desempenho das instituições museológicas, investindo também no treinamento de recursos humanos (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.10).

O Sistema Nacional ganhou solo fértil em Santa Catarina, a partir de 1987, com a criação de uma Unidade de Museus vinculada à nova Secretaria de Cultura e Esportes. Estimulada pela política nacional essa unidade passou a desenvolver uma série de ações voltadas para as instituições museológicas, criando um Sistema Estadual que durou até 1990 e foi destaque no contexto nacional (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.10).

Com a entrada de Collor na presidência inicia-se o segundo momento da política cultural no estado que vai até 1994. O momento causa “uma ruptura com as práticas adotadas anteriormente, em prol da adoção de uma política voltada para o patrimônio edificado e para a instrumentalização da cultura sob a perspectiva do turismo (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.10). Ainda segundo os autores, este momento “pouco contribuiu com a interação estadual dos museus”.

[...] é dedicada maior ênfase ao mapeamento e tombamento dos bens edificados com valor histórico ou artístico, com o comprometimento da estrutura e das verbas do setor para esse projeto (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.11).

Em 1990 há o fim do Ministério da Cultura (solapado no governo Collor); nesse momento Vilson Kleinubing (PFL) assume o governo catarinense, e na época se tem como política um plano estratégico de desenvolvimento com base em exemplos internacionais, e se reflete no Estado uma política que ligava cultura e turismo ao desenvolvimento econômico, embasado em padrões de mercado, onde a cultura é tida como investimento (visão de obtenção de retorno financeiro), mostrando a relação do governo com a cultura (MEISTER, 2013).

Na década de 1990, o governo estadual acompanha a lógica da esfera federal e adota a política cultural de valorização da cultura local com viés turístico, acontecendo a retirada do estado como gestor e relegando essa função para a iniciativa privada. Mesmo assim acontece a criação de gerência para os museus (GEOMU⁴¹) em Santa Catarina, que continuaria o processo de capacitação, aliado a outros organismos cria-se o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), que foi referência catarinense para essa ação e sendo usado como exemplo para o programa de capacitação para o governo federal (BALLESTER JUNIOR, 2013, p. 03-04).

O terceiro momento (de 1995 a 1998) é marcado pela continuidade dos investimentos em tombamentos do patrimônio edificado e pela gestão do presidente FHC, que trabalha com a cultura voltada para uma lógica de mercado, sem muito investimento nos museus e no campo cultural como um todo, caso não tivesse retorno financeiro para o Estado⁴².

Com o projeto "Cultura Viva", em 1995, implementado pelo Governo de Paulo Afonso Vieira⁴³ (PMDB), as estratégias visam buscar parcerias com iniciativas privadas, a formulação de editais objetivando atender às diversidades culturais no Estado por meio de reforma e ampliações de espaços culturais, reedição de prêmios e

⁴¹ Gerência de Organização e Funcionamento de Museus - A GEOMU trabalhava com uma estrutura mínima (composta da gerente e de um estagiário temporário) e contra uma política de patrimônio que privilegiava os tombamentos de edificações (RAFAEL, 2017, p.60).

⁴² A lógica de mercado foi, neste período, uma onda que atinge todo o mundo. No Brasil reflete em todas as esferas público e privada.

⁴³ Foi Deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina no período entre 1987 e 1991, governador de Santa Catarina eleito (1995 a 1999) e deputado estadual no período de 2003 a 2007.

editais de fomento. Alguns desses projetos, anos depois, foram abortados, por conta da crise financeira do Estado (OLIVEIRA, 2007)⁴⁴.

A partir de 1996, alguns dos principais museus catarinenses passaram a contar com recursos privados da Fundação Vitae, uma associação que destinou recursos de fontes internacionais em projetos de educação e promoção cultural no Brasil. Essa organização financiou projetos museológicos em todo o país, de 1986 a 2006. No entanto, em Santa Catarina, em nove anos foram onze prêmios que contemplaram seis instituições. A constatação de que foram poucos os museus que conquistaram o apoio deste que foi um dos mais importantes financiadores privados do país mostra a fragilidade das organizações do campo. Observamos que essa premiação ampliou a legitimidade de poucos museus no campo, contribuindo com a manutenção de suas posições de destaque (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.06).

O quarto momento (de 1999 a 2002) caracterizou-se por dois aspectos antagônicos das políticas praticadas pelo governo do Estado de Santa Catarina: por um lado, pelo projeto patrimonialista presente na promoção do folclore e da tradição popular como núcleo da identidade estadual, que pode ter reforçado a ênfase dos museus municipais com perfil histórico-etnográfico; por outro lado, pela afirmação da lógica mercantil, através do desenvolvimento de um projeto turístico associação à imagem de Estado multi-étnico e a introdução do sistema de incentivo fiscal para apoio a projetos culturais em Santa Catarina (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.11).

Os chamados intermediários culturais, segundo Ana Carla Fonseca Reis (2003, p.03), são aqueles que estabelecem a comunicação entre o artista e os demais agentes do campo (financiadores, Estado, organizações culturais, entre outros), além de organizarem os recursos necessários para a concepção do projeto cultural. Entre 1987 e 2006, em Santa Catarina, "a presença mais efetiva desses intermediários surge somente a partir de meados dos anos 90, quando a crise financeira, realçada pela orientação neoliberal de recuo do Estado das responsabilidades sociais, produz a diminuição de recursos financeiros para a manutenção dos acervos e estrutura dos museus. Isso, aliado à política de incentivos fiscais instalada no país, levou os museus a introduzirem técnicas de marketing para ampliar a captação de recursos junto às empresas privadas e criou um ambiente favorável ao surgimento desses profissionais" (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.06).

O quinto momento, compreendido entre 2003 e 2006 é marcado pela forte influência das decisões que vinham sendo tomadas na instância federal através do governo Lula e do MinC com Gilberto Gil para as políticas culturais, que refletiam nos Estados, fazendo com

⁴⁴ Neste mesmo período tínhamos o então presidente da república FHC, inserindo ainda mais a cultura dentro da lógica de mercado.

que estes respondessem ao projeto de estruturação do Ministério para o desenvolvimento do campo, através da criação de ferramentas de gestão como o SBM e CNM.

A exigência de adequação dos estados e municípios a Sistema fez a Diretoria de Patrimônio convocar a classe museológica em 2004 para, juntas, definirem a Política Estadual de Museus e a implantação de um sistema estadual (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.11).

A partir de 2003, tivemos a entrada no campo, como financiadores, de empresas públicas como Petrobrás, Caixa Econômica Federal e BNDES⁴⁵, que passaram a lançar editais de apoio aos museus em consonância com as políticas do Ministério da Cultura. Essa modalidade de financiamento, junto com outras seleções públicas realizadas pelo MinC, compõem uma nova e ampliada fonte de recursos para os museus, influenciando a configuração do campo na medida que pressionam a estruturação das organizações e demandam a presença de profissionais mais capacitados (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.06).

Em 2004, o Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), instituição privada de ensino superior sediada em Orleans (sul de Santa Catarina) e que mantém o Museu ao Ar Livre Princesa Isabel, implantou o terceiro curso de museologia do país. [...] criando o Curso de Bacharelado em Museologia com habilitação para Museus de História (OLIVEIRA & SILVA, 2008, p.07), impactando a configuração do campo na época, e representando ao mesmo tempo um avanço importante para o seu desenvolvimento no estado.

Ainda em 2004, que coincide com a criação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), em meio às articulações da museologia nacional para a implementação de uma política de museus, a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), promove através de encontros com agentes do campo envolvendo “pessoas e entidades vinculadas à Museologia, meio universitário, profissionais da área e secretarias municipais de cultura, a fim de discutir propostas para a atuação do Estado em favorecimento aos museus e seus profissionais”⁴⁶. A partir dessa conjuntura é então realizado o 1º Fórum Catarinense de Museus, em Florianópolis, reunindo 115 participantes⁴⁷.

Por consequência, tais decisões e propostas resultaram na reconfiguração do SEM/SC em 2006 e posteriormente no Cadastro Catarinense de Museus (CCM), lançado em 2013. Houve a partir de então um aumento na troca de informações sobre as instituições museais do estado e na produção de documentação sobre as mesmas.

⁴⁵ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

⁴⁶ FCC, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2I7wyZ3>. Acesso em 05 de nov. de 2020.

⁴⁷ As diretrizes formuladas nos encontros foram aprovadas no evento para formar a base da Política Estadual de Museus.

O 2º Fórum Catarinense de Museus ocorrido em Joinville, foi realizado somente 6 anos depois do primeiro, em 2010, já com uma outra conjuntura política e administrativa do SEM/SC. Neste segundo encontro, que contou com a participação de 265 participantes no total, houve a revisão das propostas aprovadas da Política Estadual de Museus no último encontro, e com propostas pertinentes para o preenchimento de lacunas do documento.

No período em que Lula estava na presidência, ainda em 2011, para fomentar o campo museal no Estado, e coincidindo com o momento de reformulação do SEM/SC, acontece o 3º Fórum de Museus, no município de Chapecó, onde dali se tiram encaminhamentos para a formulação e início do documento do Plano Estadual Setorial de Museus (PESM).

Em 2013, houve a realização do 4º Fórum Estadual de Museus, realizado novamente em Florianópolis, onde foi apresentado o documento do PSEM para constar no anexo do Projeto da Lei Estadual de Cultura, encaminhado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Ainda em 2013 teve a segunda edição do edital Elisabete Anderle, promovido através da FCC e importante instrumento de fomento das atividades culturais pelo estado de Santa Catarina⁴⁸. A categoria Museu que até então “[...] concorriam com outras iniciativas de salvaguarda, pesquisa e difusão de iniciativas relacionadas ao patrimônio material e imaterial, de forma generalizada” (RAFAEL, 2017, p.70). Foram incluídas no edital apenas no ano de 2017.

Apesar do Decreto que regulamenta o edital dizer que o concurso público é “conferido anualmente na forma da Lei n.º 15.503, de 29 de junho de 2011” (FCC, apud RAFAEL, 2017, p.70), nos anos de 2014, 2015 e 2018 também não houve a publicação do edital, significando uma perda não só para o campo museal do estado, mas para o setor cultural como um todo.

Na aprovação do Sistema Estadual de Cultura em janeiro de 2018, não houve a anexação do PSEM. A questão ficou para ser discutida no fórum seguinte, realizado em 2019 na cidade de Laguna. No evento, após aprovação do Estatuto Catarinense de Museus, o mesmo foi encaminhado pelo SEM/SC para ajustes na Procuradoria Jurídica da FCC. Segundo Renilton⁴⁹, “no momento segue na Procuradoria Geral do Estado para análise, as informações podem ser consultadas em processo digital no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos”⁵⁰.

⁴⁸ A primeira edição do edital ocorreu em 2009, ficando 4 anos sem ser oferecido aos artistas, agentes e instituições culturais do estado.

⁴⁹ Conforme entrevista concedida à autora em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

⁵⁰ O sistema eletrônico citado é de uso interno da FCC, e por isso não foi possível acessar informações sobre o andamento do processo.

2.2 O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina - SEM/SC

O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC)⁵¹, foi criado em meados da década de 1980 após a implantação do Sistema Nacional de Museus (1986). Se trata de uma rede organizada que está vinculada à estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura (FCC)⁵², e tem uma longa história dentro das políticas culturais no Estado, apesar do atraso em sua institucionalização.

Baseada na adesão voluntária, o SEM/SC tem como objetivo reunir e articular as instituições museológicas no Estado de Santa Catarina. Visa a coordenação, articulação, mediação, qualificação, fortalecimento e a cooperação entre os museus. Focando na capacitação dos agentes atuantes em museus e instituições afins⁵³.

Atuando “como instância de gestão de políticas voltadas para as instituições museológicas de Santa Catarina” (RAFAEL, 2017, p.53), desde sua criação prestava assistência aos museus do estado através de oficinas ou tentando criar um elo de comunicação entre eles, mesmo que, com equipe reduzida, para fortalecer o campo e o desenvolvimento orgânico das instituições. Era um esforço reconhecido mais por parte dos técnicos que do próprio Estado, e segundo Maurício Rafael (2017), “funcionava de fato, mas não de direito, o que foi definido apenas em 1991”, através do Decreto nº 615, de 10 de setembro do mesmo ano⁵⁴ (RAFAEL, 2017, p.57).

Ainda em um primeiro momento de implantação do SEM/SC, mesmo que tenha sido negligenciado, os técnicos profissionais da área agiram por conta própria, contando com algumas parcerias, obviamente, para impulsionar o campo museal no estado e impedir que o setor museal entrasse no esquecimento, fato que já vinha ocorrendo.

Mesmo que, ainda na década de 1980, não ter sido oficializado, “começou a promover ações de integração e capacitação além de assessorias técnicas da área museológica no estado, com a finalidade de sistematizar e agilizar operacionalmente as ações oficiais e privadas na área museológica nos âmbitos municipal, estadual e federal, levando em conta as carências de

⁵¹ A partir de agora, quando me referir ao Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, irei utilizar a sigla SEM/SC.

⁵² Órgão vinculado ao Governo de Santa Catarina, responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas para o campo da cultura no estado.

⁵³ Informação retirada da página do SEM/SC. Disponível em: <https://bit.ly/2FrIFLZ>. Acesso em 27 de agosto de 2019.

⁵⁴ Apesar de não ser oficializado, começou a promover ações de integração e capacitação além de assessorias técnicas da área museológica no estado, com a finalidade de sistematizar e agilizar operacionalmente as ações oficiais e privadas na área museológica nos âmbitos municipal, estadual e federal, levando em conta as carências de recursos financeiros e humanos que existiam nesta área em Santa Catarina (RAFAEL, 2017, p.53).

recursos financeiros e humanos que existiam nesta área em Santa Catarina” (RAFAEL, 2017, p.53).

Com o fim do MinC e de todas as unidades ligadas a ele (consequentemente do Sistema Nacional de Museus), a atuação do SEM/SC ficou focada na conclusão das atividades iniciadas no ano anterior e na assessoria técnica aos museus catarinenses (FCC, apud RAFAEL, 2017, p.57).

Mesmo com o fechamento do MinC a equipe do SEM/SC, sabendo do reflexo deste acontecimento no enfraquecimento do campo museal catarinense, e de acordo com a conjuntura política da época, focou seus esforços para dar continuidade aos projetos que vinham sendo desenvolvidos até então. Nesse momento os técnicos do Sistema foram essenciais para que o desenvolvimento do campo museal de Santa Catarina tivesse continuidade.

No Decreto de institucionalização do SEM/SC em 1991, segundo Rafael (2017, p.57), “a atuação do SEM/SC não ficou bem definida [...] ocupando apenas três artigos da legislação”:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Museus de Santa Catarina, vinculado à estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 2º - O Sistema de Museus de Santa Catarina tem os seguintes objetivos:

I - instalar uma rede de comunicações e intercâmbio entre os museus, existentes e por instalar, que referenciem os fatos geográficos, históricos, e culturais do Estado de Santa Catarina;

II - proporcionar uma organização global dos espaços museológicos do Estado e o cumprimento de seus objetivos culturais, educativos e turísticos;

III - aprimorar os contatos técnicos da Fundação Catarinense de Cultura com os museus do Estado, destes museus entre si e com outras entidades culturais, conforme suas especificidades, compatibilizando suas organizações com as diretrizes traçadas para o Sistema de Museus de Santa Catarina.

Art. 3º - Integrará o Sistema de Museus de Santa Catarina, as seguintes instituições⁵⁵:

I- Museu Nacional do Mar;

II - Museu Histórico de Santa Catarina;

III - Museu Nacional de Imigração;

IV - Museu de Arte Sacra de Santa Catarina;

V - Museu da Pré-História;

VI - Museu de Antropologia;

VII - Museu de Ciências Naturais.

Parágrafo único - O Sistema de Museus de Santa Catarina será implantado com aproveitamento dos espaços museológicos já existentes, compatibilizando a organização do atual ou futuro acervo, com as diretrizes traçadas para o Sistema (SANTA CATARINA, 1991).

⁵⁵ No momento do Decreto apenas três instituições da lista “existiam de fato e de direito (Museu Nacional do Mar, Museu Histórico de Santa Catarina e Museu Nacional de Imigração, sediado em Joinville). Os demais nunca foram criados.” (RAFAEL, 2017, p.58)

Interessante observar no artigo 3º, em que falar sobre a delimitação das instituições pertencentes ao Sistema,

apenas três delas existiam de fato e de direito (Museu Nacional do Mar, Museu Histórico de Santa Catarina e Museu Nacional de Imigração, este último sediado em Joinville). Os demais nunca foram criados (RAFAEL, 2017, p.58).

Importante também é ligar alguns pontos com relação à criação do Museu Nacional do Mar, datado de 1991 e oficialmente aberto ao público em 1993. Período em que o país passou a lidar com a cultura como produto de mercado, e via no turismo uma forma de obter lucro e acelerar a economia.

Segundo Rafael (2017, p.58), ao citar dados de relatórios da FCC sobre a institucionalização do SEM/SC, que é feito curiosamente através do mesmo decreto de abertura do Museu Nacional do Mar⁵⁶. Estes relatórios atestam investimentos na compra de acervo e na expografia do Museu, mas

[...] o mesmo não aconteceu com o SEM/SC, que foi desativado no ano de sua institucionalização. Estes relatórios não apresentam nenhuma menção ao SEM/SC, apesar de existirem diversas ações envolvendo os museus administrados pelo Estado, todas vinculadas ao projeto de Turismo Cultural. Mas, ao contrário, apresentam com destaque a implantação do Museu Nacional do Mar (OLIVEIRA, 2007).

A FCC, a partir de 1991, é reestruturada, passando a contar com uma Diretoria de Patrimônio Cultural. Vinculadas à diretoria foram criadas gerências específicas: uma ligada ao patrimônio material, outra ao imaterial (pesquisa e documentação) e uma terceira para assessorar os museus, a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU) (OLIVEIRA, 2007).

Apesar da situação inoperante do SEM/SC, a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU), em 1992 deu início ao desenvolvimento de um trabalho de mapeamento e cadastramento das instituições museológicas. Esta documentação pertinente aos museus possibilitou um conhecimento sobre o quantitativo de museus existentes no estado (80 na época), bem como a diversidade de tipologias de acervo e condições estruturais dessas instituições (FCC, apud RAFAEL, 2017, p.59).

Os museus públicos coordenados pela Gerência tiveram seu material de divulgação e sua comunicação interna modernizados, em consonância com a política de turismo cultural (PIRES, 1996).

Em 1994 assume a Gerência de Museus a historiadora e especialista em Museologia Elizabete Neves Pires, que revela o seu espanto quando descobriu a existência do Sistema

⁵⁶ Decreto no 615, de 10 de setembro de 1991.

Estadual de Museus na estrutura, o que denota, de fato, o abandono do projeto do SEM/SC pela FCC.

Com a dificuldade de execução de projetos a GEOMU constitui parcerias com outras instituições, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), focando na implementação de cursos de graduação ou pós-graduação em museologia no Estado. Durante os anos de 1996 e 1997 foram realizados quatro encontros promovidos por uma comissão que agregou representantes da FCC, UFSC, IPHAN, Fundação Cultural Franklin Cascaes (FCFC, Florianópolis); Museu Histórico Thiago de Castro (MTC, Lages); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, Florianópolis) e Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC, Lages), com o objetivo de discutir as necessidades do setor museológico catarinense e a realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica (RAFAEL, 2017, p.60)⁵⁷.

Esses encontros resultaram na definição do formato do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), que se inspirou na dinâmica que já vinha sendo utilizada pela UFSC no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), de realizar encontros periódicos e descentralizados por todas as cidades que tinham sua colonização de base luso-açoriana. O NEMU foi formalizado no final de 1997 por Portaria 008/97, do gabinete do Reitor da UFSC, para ser um instrumento que viabilizasse “o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas às questões museológicas e museográficas”, objetivando a formulação de “políticas museológicas e culturais de médio e longo prazo” (OLIVEIRA, 2007, p.129).

As ações da GEOMU se orientaram no sentido de dar suporte ao NEMU,

[...] no início, lá em 1997 era apenas eu, o Peninha e a Ângela⁵⁸ que realizávamos essas oficinas de capacitação. E na medida, que fomos tendo um bom retorno, outras pessoas, até mesmo técnicos da Fundação Catarinense de Cultura, se juntaram a nós. [...] Chegamos a ter de seis a sete oficinas por cidade e tinha público. [...] foram quase dez anos de NEMU em que eu e o Peninha coordenamos. [...] como as oficinas de Museologia realizadas na década de 1980 pelo SEM/SC, há sinais de reconhecimento nacional pela iniciativa do NEMU [...] (informação verbal)⁵⁹ (RAFAEL, 2017, p.61)

Até, compreende-se que, a GEOMU fazia parte da FCC e dava suporte ao NEMU, que “pertencia” à universidade, e que se articulava melhor com os museus do estado que a própria instância estadual, representada pela FCC. Que por sua vez, tinha o Sistema (desativado), e o GEOMU, mas ainda assim não conseguia dar conta das demandas, ou, mais precisamente, não tinha interesse em lidar com as mesmas, e por isso auxiliavam o NEMU, que fazia um bom trabalho atingindo reconhecimento à nível nacional.

⁵⁷ Segundo relatório de atividades do NEMU, apresentado por Elizabete Neves Pires em maio de 2016.

⁵⁸ Referência a Angela Maria de Oliveira Paiva, museóloga e, na época, atuante no escritório regional do IPHAN em Florianópolis. Foi uma das responsáveis e a primeira coordenadora do curso de graduação em Museologia do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), em Orleans (2004 até 2009).

⁵⁹ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, em maio de 2016 à Maurício Rafael.

Se as presenças de representantes do IPHAN e da FCC na implantação do Núcleo foram fundamentais para sua legitimação, com o afastamento das pessoas de suas instituições (Angela Paiva e Elizabete Pires), a partir de 2003 o NEMU foi se institucionalizando como uma ação unicamente da UFSC e foi assumindo o vácuo deixado pelo Estado na área (OLIVEIRA, 2007, p.129).

Em 21 de março de 2006, através do Decreto nº 4.163, o SEM/SC é novamente instituído, influenciado pelas ações da Política Nacional de Museus (PNM/2003), que tinha em sua criação o objetivo de atingir sete eixos programáticos como norteadores das ações a serem desenvolvidas no campo dos museus:

1. Gestão e configuração do campo museológico;
2. Democratização e acesso aos bens culturais;
3. Formação e capacitação de recursos humanos;
4. Informatização de museus;
5. Modernização de infraestruturas museológicas;
6. Financiamento e fomento para museus;
7. Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Novamente Santa Catarina detinha de uma estrutura pertencente à instância governamental, responsável pelo planejamento de políticas públicas direcionado aos museus. Um dos diferenciais desta nova legislação, em comparação ao Decreto de 1991 é a composição da sua rede, esclarecido no seu artigo 3º:

Integram o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, todas as instituições museológicas do Estado de Santa Catarina cadastradas na Fundação Catarinense de Cultura – FCC (SANTA CATARINA, 2006).

Desta forma, conforme afirma Rafael (2017, p.66), o SEM/SC se posicionava como uma rede aberta a todos os museus interessados, desde que os mesmos formalizassem interesse através do cadastro. Além dessa mudança, reconhecida institucionalmente, houve uma importante evolução na sua formatação técnica através do Comitê Gestor do SEM/SC⁶⁰:

Art. 5º O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações para a área museológica, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus do Estado de Santa Catarina – SEM/SC, será composto pelos coordenadores dos seguintes órgãos e entidades:

- I – o coordenador do Sistema Estadual de Museus;
- II – 1 (um) representante do Núcleo de Estudos Museológicos, eleito entre seus pares;
- III – 1 (um) representante dos Museus Municipais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- IV – 1 (um) representante dos Museus Estaduais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

⁶⁰ “[...] colegiado consultivo formado por representantes de instituições e organizações para o debate, acompanhamento e avaliação das ações do Sistema” (RAFAEL, 2017, p.66).

- V – 1 (um) representante dos Museus privados ou mistos do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VI – 1 (um) representante dos museus federais localizados no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VII – 1 (um) representante das organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus, grupos étnicos e culturais e entidades organizadas que tenham efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VIII – 1 (um) representante das escolas e universidades que tenha efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- IX – 1 (um) representante do Conselho Regional de Museologia;
- X – 1 (um) representante de museus universitários, eleito entre seus pares.

§ 2o O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, será dirigido pelo coordenador do SEM/SC.

§ 3o As deliberações do Comitê Gestor, inclusive seu regimento interno, serão aprovadas mediante resoluções.

§ 4o A organização e o funcionamento do Comitê Gestor, serão regulamentadas por regimento interno.

§ 5o O Comitê Gestor poderá instituir Grupos Temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, que serão submetidos à sua composição plenária, definindo-se, no ato da criação do grupo, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos, podendo, inclusive, convidar para participar desses grupos representantes de órgãos e entidades públicos e privados, bem como dos Poderes Legislativo e Judiciário (SANTA CATARINA, 2006).

Nos anos que se seguiram, o Sistema concentrou sua atuação novamente na capacitação dos agentes atuantes em museus e nas instituições afins. Foram oferecidas 35 (trinta e cinco) oficinas de capacitação em parceria com o antigo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC) — e responsável pela implantação da Política Nacional de Museus (RAFAEL, 2017, p.67).

Entre 2006 e 2010 foram realizadas, no mínimo, duas ou três oficinas por ano, com parceria do DEMU/IPHAN. [...] convidávamos um profissional de Santa Catarina e um profissional do DEMU era cedido por eles. Eram duas oficinas por vez. [...] eram temáticas de interesse genérico, como implantação de museus, documentação de acervos. [...] Como não tínhamos uma pesquisa relativa, exatamente o que precisava, nós escolhíamos uma ou duas, desse pacote que era oferecido, mas atendia o que pretendíamos (informação verbal)⁶¹ (RAFAEL, 2017, p.67-68)

Mesmo com essas dificuldades o SEM/SC conseguiu publicar, em 2008, a segunda edição do Guia de Museus de Santa Catarina⁶², compilação de informações sobre as instituições museológicas, resultante de um novo mapeamento realizado em território catarinense (RAFAEL, 2017, p.69).

⁶¹ Entrevista concedida por Marli Terezinha Fávero Visconti em Florianópolis, maio de 2016 à Maurício Rafael.

⁶² Trabalho de um levantamento de dados que se iniciou em 1992 por Elizabete Neves Pires quando iniciou no GEOMU.

No ano de 2011, a atuação do SEM/SC foi novamente reformulada por meio do Decreto nº 599 de 18 de outubro do mesmo ano, estabelecido após consulta e discussão pública⁶³. Foi uma revisão impulsionada, de certo modo, pelo estabelecimento de novos marcos regulatórios para o campo museal brasileiro, como a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), originária da estrutura do DEMU/IPHAN/MinC e da Lei Federal 11.904/2009, denominada “Estatuto de Museus” que preconiza uma série de atribuições, responsabilidades e normatizações para os museus, suas entidades mantenedoras e seus profissionais (RAFAEL, 2017, p.69).

Neste mesmo ano, o SEM/SC também propôs, como uma iniciativa de conhecer melhor as regiões do estado e suas especificidades museológicas, promover a divisão do território catarinense em sete regiões: Oeste (1); Meio-Oeste (2); Serra (3); Sul (4); Grande Florianópolis (5); Vale do Itajaí (5) e Norte (7) - “permitindo um maior conhecimento das especificidades de cada território e uma atuação regionalizada” (RAFAEL, 2017, p.71)⁶⁴.



Figura 1 - Mapa de Santa Catarina com a identificação das regiões museológicas
Fonte: Sistema Estadual de Museus (SEM/SC).

O processo de regionalização das ações do Sistema impulsionou a realização do 3º Fórum de Museus de Santa Catarina no município de Chapecó, ainda em 2011. O evento

⁶³ Disponível em: <https://bit.ly/3le9LcL>. Acesso em 24 de agosto de 2020.

⁶⁴ Essa divisão respeita os parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

oportunizou o início da construção do Plano Estadual Setorial de Museus (PESM) para o estado, por meio de consulta pública e de proposição de ações pelos 277 participantes do encontro (RAFAEL, 2017, p.71).

Essa estruturação foi efetivada em 2013, quando a equipe do SEM/SC, com o seu Comitê Gestor, iniciou o texto base do Plano Estadual Setorial de Museus a partir dos diagnósticos e das proposições encaminhadas pelo público presente no 3º Fórum de Museus (RAFAEL, 2017, p.72).

Sobre o Comitê Gestor, a sua última composição data de 2013 através de votação realizada no 4º Fórum Catarinense de Museus,

[...] devido a não realização de um novo Fórum no período de dois anos, o mandato daquela composição expirou. Na edição de 2019 do Fórum Catarinense de Museus optou-se pela não realização de nova eleição devido a proposta do Estatuto Catarinense de Museus que altera a composição do Comitê e parte de sua finalidade. Neste sentido, quando da aprovação da proposta do Estatuto Catarinense de Museus, uma nova eleição será realizada para a composição do futuro Comitê do Patrimônio Museológico⁶⁵.

Seguindo a onda nacional, incentivada pelo próprio governo federal, era o momento de impulsionar o campo museal no estado. As práticas de participação da sociedade civil também foram sendo cada vez mais implementadas pelo SEM/SC na construção de documentos que significaram um marco para o campo futuramente.

Entre 2014 e 2016 a nova presidência da FCC assume a conduta de desmonte e torna inviável a continuação das atividades do SEM/SC, cortando inclusive seus recursos para a continuação de seus projetos. É de se imaginar que tais atitudes iriam refletir nas instituições museais que, mais do que nunca, contavam com as ações que vinham sendo proporcionadas pela equipe do Sistema nos últimos anos⁶⁶.

2.3 Cadastro Catarinense de Museus (CCM)

Junto com o Programa de Capacitação Museológica (PCM), e para entender melhor a realidade das instituições museais do Estado, em 2013 o SEM/SC lançou o Cadastro Catarinense de Museus (CCM), atendendo ao eixo de gestão do Plano Setorial de Museus. Através de formulários aplicados às instituições museológicas do estado, sua finalidade principal foi constituir-se como uma ferramenta de coleta de informações que possibilitasse a avaliação da atuação e da produção de conhecimento sobre os museus catarinenses.

⁶⁵ Renilton conforme entrevista realizada no dia 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

⁶⁶ A partir desse período, o assunto será melhor discutido no próximo capítulo.

O CCM se trata de um relatório criado para ser uma ferramenta de constante levantamento de informações sobre as instituições museológicas catarinenses, e que possibilita o estabelecimento de parâmetros para a certificação e o registro das mesmas. Através do CCM, que conta com publicação impressa e online disponíveis para consulta, torna seu conteúdo acessível também para a sociedade, objetivando fomentar informações para ampliar a pesquisa sobre os museus em Santa Catarina.

As informações foram coletadas a partir do preenchimento de um questionário feito a partir de 96 perguntas divididas em 6 blocos: Identificação (1); Informações institucionais (2); Estrutura e funcionalidade (3); Atividades museológicas (4); Informações do responsável pelo preenchimento do cadastro (5); Avaliação (6) (RAFAEL, 2017, p.101).

[...] dos 193 museus aderidos ao SEM/SC, 140 atenderam ao chamado da FCC e responderam o questionário, denotando uma participação de mais de 72% das instituições pertencentes à rede do Sistema Estadual de Museus (RAFAEL; CITTADIN, 2016).

Além do cadastro, o SEM/SC também é responsável pela publicação do Guia de Museus de Santa Catarina, onde qualquer cidadão pode ter acesso. Segundo informações do Guia, o estado de Santa Catarina é o que possui a menor concentração de museus em sua capital, com apenas 23 museus em Florianópolis, o que equivale a 12,71% do total do Estado.

O CCM serviu para compor o Cadastro Nacional de Museus (CNM), criado em 2006. Ambos funcionam para buscar aprofundar o conhecimento sobre o campo museal, através da coleta, registro e disseminação de informações sobre as instituições museológicas⁶⁷.

Este trabalho, como consta em seus objetivos, busca contribuir para os dados do CCM a partir da análise das três instituições selecionadas. Sendo todas de natureza administrativa público municipal, a escolha se dá pela relevância das mesmas para a cidade, por suas características históricas e arquivísticas, além da representação simbólica dentro da comunidade em que estão inseridas. Leva-se em consideração também as características que as diferem umas das outras, mas que se encontram no mesmo ponto, em que fazem parte da rede museológica de Florianópolis, estando cadastradas no CCM, e que tem o papel de contribuir para o desenvolvimento do campo no estado.

2.3.1 Centro de Documentação/Casa da Memória

Localizada na região central e histórica de Florianópolis, próxima à Catedral Metropolitana, a Casa da Memória é um centro de documentação vinculado à Fundação

⁶⁷ Informações mais detalhadas sobre os dados coletados pelo CCM e também pelo CNM podem ser consultados em RAFAEL, 2017, p.99-125.

Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes (FCFFC), oficialmente inaugurado em março de 2004.

Foi criada a partir de um antigo projeto da FCFFC, previsto em seu regimento interno de criação no ano de 1987, para servir como um braço direito para a Secretaria do Turismo, e que fosse responsável por cuidar dos registros das memórias da cidade. Sua gestão é feita pela FCFFC, através da Diretoria de Patrimônio Cultural⁶⁸.

A Casa da Memória tem como objetivo coletar, reunir e organizar os registros bibliográficos, iconográficos, fonográficos e audiovisuais, relativos à história, à memória, à identidade e à produção cultural da cidade. Possui um acervo aberto ao público com mais de 45 mil itens, em parte coletado através de doações feitas pela população da cidade, e ficam disponíveis para consulta para pesquisadores e interessados, mediante agendamento.

Entre as preciosidades que guarda, estão o Banco de Imagens Sylvio Ferrari, com milhares de fotografias e slides de caráter biográfico, histórico e geográfico, e o Arquivo Zininho, que mantém acervo de imagem e som, com ênfase às coleções organizadas pelo saudoso poeta, compositor e radialista Cláudio Alvim Barbosa.

Segundo o site da Prefeitura, o acervo da Casa da Memória é composto por três núcleos, divididos em audiovisual, história oral e pesquisa, biblioteca e um núcleo dedicado às publicações da Fundação Franklin Cascaes.

O edifício é tombado por leis municipais e conta com uma área de 470 m². Foi construído em 1929 para abrigar o Partido Republicano Catarinense (PRC), na gestão do então governador Adolfo Konder, servindo como sede do partido até 1940. Entre 1949 e 1978, abrigou o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), e entre 1949 até 1995 a sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Construída em estilo eclético, remete à *art nouveau*, muito característica das construções daquela década. Em dezembro de 1999 o prédio foi doado pelo governo do Estado à Prefeitura Municipal, que iniciou o projeto de restauro no ano seguinte. A execução das obras começou em 2002, até ser inaugurado o edifício para abrigar o projeto da Casa da Memória, permanecendo até hoje como Sede.

Paralelamente às atividades como centro de documentação, a Casa da Memória abriga ainda um auditório de 40 lugares, equipado com telão, onde são realizados cursos, palestras, lançamentos e outros eventos culturais. Além dos três núcleos que compõem a unidade,

⁶⁸ Outras duas instituições são administradas pela FCFFC, o Teatro da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO), e a Galeria Municipal de Arte Pedro Paulo Vecchiatti, também na região central, e o Centro Cultural Bento Silvério, que oferece dois equipamentos: o Casarão da Lagoa e a Casa das Máquinas, ambos localizados na região da Lagoa da Conceição.

também coordena as atividades da FFC Publicações, selo editorial da Fundação Franklin Cascaes que já lançou vários livros e DVDs, e uma biblioteca com acervo dedicado à história da cidade, também disponíveis para pesquisa no local.

2.3.2 Museu do Lixo da COMCAP

E o que um museu tem a ver com lixo? Tudo, pois se lixo faz parte da história do ser humano está no cotidiano e na cultura. Por que não um museu que aborda e trata estas questões? (MATOS & LUCAS, 2009, p.178).

O Museu do Lixo, como é comumente conhecido e chamado pelos funcionários e pelo seu entorno, faz parte da Autarquia de Melhoramentos da Capital (Comcap⁶⁹), da Prefeitura de Florianópolis, em Santa Catarina, e foi instalado em 25 de setembro de 2003.

A COMCAP [...] tem como um de seus setores um museu onde são expostos objetos antigos, arte feita com material reciclável, livros, entre outros materiais, grande parte deles retirados do lixo por meio da coleta seletiva (MATOS & LUCAS, 2009, p.170).

O galpão onde atualmente está localizado o Museu, faz parte do complexo da Comcap, localizado no bairro Itacorubi, em Florianópolis, sendo o local de transferência de toda coleta dos resíduos da cidade. O galpão possui 200 metros quadrados, servia de espaço de triagem, e atualmente é “composto de vestiário, refeitório e sala para atendimento de escolares, comunidade e pessoal envolvido com o meio ambiente [...] (MATOS & LUCAS, 2009, p.182).

Desde sua criação, o Museu vem se tornando referência em atividades relacionadas à educação ambiental em todo estado de Santa Catarina. Através de suas palestras que falam de forma lúdica e informal sobre conhecimentos acerca do ciclo da natureza e dos materiais, reforçam conteúdos sobre o consumo sustentável.

A ideia inicial do Museu era resgatar materiais jogados no lixo para construir um espaço de memória sobre hábitos e consumos da sociedade, tendo como foco principal a educação ambiental a partir dos objetos. Com o tempo, “materiais considerados curiosos pelos garis passaram a ser depositados no local. Em 2003, o então gerente da Divisão de Destino Final destacou um dos empregados, Valdinei Marques (Nei), para começar a montar e organizar o acervo (MATOS & LUCAS, 2009, p.183).

Ainda que com recursos e materiais precários, Marques coordenou a criação do Museu do Lixo e sempre agregou ao mesmo a função de espaço para educação ambiental. Desde o início, no local eram confeccionados brinquedos com materiais reciclados para serem apresentados às crianças visitantes (MATOS & LUCAS, 2009, p.183).

⁶⁹ A COMCAP (Companhia de Melhoramentos da Capital) é uma empresa de economia mista que cuida da limpeza de Florianópolis, contratada pela Prefeitura Municipal.

Sem nenhuma política de aquisição de objetos, a principal forma de aquisição ainda é através da coleta convencional, onde os garis após receberem orientação, trazem objetos que julgam interessantes para compor o acervo. “Esta colaboração se dá principalmente pela boa vontade e amizade entre os funcionários. (MATOS & LUCAS, 2009, p.183).

No entanto, os objetos expostos e a proposta expográfica indo contra qualquer “formalidade” expográfica, comum de museus mais tradicionais, é possível verificar “a questão histórica dos materiais e das pessoas, as mudanças e/ou as evoluções [...] durabilidade dos materiais, [...] o desperdício, [...] os impactos ambientais e de saúde causados pela produção de lixo e a mudança no comportamento humano” (MATOS & LUCAS, 2009, p.186).

Partindo do conceito de Museu, segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM), museu é:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, pesquisa, (grifo nosso) comunica e expõe, com a finalidade de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e de seu ambiente (MATOS & LUCAS, 2009, p.188).

Neste sentido, apesar de sua dinamicidade e se encaixar em grande parte na definição de museu, utilizando seu acervo para educação e lazer, o Museu do Lixo não realiza um dos principais objetivos que um museu se propõe a realizar: a pesquisa. E nem é possível encontrar muitos trabalhos externos que fale sobre a instituição e/ou seu funcionamento.

Hoje o Museu abriga milhares de itens doados por visitantes e que também são encontrados nos resíduos sólidos de Florianópolis através das coletas. Tem grande alcance com as escolas da cidade, promovendo oficinas que visam a sustentabilidade e reaproveitamento correto e descarte das embalagens.

O Museu do Lixo pode ser reconhecido como uma “unidade de inovação, instituição criativa e participativa, que tem como foco principal aproximar o público e fazer com que este público participe e interaja com as exposições ali dispostas” (MATOS & LUCAS, 2009, p.171).

2.3.3 Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ⁷⁰

Apesar de não possuir documentação precisa de sua construção, o casarão se trata de uma arquitetura colonial portuguesa, e foi a primeira edificação tombada pelo município de

⁷⁰ As informações coletadas sobre o Museu, foram levantadas conforme pesquisa em mídia, realizada no dia 02 de setembro de 2020, visto que não existem muitas publicações desenvolvidas e publicadas sobre o mesmo.

São José⁷¹, tamanha a importância de sua permanência e principalmente sua atuação perante a comunidade. O seu objetivo é representar e salvaguardar a memória de São José.

O Museu conta com o poder público para o seu gerenciamento, e é mantido pela Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Segundo a página da prefeitura, o prédio já abrigou a Guarda Nacional, serviu de residência para a família Ferreira de Mello, Escola Militar, Casa de Comércio, senzala e cavalaria. Foi restaurado em 1984 e, mais tarde, passou a abrigar o Museu Histórico. Ainda segundo a mesma fonte, o acervo é composto em sua maior parte através de doações da própria comunidade, ao longo dos anos, e mantém todos os seus objetos expostos⁷².

CAPÍTULO 3: Santa Catarina como Referência e o Programa de Capacitação Museológica (PCM)

A concretização da dimensão educativa do museu representa, [...] uma empreitada complexa que implica vontade política, apoio institucional, existência e disponibilidade de profissionais, criação de espaços de discussão e reflexão contínuos, articulação e atuação junto às diversas áreas do museu, elaboração de instrumentos de avaliação e pesquisas de público (VASCONCELLOS, 2010, p. 220).

3.1 Santa Catarina como Referência nas Oficinas pelo Estado

As oficinas de capacitação museológica existem no estado de Santa Catarina desde os primeiros anos de atuação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC)⁷³. Fernando Antonio Romero, cientista social e primeiro coordenador do Sistema até o ano de 1991, informa que as ações do SEM/SC ocorriam de forma informal, visto que o setor atuava sem qualquer marco regulatório.

[...] não houve uma criação legal, porque na época não havia essa necessidade de uma portaria, de uma lei criando. [...] funcionava meio que informalmente, mas havia uma estrutura no Estado inteiro, não tínhamos uma verba específica, mas quando precisávamos de uma diária, de uma viagem ou alguma coisa, sempre tinha recursos. Quando havia uma relação com Brasília, havia reuniões, eu acho que trimestrais do Sistema Nacional de Museus [...] para apresentar projetos dos Estados e discutir os [...] que já tinham sido feitos e realizados [...]. Eu era o representante de Santa Catarina e ia de três em três meses à Brasília e geralmente o Ministério da Cultura mandava a passagem e estadia (informação verbal)⁷⁴ (RAFAEL, 2017, p.54).

A criação do SEM/SC representou um marco para o campo museológico que, a partir de então, passou a ter um desenvolvimento mais organizado no estado.

⁷¹ Região compreendida com Grande Florianópolis.

⁷² Aparentemente não há espaço de reserva técnica.

⁷³ O SEM/SC foi criado em 1986.

⁷⁴ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016 à Maurício Rafael.

Eu acho que antes dessa atuação do Sistema, não podia se dizer que existia um campo. Passa-se a ter um campo museal a partir dessa atuação, eu acho que esse para mim foi o maior mérito dessa Política. E a partir do momento que você forma um campo, começam a vir demandas e exigências que o governo tem que responder. Então isso foi muito bom. Fora isso, houve um ganho muito grande de qualidade, e isso é inegável, porque antes era cru, ninguém imaginava que existia uma ciência museológica⁷⁵ [...] (RAFAEL, 2017, p.56).

Logo nos primeiros quatro anos do Sistema, foram realizadas 5 oficinas de capacitação, consideradas pioneiras em âmbito nacional. Infelizmente por mudanças na política municipal não foi dada continuidade às mesmas e, posteriormente, também houve o fechamento do Sistema.

Eu me afastei da Fundação⁷⁶, quer dizer, eu fui para o Museu Histórico de Santa Catarina, em 1991, acho. E simplesmente morreu lá, não se falou mais em Sistema de Museus (informação verbal)⁷⁷ (RAFAEL, 2017, p.59).

Em 1994 Elizabete Neves Pires, historiadora e especialista em museologia, assume a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU) que, dentro da estrutura da FCC, absolve as atividades do SEM/SC⁷⁸.

Na FCC a GEOMU trabalhava com uma estrutura mínima (composta da gerente e de um estagiário temporário) e contra uma política de patrimônio que privilegiava os tombamentos de edificações (RAFAEL, 2017, p.60).

O GEOMU, apesar de, na teoria, assumir as atividades do Sistema, teve seus esforços concentrados na gestão de poucas instituições museais do Estado⁷⁹. Vendo a dificuldade de se executar novos projetos, Elizabete procurou estabelecer parcerias externas, com o objetivo de atingir outras instituições museais⁸⁰.

Com a dificuldade de execução de projetos a GEOMU constitui parcerias com outras instituições, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), focando a implementação de cursos de graduação ou pós-graduação em museologia no Estado. Durante os anos de 1996 e 1997 foram realizados quatro encontros promovidos por uma comissão [...] com o objetivo de discutir as necessidades do setor museológico catarinense e a realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica (RAFAEL, 2017, p.60).

⁷⁵ Id.

⁷⁶ Referindo-se à Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

⁷⁷ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016 à Maurício Rafael.

⁷⁸ Que até então se encontrava inativo.

⁷⁹ Diga-se de passagem que, o GEOMU foi criado na década de 1990, período em que a cultura passava por um forte movimento global que ligava à lógica de mercado/mercadoria em todo país. Este momento coincide com o fortalecimento de museus ligados a processos migratórios, e sua melhoria era direcionada ao desenvolvimento e fomento do turismo por todo estado.

⁸⁰ Desde que assumiu o GEOMU, Elizabete também iniciou o levantamento de informações sobre museus do estado, levantando informações para que em 2001 pudesse ser lançado o Guia de Museus do Estado de Santa Catarina.

Foi nesta busca por parcerias que Elizabete encontrou em seu caminho o museólogo Peninha⁸¹, que no momento atuava no MARquE. Através do diálogo e interesses em comum, surgiu o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), que atuou por 10 anos no estado, prestando assessoria às instituições museológicas⁸².

A Fundação sempre foi muito procurada para atender e esclarecer questões museológicas do tipo, criação de Museus, como lidar com os acervos. E o Peninha, museólogo do Museu da UFSC, em conversas que tivemos, também era muito procurado para responder às mesmas questões que a FCC era solicitada. Então, após termos conversado, resolvemos unir forças em criar uma rede, um núcleo que pudesse atender essa demanda de formação no Estado, porque ainda não tinha um curso de Museologia em Santa Catarina, na época só tinham formações no Rio e na Bahia, no âmbito das graduações e São Paulo com a especialização (informação verbal)⁸³ (RAFAEL, 2017, p.61).

Seguindo a demanda por todo estado, o NEMU foi responsável pela organização de oficinas e assessorias prestadas à diversas instituições museais. O Núcleo chegou a ser mais ativo na representação da classe museal no estado que a própria FCC que, por sua vez, tinha pouca participação em investimento nos projetos desenvolvidos para o campo museal e, sua maior contribuição era disponibilizar a funcionária Elizabete para as ações do NEMU⁸⁴. Entretanto, mesmo sem muito apoio o grupo foi ativo por 10 anos, consolidando muitas parcerias em prol do desenvolvimento do campo.

Em 2003, após reforma administrativa ocorrida em toda a estrutura do Governo do Estado de Santa Catarina, alguns setores e cargos foram extintos na FCC, dentre eles a GEOMU. A partir de então, [...] os trabalhos relacionados ao campo museológico ficariam sob a responsabilidade da Gerência de Patrimônio Cultural (GEPAC) (RAFAEL, 2017, p.63).

Elizabete foi afastada do cargo antes mesmo do fechamento da GEOMU, em 2002. Após sua saída do departamento, recebeu convite para desenvolver trabalhos de consultoria ao MinC, orientando profissionais de museus catarinenses sobre o novo Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e o preenchimento do Cadastro Nacional de Museus (CNM). Viajando pelo estado, Elizabete contribuiu para o levantamento de dados sobre o campo museal, com a experiência do que já tinha produzido na elaboração do Guia, lançado em 2001.

Em 2004, já com o fortalecimento do Ministério da Cultura e a implantação da Política Nacional de Museus, a Fundação Catarinense de Cultura convoca a classe museológica para elaboração da redação da Política Estadual de Museus, bem como a

⁸¹ Gelci José Coelho (Peninha), museólogo atualmente aposentado pela UFSC. Foi Diretor do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), localizado dentro da Universidade, no período entre 1996 até 2008.

⁸² Em parte, este serviço era prestado com muito esforço dos próprios envolvidos.

⁸³ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016 à Maurício Rafael.

⁸⁴ Lembrando que o GEOMU fazia parte da estrutura da FCC e era responsável pelo setor museológico no estado, assim como o SEM/SC.

atualização do Decreto do SEM/SC. Em 2006, através de uma proposta para reformular a Política Estadual de Museus, Marli Fávero, na época arte-educadora, assume a coordenação do SEM/SC. Marli até então era funcionária da Secretaria de Estado da Educação e foi cedida à FCC, com o intuito de conduzir o processo de reestruturação do Sistema.

[...] eu lembro que eu li todos os documentos que estavam vindos pelo Departamento de Museus do IPHAN, para ficar a par, e dois meses depois, setembro ou outubro, não sei precisar bem a data, nós formamos um grupo de trabalho para a discussão de como formatar a nossa Política Estadual de Museus (informação verbal)⁸⁵ (RAFAEL, 2017, p.64).

É importante notar que Marli Fávero se mostrou interessada em conhecer o campo que estava adentrando, percebendo a importância e o peso de sua função dentro da instância estadual. Anos mais tarde, Marli ingressa no curso de Museologia da UFSC, mostrando algo diferente do que vem a ser uma prática em instituições culturais de Santa Catarina, em que existe um histórico de indicações para ocupar cargos de chefia em instituições públicas do estado (cultural ou não). Sendo assim, se torna incomum ver o esforço de uma técnica em desenvolver sua própria função.

As oficinas que eram realizadas nos anos seguintes, em parceria com o DEMU/IPHAN, apresentavam cunho genérico, sem uma lógica que proporcionasse entender a dificuldade específica de cada instituição. O local escolhido para as oficinas também não seguia uma demanda da classe, mas uma escolha aleatória.

Mesmo atuando paralelamente com o NEMU, não foi possível estabelecer uma parceria consistente que pudesse unir as duas unidades e contribuir de forma conjunta para o desenvolvimento das políticas públicas para museus no estado. O único acordo possível, foi com relação ao calendário que chegou a ser acordado para que as oficinas não fossem realizadas nos mesmos dias e locais, procurando atender assim o maior número de museus por região.

Marli esteve à frente do SEM/SC até 2011, quando Maurício Rafael assumiu a convite da presidência da FCC, na época. Maurício já ocupava o cargo de Técnico Analista Cultural como museólogo na Fundação desde 2010, e aceitou o convite para reformular o Sistema. A partir daí, dando continuidade às oficinas de capacitação que vinham sendo realizadas nos últimos 30 anos pelo estado, é criado o Programa de Capacitação Museológica (PCM), atendendo ao eixo 3 da Política Nacional de Museus (PNM), em um novo formato na organização das oficinas⁸⁶.

⁸⁵ Entrevista concedida por Marli Terezinha Fávero Visconti em Florianópolis, maio de 2016 à Maurício Rafael.

⁸⁶ Paralelamente ao PCM, outros projetos foram desenvolvidos no mesmo período. Entre eles os GT's de educação museal, que buscavam reunir a rede de educadores de instituições museais do estado; projeto de

3.2 O Programa de Capacitação Museológica (PCM)

O PCM foi executado pelo SEM/SC entre os anos 2011 e 2015. O projeto vem de encontro a uma demanda nacional da classe museológica, que entende que grande parte da equipe técnica, na grande maioria dos museus no país, não contam com formação especializada, tampouco com o profissional museólogo em seu quadro fixo de funcionários. Sendo assim, se viu como necessária dar continuidade aos projetos de capacitação de profissionais de museus, que já vinham ocorrendo no estado⁸⁷, para alcançar o pleno desenvolvimento destas instituições, visando prestar formação e capacitação adequada aos profissionais atuantes não tinham formação especializada, ou mesmo pela histórica rotatividade no quadro de funcionários em museus.

Pensado como uma política pública para os museus brasileiros, este projeto tinha como objetivo, promover uma maior participação dos estados nas tomadas de decisões sobre a realidade do campo museal de cada região museológica.

Importante destacar que, quando o PCM foi formatado, a realidade do campo museal catarinense era muito desafiadora. Não havia um número expressivo de museólogos atuantes no estado. Desta forma, inspirados na própria trajetória do SEM/SC, que ofereceu inúmeras oficinas de capacitação pontuais, pensamos em estruturar uma programação, de longo prazo, que pudesse oferecer um arcabouço teórico e prático, para profissionais que não tinham conhecimento técnico em Museologia, porém atuavam em museus⁸⁸.

Após uma série de reuniões, a equipe técnica do SEM/SC planejou um programa de formação continuada⁸⁹, oferecido através de oficinas introdutórias que abordassem diferentes temáticas, e que estivessem relacionadas às atividades práticas destas instituições como: conservação, gestão, segurança, educação museal, entre outros. O PCM foi pensado para ser ofertado de forma progressiva, ao longo de quatro anos (2011-2015), nas 7 regiões museológicas do estado.

Os objetivos do PCM eram:

- a) Qualificar os profissionais atuantes em museus, por meio de um procedimento ascendente de capacitação, sobre temáticas pertinentes ao campo museal catarinense;
- b) Democratizar o acesso aos cursos, de forma a replicar os módulos em todas as regiões;
- c) Criar condições para o estabelecimento de uma rede de contatos e trocas de informações entre os participantes;

aproximação entre o IBRAM e Santa Catarina; e o ciclo de palestras “Conversando sobre Museu”, que tem como objetivo aproximar os técnicos da realidade museológica. De todos, somente o último projeto encontra-se ativo pelo SEM/SC.

⁸⁷ Prática pioneira, que influenciou o projeto de gestão dos museus brasileiros através do PNM.

⁸⁸ Conforme entrevista por escrito concedida à autora em 04 de outubro de 2020 (Apêndice B).

⁸⁹ Programa de Capacitação Museológica (PCM).

d) Auxiliar os museus partícipes no desempenho de suas distintas funções técnicas e sociais (FCC, apud RAFAEL, 2017, p.77).

Além da equipe sempre reduzida⁹⁰, logo de início, segundo Rafael (2017 apud FCC, 2011), a equipe do SEM/SC teve que lidar com um redimensionamento no orçamento do programa, o que reduzia a realização das oficinas, sendo esta a primeira grande dificuldade enfrentada pela equipe para execução do projeto.

No segundo ano de atuação do PCM foram as eleições municipais que atrapalharam⁹¹. Segundo Rafael (2017, p.81), isso fez com que houvesse uma reorganização da distribuição dos módulos, mexendo com todo o andamento do projeto e da organização do próprio SEM/SC, que se viu tendo que adaptar novamente o cronograma para conseguir fazer com que o máximo de profissionais de museus pudessem ter acesso à todo conteúdo das oficinas, e que não houvesse uma temporalidade muito grande entre um módulo e outro, podendo correr o risco de se perder também, o conhecimento adquirido pelos participantes nas oficinas, entre o espaço de tempo, seja pela falta de prática ou troca de experiências, sempre proporcionada com os encontros.

Nos quatro anos em que coordenei o SEM/SC, a FCC teve 5 gestores. Foi praticamente impossível manter o planejamento inicial de nossas atividades por conta do personalismo e interferências de alguns presidentes, especialmente da gestão que presidiu a instituição entre meados de 2014 e 2016⁹². Havia uma dificuldade em compreender a importância da continuidade das ações que traçamos, que previam políticas de estado (e não de governo)⁹³.

Pela tradicional descontinuidade dentro do campo das políticas públicas culturais que se estendia, historicamente, por todo território nacional, e pela alteração na política municipal de Florianópolis, o último módulo previsto pelo projeto não pôde ser executado, e não foi oferecido até hoje aos profissionais de museus.

O PCM foi alvo dessa tradição de descontinuidade existente na gestão pública da cultura, sendo suspenso por tempo indeterminado, sob a justificativa de contingenciamento orçamentário, aplicada no momento de alteração na gestão da Fundação Catarinense de Cultura no ano de 2014. Essa suspensão colocou em xeque a construção coletiva de uma política pública para o campo museal, e frustra a expectativa de profissionais que aguardavam a realização do módulo 7 (Museus e Turismo) para finalizar esse processo de formação continuada (RAFAEL, 2017, p.130).

⁹⁰ Segundo relatórios de atividades do SEM/SC, durante o período de atividades do PCM (2011-2015), o Sistema possuía uma equipe técnica de apenas 3 a 4 funcionários efetivos.

⁹¹ Sai o então prefeito de Florianópolis Dário Berger (2009-2012), e assume Cesar Souza Júnior (2013-2016).

⁹² Por indicação, assume a presidência da FCC, Maria Teresinha Debatim (bancária por 29 anos, Diretora Administrativa da Casan entre 2002 e 2003, assumiu a Imprensa Oficial e o Arquivo Público do Estado entre 2007 a 2011, e em 2009 criou o projeto 100 Cópias, Sem Custos, que virou lei pelas mãos do deputado Jorginho Mello (PR), pai do então secretário de Estado, Turismo, Cultura e Esporte (SOL) Filipe Mello. Maria Teresinha tinha forte ligação política com ambos.

⁹³ Maurício Rafael em entrevista, por escrito, concedida à autora em 04 de outubro de 2020 (Apêndice B).

Segundo Renata Cittadin,

O maior impacto para as ações do Sistema foi quando da entrada da Maria Teresinha Debatin na presidência da Fundação Catarinense de Cultura. Ela deu início a uma política de desmanche iniciada na Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte fomentada por propósitos eleitoreiros. A FCC à época parou de financiar projetos culturais e começou a financiar projetos e participar de esporte. O orçamento do Sistema de Museus foi cortado, os projetos em andamento foram proibidos de serem lançados. Como foi o episódio do lançamento do Guia de Museus de Santa Catarina, que foi proibido seu lançamento porque o nome do secretário Jorginho Mello Filho não estava no evento de discussão técnico então ele mandou cancelar. Nessa toada vários procedimentos ilegais foram realizados na FCC como a assinatura de um contrato de gestão com a Associação de Amigos do Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras em São Francisco do Sul. Todas essas ações que não justificam uma ação de um gestor público foram realizadas pela presidente da fundação catarinense de cultura à época. [...] Naquele momento a FCC teve muita evasão. Nesse período o sistema retoma aos cuidados da Marli Fávero, mas sem condições⁹⁴.

Os fatos demonstram que o campo museal catarinense, assim como vindo sendo tratado o campo cultural no Brasil, historicamente possui problemas estruturais que precisam ser enfrentados pela junção do poder público, pelos técnicos atuantes nas instituições e na participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões. É também imprescindível e necessário que existam espaços abertos para essa participação, e caberia ao SEM/SC uma contínua busca em suas ações, procurando estimular e proporcionar diálogo para uma melhor configuração desse quadro.

3.3 Metodologia e avaliação do PCM

O conteúdo das oficinas PCM foi inicialmente dividido em 7 (sete) módulos, organizados conforme o quadro abaixo:

Módulo	Oficina	Execução
1	Gestão e planejamento museológico	2011
2	Documentação museológica e gestão de acervos	2012
3	Sustentabilidade dos museus	2012
4	Conservação de acervos e gestão de riscos	2013
5	Comunicação museológica	2013
6	Ação educativa e acessibilidade em museus	2014
7	Museus e turismo	2014

Figura 2 - Relação dos módulos pertencentes ao PCM
Fonte: FCC, apud RAFAEL, 2017, p.77

⁹⁴ Em entrevista por escrito, concedida à autora em 7 de setembro de 2020 (Apêndice C).

Até o ano de 2014 foram executados seis módulos, sendo que cada um deles ofertados, paralelamente, em diferentes regiões museológicas catarinenses, e atendendo 155 museus em diferentes períodos (RAFAEL, 2017, p.08)

Os módulos do PCM foram planejados com objetivo de ofertar uma capacitação em longo prazo que alcançasse a maior parte dos profissionais atuantes em museus catarinenses. Também era intuito que, ao seu final, o programa propiciasse aos participantes um conhecimento maior sobre a Museologia, os museus e a função social desta tipologia de equipamento cultural nos tempos contemporâneos (RAFAEL, 2017, p.78).

Para posterior avaliação do PCM⁹⁵, a equipe criou um questionário, utilizado para mensurar o impacto de cada oficina. A partir de 11 (onze) questões objetivas, procurou-se medir o nível de satisfação do aluno em diferentes aspectos do curso, contendo quatro níveis de respostas para avaliação, sendo: ótimo (O); bom (B); razoável (R) e fraco (F). As questões apresentadas no formulário se apresentavam da seguinte forma:

DESEMPENHO DO INSTRUTOR					
1	Demonstrou domínio dos conteúdos abordados: conceitual e prático.	O	B	R	F
2	Utilizou metodologia adequada aos conteúdos abordados.	O	B	R	F
3	Foi claro na apresentação dos conteúdos.	O	B	R	F
4	Relacionou os conteúdos apresentados à realidade dos participantes.	O	B	R	F
AVALIAÇÃO DO CURSO					
5	Os objetivos específicos do curso foram atingidos.	O	B	R	F
6	<u>Os conteúdos abordados têm aplicabilidade no seu trabalho.</u>	O	B	R	F
7	A carga horária programada para cada atividade foi suficiente.	O	B	R	F
8	Os textos distribuídos foram satisfatórios.	O	B	R	F
9	As instalações físicas foram adequadas.	O	B	R	F
DESEMPENHO DO PARTICIPANTE					
10	Particpei efetivamente das atividades desenvolvidas no curso.	O	B	R	F
11	Sinto-me em condições de aplicar os conhecimentos adquiridos.	O	B	R	F

Figura 3 - Recorte do formulário de avaliação do PCM
Fonte: FCC, apud RAFAEL, 2017, p.86

O mesmo formulário também dispunha de uma questão que estimulava a avaliação de forma dissertativa, solicitando ao participante que expressasse suas críticas sobre a oficina e sugestões para os demais módulos, numa tentativa de aprofundar o nível de julgamento sobre os módulos desenvolvidos (RAFAEL, 2017, p.86).

A análise do questionário foi primordial para mensurar o índice de participação de profissionais de museus do estado no Programa.

⁹⁵ Maurício relata que não foram feitas análise crítica das avaliações a cada nova oficina, e que isso impossibilitou a equipe de fazer as devidas adaptações a cada encontro. Desta forma, deixaram com que se mantivessem sua programação e plano de trabalho fixo até o final do último módulo oferecido (MÓDULO 6).

dos 193 museus aderidos à rede do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, 155 [...] participaram (por meio de seus profissionais) em algum dos módulos do programa. Porém, destes, 48 museus [...] foram partícipes de todos os módulos ofertados. Ou seja, menos da metade dos museus participantes concluíram a formação (RAFAEL, 2017, p.87).

Quando a análise foca os museus que participaram de todos os módulos fica perceptível a adesão maior das regiões Sul e Vale do Itajaí, acompanhados de perto pela região Oeste, com 10, 13 e 9 museus respectivamente [...]. Uma das possibilidades desse resultado é o alto grau de articulação destas regiões e consequentemente de seus museus, denotada também na participação dos representantes regionais junto ao Comitê Gestor do SEM/SC. Seus representantes possuem forte comunicação junto aos seus pares e atuam no sentido de capilarizar regionalmente as discussões e resoluções deste colegiado (RAFAEL, 2017, p.91).

Outro ponto negativo sobre o andamento do PCM, era a falta de disponibilidade na liberação dos funcionários dos museus para que pudessem participar de todos os módulos das oficinas. Esse foi um fator bastante comentado entre os participantes na época, e constantemente relatado nos registros de Maurício Rafael (2017) em sua pesquisa.

A falta de adesão ao responder questionários ou mesmo na participação das oficinas de capacitação, por parte dos museus catarinenses, envolve diversos fatores, que não só a falta de interesse dos profissionais destas instituições, mas também a falta de interesse da própria classe política em entender a importância da capacitação profissional, e principalmente, a preocupante falta de aplicabilidade do que está previsto na Lei 11.904/2009, quando fala sobre a necessidade e a importante contribuição do profissional museólogo para as instituições museais. Sendo a realidade brasileira, portanto, muito diferente do que está previsto na legislação, muitos museus não contam com profissional especialista na área, ou mesmo, quando existe, seja através dos Sistemas de Museus, é um único profissional para atender a demanda de várias instituições pelo estado.

Maurício Rafael também destaca na sua pesquisa a realidade do campo museológico naquele momento. Não havia uma compreensão de certa parcela dos técnicos de museus da importância da gestão realmente museológica para estas instituições. Tanto que a participação mais efetiva do público foi nas oficinas de caráter mais técnico, que despertou o interesse na resolução pontual de determinada dificuldade vivenciada pelos técnicos das instituições, e não como uma estratégia de gestão para a mesma.

Oficinas que se debruçaram a discutir e trazer cases de gestão e informações sobre legislação vigente para a área (módulo 1) e alternativas de financiamento e fomento para as atividades técnicas dos museus (módulo 3) não tiveram tanta frequência [...] (RAFAEL, 2017, p.90).

De uma forma geral, e de acordo com o retorno dos participantes nas oficinas, “as pessoas ressaltaram a importância de iniciativas relacionadas à formação dos agentes atuantes

em museus, [...]” (RAFAEL, 2017, p.95). Destes retornos, destacam-se dois, mencionados na dissertação de Maurício Rafael (2017), e que, de forma clara, mostra o que foram as ações do PCM, e o trabalho que o SEM/SC precisa enfrentar para contribuir efetivamente para as políticas públicas de museus no estado:

Considero a capacitação extremamente importante para formação dos agentes culturais ligados ao museu, pois traz conteúdos na prática e nas vivências. Portanto, o curso deveria ter uma carga horária maior (MÓDULO 3) (RAFAEL, 2017, p.95)

Nossos gestores deveriam participar dessas oficinas. Seria importante para que as autoridades percebessem suas responsabilidades com o patrimônio cultural e não deixassem nosso museu relegado ao descaso (MÓDULO 2) (RAFAEL, 2017, p.97)

Acredito que seria bastante importante que o Programa de Capacitação Museológica fosse além do módulo VII, previsto para 2015. As oficinas têm se mostrado relevantes, bem como a troca de experiências com outros profissionais (MÓDULO 5) (RAFAEL, 2017, p.98)

Neste sentido, é necessário ressaltar que no âmbito das políticas públicas, é imprescindível a participação da sociedade civil em sua formulação e execução de projetos. Mas também é importante a articulação entre os pares do campo cultural, principalmente entre museus e outras instituições e agentes culturais.

Aqui vale uma ponderação sobre a atuação política do SEM/SC. Não basta capacitar os agentes técnicos de museus, mas também é preciso uma ação mais efetiva de articulação e sensibilização junto aos prefeitos, secretários, presidentes de fundações e autarquias municipais sobre o potencial dos museus como espaços de construção de conhecimento, tomada de consciência e, por fim, de transformação social. Além disso, cabe a orientação quanto às responsabilidades as quais a legislação brasileira compromete esses gestores, no que diz respeito à preservação e difusão do patrimônio cultural, especialmente à Lei Federal 11.904/2009 e ao Decreto 8.124/2013 (RAFAEL, 2017, p.129-130).

Fatores externos também interferiram no desenvolvimento do Programa, com destaque para o desconhecimento ou resistência que os gestores públicos municipais, responsáveis pela administração da maioria dos museus catarinenses, têm para compreender suas responsabilidades no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Em muitos depoimentos fica entendido que, apesar da contribuição das oficinas para a instrumentalização, o conhecimento adquirido não é posto em prática por restrições orçamentárias e até políticas impostas àquele museu (RAFAEL, 2017, p.129).

Seguindo os comparativos positivos, ao final do PCM não havia mais museus de portas fechadas no estado. Situação diferente do ano de 2010, em que 4 das instituições avaliadas pelo SEM/SC tiveram suas atividades suspensas.

Servindo também para instrumentalizar basicamente os profissionais de museus a buscarem regulamentação jurídica sobre seu funcionamento, quanto à documentação referente ao ato de criação, em 2010 havia pelo menos 14 dos museus avaliados pelo SEM/SC, sem qualquer documento que abordasse sua data de criação, e outros 4 não responderam a esta questão. Em 2015, apenas 5 museus mantinham esta pendência. Em 2010 apenas 12 museus

possuíam o documento de regimento interno, já em 2015, apesar do baixo crescimento deste índice, este número subiu para 20 museus. Já com relação ao plano museológico, o crescimento também é baixo, porém, ainda teve aumento no número de museus que aderiram à este documento, conforme mostra o gráfico abaixo:

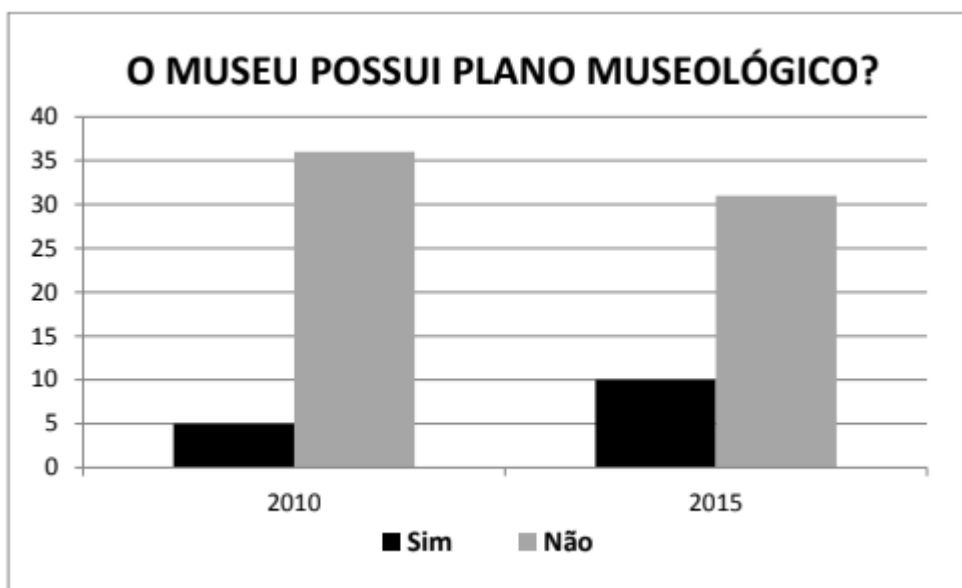


Gráfico 1 - Existência de plano museológico na instituição
 Fonte: Elaborado por Maurício Rafael a partir de informações coletadas no CNM e CCM⁹⁶

Também vale ponderar que um dos possíveis fatores para a dificuldade no crescimento deste índice, recai sobre a exigência do plano museológico ser coordenado por um profissional com formação em museologia, consonante com a legislação que regulamenta a atuação deste profissional⁹⁷, aliado a existência de poucos profissionais com esta habilitação em Santa Catarina⁹⁸.

Um dos objetivos dos módulos também era destacar o papel crítico e transformador dos museus na sociedade, retomando os preceitos da Nova Museologia e provocar a atuação das instituições museológicas junto à sua comunidade.

Dos 41 museus analisados, 26 [...] responderam em 2010 que não desenvolviam ações contínuas que envolvessem a participação da comunidade, seja no planejamento ou na recepção das ações culturais desenvolvidas pela instituição. Considera-se um índice preocupante e que vai contra ao pensamento museológico estabelecido há mais de 40

⁹⁶ RAFAEL, Maurício. 2017, p.108.

⁹⁷ Lei Federal 7.287/1984.

⁹⁸ Na época de sua pesquisa, em 2016, Maurício Rafael constatou 62 museólogos ativos, com cadastro no Conselho Regional de Museologia – 5a Região PR/SC. Atualmente, segundo o site Conselho Federal de Museologia, este número subiu para 113 profissionais cadastrados. Disponível em <https://bit.ly/3eb7qMz>. Acesso em 28 de outubro de 2020.

anos sobre a relação museu x comunidade. [...], anos depois, os indicadores praticamente se inverteram, com 24 museus [...] que reconheciam sua atuação próxima da sociedade que o circunda (RAFAEL, 2017, p.109).

Antes da execução do PCM existia um índice de apenas 24 museus trabalharem com algum tipo de gerenciamento de seu acervo (arrolamento, inventário, catalogação, tombamento e/ou inclusão dessas informações em plataformas informatizadas de gerenciamento). Após as oficinas, o número subiu para 39 museus que “detinham algum tipo de controle sobre o registro/documentação de suas coleções, chegando ao índice de mais de 95%” (RAFAEL, 2017, p.110).

Um ponto considerado extremamente importante, e que é levantado por Maurício Rafael em sua pesquisa é que, levando em conta a falta de recursos financeiros, por parte do poder público às instituições culturais, e também, a falta de apresentação de projetos, por estas instituições em editais de cultura, é também a falta de conhecimento dos profissionais de museus sobre a possibilidade de recursos financeiros para os projetos, mais especificamente quanto à submissão à Lei Rouanet.

dos 41 museus [...] 14 deles [...] manifestaram que nunca receberam apoio financeiro externo, seja por falta de interesse ou de conhecimento técnico quanto à elaboração de projetos que conquistem a atenção dos avaliadores ou patrocinadores (RAFAEL, 2017, p.112).

Neste sentido, as oficinas com esta temática buscaram “extrapolar o ensino de metodologias de modelagem e formação de projetos culturais para submissão a editais de apoio financeiro. [...] alternativas de recursos e apoio (não necessariamente financeiro) aos museus, como parcerias institucionais e o estabelecimento de redes regionais e temáticas de museus” (RAFAEL, 2017, p.113).

O acanhamento na evolução dos índices deste segmento pode encontrar justificativa na dificuldade que as instituições ainda têm para ampliação de sua equipe técnica – necessária para a desejável segmentação dos trabalhos técnicos, e conseqüente atendimento à cadeia operatória museológica (RAFAEL, 2017, p.121).

Em Florianópolis, por exemplo, conforme o quadro abaixo, nos últimos 10 anos, além do vácuo na presença de concursos para a área, não houveram muitas vagas para museólogos na cidade. Sendo que em 2010 se tratou do concurso que aprovou a equipe de reformulação do SEM/SC a partir de 2011. O concurso de 2017 se refere à ocupação de vaga de museólogo dentro da Universidade (UFSC). E em 2019 se trata do concurso do Consórcio Interfederativo Santa Catarina (CINCATARINA) que movimentou o cenário com a abertura do edital, entretanto, a contratação era de 1 ou 2 profissionais para atender instituições por todo estado.

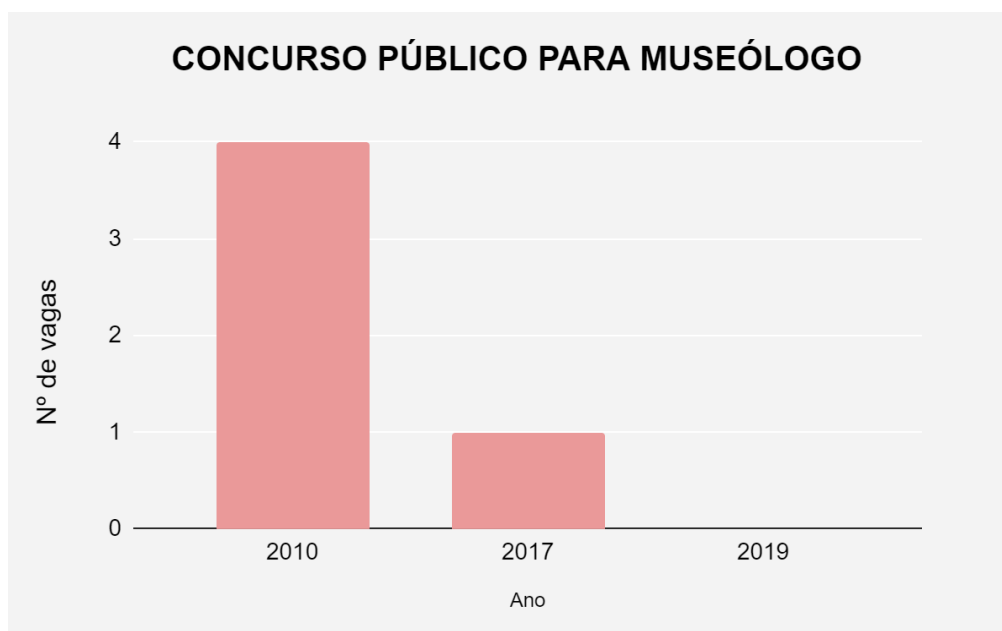


Gráfico 2: Concurso público para museólogo em Florianópolis nos últimos 10 anos
 Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de informações coletadas em mídias públicas digitais.

Mesmo após quase uma década de implementação de um importante marco regulatório para o campo museal brasileiro (Lei Federal 11.904/2009 - Estatuto de Museus), ainda são poucas instituições catarinenses que conseguiram atender aos pressupostos da legislação. O plano museológico, por exemplo, ferramenta de fundamental planejamento estratégico ainda não é uma prática presente na maioria dos museus de Santa Catarina (RAFAEL, 2017, p.128).

Com relação aos museus incluídos na região correspondente à Grande Florianópolis, menos da metade das instituições presentes no CCM (21 no total), participaram de pelo menos uma das oficinas. Conforme Rafael (2017, p.91), apenas 3 deles participaram dos seis módulos executados durante os 4 anos de aplicação do projeto.

arrisco dizer que a região da Grande Florianópolis era a mais desarticulada, se comparada com as outras do interior (especialmente Vale do Itajaí, Sul e Oeste). Não percebíamos o engajamento entre os museus da capital e isso se refletia na própria representação dessa região no Comitê Gestor do SEM/SC (formado por representantes de todas as regiões e por instituições governamentais), que diferentemente das outras regiões pouco participavam das reuniões e da mobilização que estávamos desenvolvendo no Estado. Esse aspecto, no meu entendimento, afetou a participação destas e outras instituições nas ações do Sistema⁹⁹.

Com uma equipe reduzida no SEM/SC, os participantes das oficinas deveriam, por uma questão moral, buscar seu aperfeiçoamento profissional dentro de um cargo público. Entretanto, como o próprio Rafael (2017) menciona, existe um histórico processo de relação entre instituições, e entre instituições e o Estado, presente na cidade de Florianópolis. E não se

⁹⁹ Conforme entrevista por escrito concedida à autora em 04 de outubro de 2020 (Apêndice B).

pode esquecer das discontinuidades políticas e alta rotatividade dos técnicos de museus, contribuindo e muito para a falta de comprometimento da instituição museal com o Sistema.

O pesquisador ainda propõe perguntas que gostaria que pudessem ser respondidas após avaliação do relatório geral do PCM, mas que infelizmente não puderam ser feitas devido às discontinuidades da gestão administrativa da FCC, que refletiram diretamente no andamento do Projeto. Como uma adaptação destas questões, e trazendo para a realidade do presente trabalho, surgem perguntas como¹⁰⁰: será que, de fato, as oficinas oferecidas contribuíram para o desenvolvimento das atividades técnicas dos profissionais atuantes nestas instituições? O conteúdo programático atendeu as expectativas dos que puderam participar na época? O conteúdo proporcionou melhorias no diálogo das instituições com seus públicos?

Para o presente trabalho, a tentativa é investigar de que forma, após quase 10 anos da realização da primeira edição de oficinas do PCM, seguido de um histórico de oficinas oferecidas por técnicos do estado nos anos anteriores, em diferentes formatos, os museus escolhidos, fazendo parte da região da Grande Florianópolis, estão se desenvolvendo? Quais são os reflexos desse histórico cenário vivido pelo estado no ano de 2020? Qual a perspectiva de futuro para os museus de Florianópolis e qual será a realidade enfrentada por estas instituições?

3.4 Envolvimento das instituições escolhidas com o PCM

Tendo em vista a já comentada falta de pesquisa sobre políticas públicas para museus em Santa Catarina, e sobre o próprio desenvolvimento do campo no estado, foi com base, principalmente, na dissertação de mestrado de Maurício Rafael (2017), e os dados por ele apresentados na pesquisa, que foi possível analisar a dimensão do impacto do PCM nas instituições escolhidas para este trabalho.

O Caderno de Orientação para o Cadastro Catarinense de Museus, lançado em 2013, se torna mais útil para esta pesquisa, que o próprio Relatório do Cadastro (2017), visto que o primeiro informa as perguntas pelas quais as instituições cadastradas tiveram que responder para fazer parte do sistema estadual. Já o segundo, não contém os dados individuais das instituições, apenas uma visão geral, ilustrada por gráficos, correspondendo à informações em comum entre as instituições levantadas, porém, sem especificá-las. De qualquer forma, ambos documentos se tornam uma importante fonte de informação para orientar o pretendido preenchimento das lacunas com esta pesquisa, a fim de que, para a sua construção, e ao final

¹⁰⁰ Levando em conta que tais questões surgem como uma hipótese do que se pretende obter a partir deste trabalho.

dela, possa contribuir para os dados do SEM/SC, ampliar o conhecimento sobre as instituições de um modo geral e contribuir com o conhecimento sobre o próprio campo em Florianópolis, conforme previsto nos objetivos.

De acordo com os documentos analisados foi possível perceber que somente a Casa da Memória participou de todos os módulos oferecidos¹⁰¹. Quanto ao Museu do Lixo fica claro que, apesar de não ter participado de nenhuma das edições das oficinas oferecidas na capital, há registro de assessoria prestada através de visitas técnicas com posterior proposição de melhorias¹⁰².

Ao analisar o Caderno de Orientação para o preenchimento do Cadastro Catarinense de Museus, foi possível observar que havia perguntas amplas, sem que se pudesse ter um conhecimento mais minucioso sobre cada instituição. Entende-se também que como uma ação inovadora para levantamento de dados pelo estado, naquele momento¹⁰³ seriam suficientes para uma visão geral sobre o campo museal catarinense. Para esta pesquisa foi possível e necessário aproveitar de algumas questões do Cadastro, porém, ampliando as perguntas e o campo de respostas, a fim de conhecer mais profundamente tais instituições e sua relação com as políticas do estado.

Ao final do ano 2019 o SEM/SC lançou uma nova campanha de renovação do CCM que, até agosto de 2020¹⁰⁴, ainda não havia finalizado o cadastro, pelo motivo de que não haviam atingido um número suficiente de instituições que se cadastraram no primeiro momento da chamada para sua renovação. A falta de adesão é justificada pela pandemia do COVID-19, que fez com que muitas instituições passassem a executar suas atividades de forma remota, prejudicando o bom desenvolvimento administrativo das mesmas. Sendo assim, a informação recebida naquele momento foi de que não seria possível encaminhar documentos que poderiam melhor subsidiar esta pesquisa.

¹⁰¹ Conforme relatório de análise sobre a participação das instituições museológicas nas oficinas, utilizada por Maurício Rafael (2017, p.87), a Casa da Memória participou de todos os módulos, e foi a única instituição museal de Florianópolis cadastrada no Sistema que completou o ciclo de oficinas.

¹⁰² Segundo os relatórios, houve 3 assessorias prestadas à equipe do Museu do Lixo entre os anos de 2012 e 2013, e 1 visita em 2013 ao MHMSJ, que também não há registro de sua participação nas oficinas.

¹⁰³ Levando em consideração que o Relatório Geral do Cadastro foi lançado em 2013, mas os dados foram coletados anteriormente a esta data, ainda em um momento recente para a nova gestão que se estabelecia no SEM/SC.

¹⁰⁴ Segundo email de resposta recebido pela equipe do SEM/SC em 04 de agosto de 2020, após três tentativas anteriores de contato.

CAPÍTULO 4: Metodologia e coleta de dados

O “lugar” da museologia é onde estão as relações do homem com o patrimônio cultural e a posição da museologia está na construção de conhecimento para compreensão do fato museológico (CURY, 2009, p.35)

Dentro de uma instituição museal, não basta criar ações práticas sem que estas sejam constantemente avaliadas e adaptadas para a realidade do público que as consome. Neste sentido, a pesquisa se torna um processo de avaliação institucional que, quando feita por um profissional museólogo(a), seguindo seus métodos e técnicas, para além do olhar sensível para o todo, contribui de forma não só quantitativa mas principalmente qualitativa para o desenvolvimento das instituições museais e para o próprio campo da museologia.

Assim, conforme afirma Renata Cittadin em entrevista por escrito concedida à autora¹⁰⁵:

o campo museal não é construído por museólogos e o universo dos trabalhadores de museus é um caleidoscópio de profissões, mas quando falo museólogo estou tratando da moderação do debate do campo a partir da ciência Museologia e isso é muito importante.

Dando prosseguimento à pesquisa e, com a proposta de uma avaliação pontual através das três instituições selecionadas¹⁰⁶, buscou-se entender melhor o campo museológico em Florianópolis e a atual conjuntura das práticas de políticas públicas para museus na cidade. Assim, para fazer o levantamento de informações e alcançar este objetivo, foi elaborado um questionário através da plataforma Google Forms, e enviado para as três instituições através de seus e-mails institucionais. E também entrevistas por escrito, aplicadas a três atores do campo museológico no estado, entre eles, o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC).

O questionário consistia em 92 campos de preenchimento, dividido em 9 blocos, em sua grande maioria com opção de respostas abertas e dissertativas¹⁰⁷, tendo como foco analisar o momento atual em que cada instituição se encontra. De forma que, através das informações coletadas, pudesse ser feita uma análise da sua atual situação, e se possível, verificar o reflexo ainda presente das ações do PCM e do próprio SEM/SC¹⁰⁸ nos últimos anos.

¹⁰⁵ Apêndice C.

¹⁰⁶ Museu do Lixo, Casa da Memória e MHMSJ.

¹⁰⁷ Apêndice D.

¹⁰⁸ Levando em consideração que, os dados que o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) possui atualmente sobre as instituições, são do Cadastro Catarinense de Museus (CCM), publicado em 2013.

Pela extensão do questionário e, posteriormente, ao analisar as respostas, observou-se que existiam muitas semelhanças entre as instituições. Assim, ao final deste capítulo, foram selecionados os principais pontos analisados do questionário e criado marcadores centrais¹⁰⁹.

O principal marcador e foco desta pesquisa é a **FORMAÇÃO** dos funcionários nas instituições, para entender de que forma estas procuram melhorar a prestação de serviço para a sociedade e o seu próprio desenvolvimento institucional através da capacitação profissional de sua equipe. Enquanto instituições museais, e portanto, que possuem acervo, e que existem a partir dele e através do mesmo que se estabelece a comunicação com o público, foi criado o marcador **ACERVO**, que engloba a conservação, documentação e pesquisa. O marcador de **COMUNICAÇÃO** é utilizado para abordar assuntos relacionados com o diálogo estabelecido com o público, não só através das exposições mas também a partir das parcerias estabelecidas, ou mesmo o que comunica formalmente através de sua documentação institucional¹¹⁰. E por fim, o marcador **DESAFIOS**, que fala sobre as atuais dificuldades de cada instituição, entendendo-as como desafios a serem enfrentados para o seu funcionamento.

As perguntas que constam no Cadastro Catarinense de Museus (CCM), foram elaboradas pela equipe do SEM/SC para o primeiro período em que foram oferecidas as oficinas do Programa de Capacitação Museológica (PCM), entre os anos 2011 e 2014, e serviram de base para a elaboração do questionário enviado às instituições. Algumas questões do CCM foram remodeladas e inseridas no questionário, pois julgou-se importante para, a partir das respostas, analisar as mudanças que as instituições passaram desde o último preenchimento do Cadastro.

A partir dos dados levantados com o CCM e da análise dos relatórios do SEM/SC durante o período do PCM (2011-2014), observou-se a ausência de questões que possibilitasse conhecer as instituições de forma mais individual. Sendo assim, e de acordo com o que seria relevante para a pesquisa, foram elaboradas questões que pudessem preencher estas lacunas¹¹¹.

Vale ressaltar que, a primeira - e única - publicação do CCM (2013), é composta por 106 campos de preenchimento, divididos em 19 blocos. Ao analisar as informações coletadas, percebe-se que esta foi uma importante ferramenta e estratégia para conhecer melhor as instituições do estado, mesmo que naquele momento tenha sido de forma generalizada. O período em que foi feito o CCM, também coincide com o período de reformulação do

¹⁰⁹ Questionário com as respostas (Apêndice E).

¹¹⁰ Aqui englobam-se os documentos: regimento interno e plano museológico.

¹¹¹ Apêndice F.

SEM/SC, e a tentativa de ampliar sua zona de alcance e, através das informações coletadas, formular futuras ações para o campo museal no estado. Era preciso naquele momento levantar dados mais gerais para conhecer a realidade do campo museológico catarinense.

Sobre este ponto, Renata Cittadin comenta na entrevista sobre o início de sua trajetória no Sistema:

O SEM/SC tinha uma atuação muito diminuta e sem uma agenda clara para o campo museológico de SC. O Sistema operava oficinas de formação pontuais durante o ano e não pensava em programas de formação continuada levando em conta as demandas dos trabalhadores de museus; aliás essa era uma questão não haviam indicadores produzidos sobre o setor; era realizada a adesão de instituições de qualquer gênero, não necessariamente museus [...]. Também realizada despropositadamente o Fórum de Museus que a cada realização não tinha proposta, metodologia ou foco de debate de política pública. [...] em 2011, paramos de debater as diretrizes de uma política e propomos o diagnóstico do campo, para depois a elaboração de um plano, e uma agenda clara para o setor que no último fórum¹¹² resultou no Estatuto Catarinense de Museus¹¹³.

Recentemente o Sistema realizou, através de boletim eletrônico, uma chamada às instituições museais para atualização do Cadastro. Segundo Renilton¹¹⁴, a proposta de modelo de questões se manteve a mesma desde que foi divulgado em 2013, ou seja, as mesmas perguntas que compõem o modelo do CCM em 2013, foram replicadas às instituições na chamada de atualização do mesmo, ainda no final de 2019¹¹⁵. Mas segundo o próprio Renilton na entrevista, informa que a equipe pensa em “aperfeiçoar o Cadastro Catarinense de Museus”.

Neste aspecto é interessante trazer novamente o ponto citado no primeiro parágrafo deste capítulo, e reconhecer a importância da avaliação constante que deve ser submetida a qualquer processo institucional. Para Marília Xavier Cury, “A avaliação alimenta, ajusta, adequa, corrige...faz o sistema andar em direção aos objetivos traçados e aos propósitos institucionais” (CURY, 2009, p.33).

Ao mesmo tempo que as instituições analisadas retornam suas respostas do questionário com problemáticas ainda não resolvidas, assim como questões de entraves para o seu desenvolvimento institucional e prestação de contas para a sociedade, na entrevista realizada com o SEM/SC, não fica claro como este busca ter conhecimento de questões mais individuais de cada instituição.

¹¹² Realizado em 2019 na cidade de Laguna.

¹¹³ Conforme entrevista concedida à autora em 7 de setembro de 2020 (Apêndice E).

¹¹⁴ Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, coordenador do SEM/SC em entrevista concedida por email à autora em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

¹¹⁵ Até outubro de 2020, o SEM/SC promoveu sua campanha para atualização do cadastro das instituições museais catarinenses. Conforme boletim eletrônico recebido pela autora no dia 20 do mesmo mês, 78,2% das 212 instituições cadastradas no Sistema já haviam feito a atualização do cadastro. Ainda restavam a participação de 59 delas.

A coordenação do SEM/SC sempre que requisitada atende conforme a sua disponibilidade de datas e corpo técnico, em situação de visita técnica solicitada e efetuada que tomamos conhecimento de forma efetiva das situações das instituições museológicas em Santa Catarina¹¹⁶.

Passados 7 anos do lançamento do CCM, é interessante analisar de que forma o SEM/SC atualmente se propõe fomentar esta avaliação, que é tão essencial e cobrada pelos teóricos da museologia para o bom funcionamento de uma instituição museal. Enquanto ocupar uma posição central no campo museológico do estado, é esperado que o Sistema busque uma constante articulação com as instituições. E é importante lembrar também que, a grande maioria delas não possui profissional museólogo para realizar uma avaliação institucional adequada e acompanhar o processo avaliativo, assim como manter um contato direto com o Sistema, que visa estreitar as relações e buscar melhorias locais. E isso quer dizer que, o Sistema, na representação do Estado, é o mediador desta relação.

Mas para além de uma melhor articulação do SEM/SC com as instituições museais, é importante analisar a relação museólogos X museus no estado de Santa Catarina¹¹⁷. A imagem a seguir traz os dados do SEM/SC sobre a quantidade de museus no estado¹¹⁸, e o quadro atual de funcionários do Sistema¹¹⁹.

¹¹⁶ Renilton Roberto da Silva Matos de Assis em entrevista concedida à autora em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

¹¹⁷ Que não difere da realidade da grande maioria dos museus no Brasil.

¹¹⁸ Conforme informação que consta em boletim eletrônico enviado pelo mesmo em 20 de outubro de 2020, referente à atualização do CCM.

¹¹⁹ Conforme informações coletadas na entrevista realizada com o coordenador do SEM/SC em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

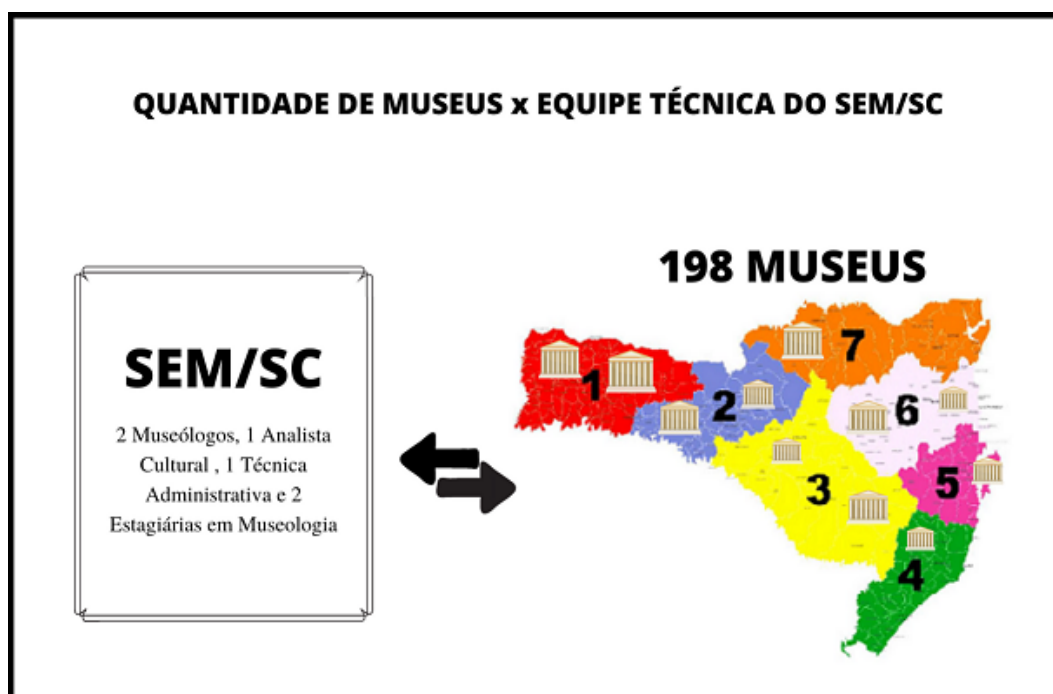


Figura 4 - Relação de museus no estado de Santa Catarina e quadro técnico do SEM/SC.
Fonte: Elaborado pela autora com informações do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) e com base na entrevista realizada com o coordenador do SEM/SC¹²⁰.

Fica claro que, ainda hoje, a demanda se torna desproporcional para o reduzido quadro de funcionários no Sistema¹²¹, que nem em outros momentos de sua atuação, conseguiu dar conta sem que houvesse muito mais esforço por parte dos técnicos que atuação efetiva do próprio Estado.

Desta forma, para analisar o papel do Estado, foram elaboradas 3 entrevistas por escrito e enviadas por email para três convidados: Maurício Rafael¹²² e Renata Cittadin¹²³, ambos com ativa e importante participação na elaboração e prática durante o período do PCM¹²⁴. E também para o SEM/SC, que foi respondida através de seu Coordenador Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, que atua na FCC como museólogo desde 2010, e que também participou das ações do Sistema durante um período em que eram executadas as

¹²⁰ Renilton Roberto da Silva Matos de Assis.

¹²¹ Levando em conta que o número de museus no estado pode ter aumentado consideravelmente desde 2013, porém, somente com a próxima publicação do Cadastro atualizado é que será possível ter um número preciso.

¹²² Apêndice B.

¹²³ Apêndice C.

¹²⁴ Renata Cittadin, mesmo após sua saída do SEM/SC, participou de uma edição do *Conversando sobre Museus*, já com Renilton como coordenador do Sistema.

primeiras oficinas do PCM¹²⁵, vindo assumir a coordenação do Sistema posteriormente em 2017¹²⁶.

Não tendo conhecimento das informações que foram coletadas sobre as instituições ao longo dos anos que sucederam as oficinas do PCM, e portanto, partindo do princípio de que, existe um intervalo de 7 anos de levantamento de dados sobre as instituições, a proposta das entrevistas foi analisar, pela perspectiva de Maurício Rafael e Renata Cittadin, o momento inicial de aplicação do PCM pelo estado, e entender o comprometimento do próprio Estado com este projeto, através do SEM/SC, que por sua vez, ao aplicar a entrevista, procurou-se obter informações sobre a atuação do Sistema, analisando principalmente as suas atuais parcerias, diálogos estabelecidos com as instituições museais e propostas de capacitação oferecidas desde a última edição do PCM.

Ao concluir as entrevistas, obteve-se poucas informações sobre as instituições selecionadas para análise¹²⁷. Renilton, por exemplo, ao falar sobre assessoria prestada às mesmas, informa que não houve registro de atendimento recente¹²⁸. Portanto, coube ao questionário aplicado às instituições coletar informações atualizadas sobre as mesmas, e que mesmo assim, a extensão de informações que cada uma expôs no questionário, é proporcional ao conteúdo referente à cada instituição nesta pesquisa¹²⁹. Já com as entrevistas, pode-se entender os diferentes momentos vividos pelo SEM/SC através de sua equipe técnica.

4.1 Sistema Estadual de Museus (SEM/SC)

A entrevista elaborada para ser encaminhada ao responsável pelo SEM/SC, foi idealizada para levantar informações sobre as ações que o setor vem desempenhando ao longo dos últimos anos nas instituições museais do estado. Conforme informações coletadas na entrevista, o SEM/SC possui atualmente um quadro técnico mais extenso do que possuía assim que Marlí Fávero assumiu a sua coordenação em 2010¹³⁰. Atualmente a equipe do SEM/SC é composta por 2 museólogos (efetivos), 1 Analista Cultural (efetiva), 1 Técnica administrativa (terceirizada) e 2 Estagiárias de Graduação em Museologia.

¹²⁵ Inclusive, segundo Renata Cittadin em entrevista concedida à autora, informa que Renilton foi o responsável pela escrita do projeto das oficinas.

¹²⁶ Entrevista na íntegra disponível em Apêndice A.

¹²⁷ Casa da Memória, Museu do Lixo e Museu Histórico de São José-MHMSJ.

¹²⁸ Conforme entrevista concedida à autora, por e-mail em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

¹²⁹ Ao analisar as respostas do questionário (Apêndice E), percebeu-se que o Museu do Lixo é a instituição que mais disponibilizou informações.

¹³⁰ Ficou sozinha no setor até o concurso público realizado no mesmo ano resultar na contratação de dois museólogos: Maurício Rafael e Renata Cittadin.

Compreende-se que o quadro técnico atual, e como vem sendo há muitos anos reduzido, não consegue dar conta das demandas de todas as instituições para que as atuações do SEM/SC possam ser efetivas. No entanto, com relação à promoção de capacitação profissional aos profissionais de museus, nos últimos anos, o Sistema tem focado em oferecer oficinas sobre elaboração do Plano Museológico e Educação Museal, seja através do módulo de continuidade do PCM¹³¹, ou através do projeto de mesa redonda *Conversando sobre Museus*.

É importante ressaltar que o Plano Museológico é um documento de extrema importância para o funcionamento de museus.

[...] é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, Lei 11.904, 2009).

É nele que constam informações sobre a missão, visão e valores do Museu, sendo estes pontos a base para propor ações internas e externas, com propostas de curto, médio e longo prazo, no intuito de melhorar cada vez mais a função social da instituição, sempre levando em consideração o caráter interdisciplinar das atividades desenvolvidas nestas instituições.

O Plano Museológico é um documento de planejamento estratégico que também só pode ser validado quando executado por um profissional museólogo¹³². O que diverge das investidas desta temática, por parte do SEM/SC, através das oficinas do Projeto *Conversando sobre Museus* ao longo dos últimos 3 anos, sendo que, a grande maioria não possui este profissional em seu quadro técnico para acompanhamento do processo e elaboração do material¹³³.

Além disso, conforme as informações coletadas a partir das respostas das instituições analisadas, ao questionário, suas necessidades atuais vão de encontro à questões mais basilares para seu funcionamento, relacionadas à conservação de acervo, como a Casa da Memória, que lida com materiais fotográficos e fonográficos; regulamentação jurídica,

¹³¹ Que voltou a ser oferecido desde 2017.

¹³² Conforme Art. 4 do Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, que diz: “Para o provimento e exercício de cargos, empregos e funções técnicas de Museologia na administração pública direta e indireta e nas empresas privadas, é obrigatória a condição de museólogo, nos termos definidos na Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984”. Disponível em <https://bit.ly/35stJtn>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

¹³³ Segundo dados do Cadastro Catarinense de Museus (CCM, p.53), quando lançado em 2013, dos 193 museus cadastrados no SEM/SC, apenas 12,9% (24 museus), informaram possuir profissional museólogo(a) em seu quadro técnico de funcionários.

conforme resposta referente ao Museu do Lixo, assim como pontos em comum nas três instituições, levantados sobre acessibilidade e vigilância dos espaços, comunicação, documentação, reserva técnica, gestão, recursos humanos e financeiros. Neste último, por exemplo, de acordo com as respostas das 3 instituições analisadas, apenas 1/3 teve recurso para gerir suas atividades nos últimos 3 anos¹³⁴.

Deve-se levar em consideração também que, a situação do quadro técnico do SEM/SC é tão instável quanto a situação das instituições museais, que passam historicamente por períodos de descontinuidades. A mudança do quadro político do Estado e também dos municípios pode marcar de forma considerável e, também não positiva, a dinâmica de projetos que vêm sendo desenvolvidos para o setor, assim como a divisão de tarefas entre os técnicos. Que devido às inconstâncias dos processos, podem ter acúmulo de demandas, até mesmo internas, e portanto, burocráticas para serem resolvidas, para além de suas demandas externas.

Já foi possível constatar também que, os profissionais de museus, em sua maioria, não têm conhecimento de todos os processos museológicos que deveriam existir de forma padrão dentro destas instituições, tão pouco é presente a participação das mesmas em editais voltados para museus. O Prêmio Elisabete Anderle, por exemplo, que foi citado por Renilton na entrevista como importante instrumento de fomento para a área dos museus, não consegue atingir amplamente todas as instituições do estado, ou mesmo não atinge todas as suas necessidades quando aprovado projeto de determinada instituição.

Apesar da importante conquista ao ter a categoria *Museus* incluída neste edital a partir da edição de 2012, não é certo que este continue sendo o principal instrumento de fomento para estas instituições. Por não ocorrer a entrega de recursos de forma justa, pois nem todas as instituições museais conseguem concorrer ao edital, a questão entra em conflito com a já citada má preparação dos profissionais de museus para elaboração de projetos que possam ser aplicados.

Diante deste contexto, é importante que tanto o SEM/SC quanto as instituições museais busquem consolidar parcerias com outras instituições culturais, assim como escolas e universidades, de forma que reconheçam e fortaleçam sua atuação na sociedade.

[...] considero de suma importância a articulação entre FCC e demais instituições que atuam, influenciam e interferem no campo museal no Estado (Ibram, UFSC, CEOM, Unesc, Fapesc, SED e outros organismos). A continuidade e perenidade das ações de capacitação, aliadas com a formação oferecida pela Universidade e o apoio e fomento

¹³⁴ A Casa da Memória informa ter atingido nos últimos 3 anos uma média anual de 100 mil reais em seu orçamento.

de outras instituições, formam uma cadeia de iniciativas que podem consolidar a qualificação do corpo técnico dos museus¹³⁵.

Ao ser questionado sobre as atuais parcerias estabelecidas pelo SEM/SC para promover o desenvolvimento do campo museal, Renilton comenta que, o Sistema “tem atuado com apoio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), do Conselho Regional de Museologia da 5ª Região PR/SC e das Associações de Municípios”¹³⁶.

A parceria com a Fundação Lagunense de Cultura nestes três anos pode ser considerada a mais relevante, devido a esse apoio conseguimos construir conjuntamente o 5º Fórum Catarinense de Museus, evento que não vinha sendo realizado há seis anos em nosso estado. [...] A outra parceria que destacamos é com o Conselho Regional de Museologia 5ª Região que nos apoiou na realização de sete edições do projeto Conversando Sobre Museu. [...] Por fim, destacamos as parcerias com as associações de municípios que nos apoiou em eventos no interior de Santa Catarina. Não podemos deixar de mencionar as parcerias locais e pontuais com museus e universidades¹³⁷.

Com relação às parcerias institucionais, na época em que Renata Cittadin fazia parte do quadro técnico do SEM/SC, a mesma comenta que a relação entre o Sistema e o IBRAM não era tão próxima.

O Sistema Brasileiro de Museus não tem interferência administrativa sobre os Sistemas de Museus, o Instituto Brasileiro de Museus também não. Aliás, seria muito interessante se eles soubessem mais das realidades dos estados. No caso das do PCM não havia nenhuma relação direta conosco. Aliás no Fórum de Museus de 2013 convidamos todos coordenadores ou representantes de sistema de museus para irem a Santa Catarina para realizarmos uma reunião porque o Sistema Brasileiro de Museus não propõe uma reunião que dê fala ou representação para o conhecimento das atividades desempenhadas nos estados brasileiros¹³⁸.

Os principais problemas na falta de diálogo foram identificamos no Cadastro Estadual de Museus, o IBRAM lança a pesquisa nacional do cadastro nacional de museus e essa pesquisa nunca é acessada pelos estados, nunca tínhamos acesso as nossas informações ou validávamos essas informações, não podíamos esperar uma plataforma do IBRAM, então lançamos o nosso cadastro. Somente no fórum catarinense de museus de 2019 que o IBRAM trouxe a solução para unificarmos essa plataforma, 6 anos após. [...] Hoje temos lançado em SC o primeiro relatório do Brasil sobre indicadores de museus graças ao levantamento de informações que realizamos em 2013. Posso listar aqui várias questões que não são uníssonas entre estado e federação no desempenho de políticas para museus e que enfrentamos na operação dessa equação¹³⁹.

Maurício Rafael, por sua vez, que esteve com Renata no mesmo período do PCM no Sistema, reforça a afirmação na entrevista sobre o diálogo que existia entre a esfera estadual.

[...] tivemos dificuldades com instituições pertencentes à estrutura do próprio Estado.
[...] nossa relação de parceria se dava mais no âmbito entre os estados, especialmente

¹³⁵ Maurício Rafael em entrevista, por escrito, concedida à autora em 04 de outubro de 2020 (Apêndice B).

¹³⁶ Conforme entrevista concedida à autora por escrito em 27 de agosto de 2020 (Apêndice A).

¹³⁷ Id.

¹³⁸ Conforme entrevista concedida à autora por escrito em 7 de setembro de 2020 (Apêndice C).

¹³⁹ Conforme entrevista concedida à autora por escrito em 7 de setembro de 2020 (Apêndice C).

com os Sistemas Estaduais de Museus do RS, PR, SP e RJ. Atualmente sei que existem marcos regulatórios que exigem do Sistemas Estaduais de Museus prestação de contas e alimentação de dados no SBM/CNM.

A parceria que o SEM/SC estabelece com o IBRAM atualmente, mencionada por Renilton na entrevista, pode ser fruto deste processo. Entretanto, em sua resposta, o mesmo não discorre muito sobre o assunto¹⁴⁰. De qualquer forma, a plataforma do IBRAM, através do *Programa Saber Museu*¹⁴¹, possui diversos cursos de capacitação profissional com possibilidade de certificado. Renata Cittadin na entrevista também comenta sobre a relevância desta plataforma, que possibilita que os conteúdos sejam acessados a qualquer momento. No entanto, tal conteúdo não é muito divulgado através do boletim eletrônico do SEM/SC e, tendo em vista a necessidade constante de capacitação profissional para as instituições museais do estado e, devido à alta rotatividade de funcionários destas instituições e ao quadro de funcionários sempre reduzido, o mesmo poderia incentivar o acesso à plataforma¹⁴².

Ainda referente à comunicação que o Sistema cria para dialogar com o campo museológico do estado, Maurício Rafael comenta a importância de ter buscado o maior alcance possível na divulgação das oficinas de capacitação oferecidas no período do PCM:

A divulgação consistia no envio de correspondências a todos os museus (públicos e privados), prefeituras, fundações de cultura, associações de municípios, instituições de ensino e as SDR's. [...] A Assessoria de Comunicação da FCC também ajudou muito na distribuição desse conteúdo com as agências de comunicação regionais (que distribuíam esse material para jornais, rádios e tvs locais). Na época também elaboramos um informativo eletrônico quinzenal, enviado para um mailing com quase 3 mil endereços (de museus, profissionais, empresas, escolas e outras instituições). A medida que avançávamos nos módulos, mais o alcance da divulgação dos cursos se ampliava. A partir do terceiro módulo começamos a receber inscritos de outros estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e até da Paraíba).

4.2 Museu do Lixo da COMCAP

A equipe do Museu do Lixo foi a primeira a responder o email enviado, se mostrando disposta à contribuir para a pesquisa. A responsável por fornecer as respostas foi Glória Clarice Martins, que atua na Autarquia da Comcap há mais de 30 anos¹⁴³.

Seguindo a histórica rotatividade de funcionários em museus, Glória comenta que, na época das oficinas do PCM (2011-2015), a funcionária Joseane Neli Alexandre e a estagiária

¹⁴⁰ Assim como ocorre com relação às parcerias “locais e pontuais” citadas com museus e universidades, sem citar exatamente quais são as parcerias desenvolvidas e com quais universidades, se públicas ou particulares, sendo estas informações importantes para a pesquisa.

¹⁴¹ Disponível em <https://bit.ly/36aPNKV>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

¹⁴² O Programa também foi citado em uma Live realizada em 30 de setembro de 2020 na página do IBRAM na plataforma do Instagram (@museusbr), em que Maurício Rafael é entrevistado por Ana Lourdes Costa e fala sobre sua dissertação de mestrado, o tempo em que esteve na coordenação do SEM/SC e conseqüentemente sobre o PCM. A Live continua disponível através do link <https://bit.ly/3ddPZdL>.

¹⁴³ Glória é jornalista e atua como monitora comunitária e educadora ambiental.

Paula Tonon participaram das oficinas, mas que atualmente já não fazem mais parte da equipe do Museu¹⁴⁴. Apesar disso, se mostra consciente da contribuição das mesmas para a instituição:

Ajudou muito a entender a organização de um museu, elaborar proposta de estruturação do museu e iniciar a discussão de um processo de institucionalização, elaboração de projeto de captação de recursos para elaboração de plano museológico, que infelizmente não foi contemplado. O Museu do lixo existe de fato, mas não de direito, não tem ato de criação, nem suas políticas¹⁴⁵.

Além disso, segundo Glória, até o ano de 2016 a instituição participava ativamente das atividades do SEM/SC, e também da Rede de Educadores de Museus de Santa Catarina (REM/SC), porém, devido à demandas relacionadas à educação ambiental e pelo motivo de o museu não ter quadro técnico especializado e nem destinado exclusivamente para suas atividades, houve um afastamento na participação dos eventos promovidos, o que acabou afetando diretamente a capacitação profissional na área museológica para os que atuam no museu.

Os funcionários são da equipe de educação ambiental, o museu não tem funcionários exclusivos, no entanto dois estão mais à frente dos trabalhos do museu. Os cargos são auxiliares operacionais, mas exercem a função de educadores ambientais e das ações do museu¹⁴⁶.

Diante desta situação, era esperado que em todos os campos do questionário referente ao assunto *capacitação museológica para os profissionais de museus*, as respostas seriam negativas. Apesar de ser questionada sobre a relação do museu com o SEM/SC, e sua resposta ser positiva quanto à contribuição deste para a melhoria da instituição, faz 4 anos que nenhum funcionário participa de capacitação na área museológica. E esta realidade é tanto pela falta de incentivo da própria Autarquia, quanto, aparentemente, pela falta de procura do próprio SEM/SC, que já informou que atua por demanda e solicitação das instituições.

É interessante voltar nesse ponto a partir de uma perspectiva também geográfica, para entender melhor a problemática envolvendo a falta de contato mais próximo e direto do SEM/SC com a instituição em questão.

¹⁴⁴ Em resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

¹⁴⁵ Id.

¹⁴⁶ Id.



Figura 5: Registro geográfico da distância entre o SEM/SC e o Museu do Lixo mostrando quilometragem e tempo de deslocamento

Fonte: imagem feita pela autora através da plataforma Google Maps.

O SEM/SC se encontra localizado dentro do Centro Integrado de Cultura (CIC), que conforme o mapa fica a 2 quilômetros - 4 minutos - de distância do Museu do Lixo¹⁴⁷. É possível questionar como ao mesmo tempo pode estar tão perto, e tão longe?

É claro que não se pode esperar uma ação efetiva apenas e exclusivamente por parte do SEM/SC. Maurício Rafael, inclusive, comenta na entrevista que para a efetividade das políticas públicas, deve haver parceria entre as esferas política e civil.

[...] acredito na junção de vontade política e engajamento da sociedade civil (esta última valida e ou desacredita qualquer iniciativa de políticas públicas). Outro aspecto fundamental é pensar na formação de um quadro de RH efetivo (mais 70% dos museus são vinculados a estruturas públicas)¹⁴⁸.

Mas de acordo com a realidade das políticas públicas para museus em Florianópolis, sendo reflexo das esferas federal e estadual, de que forma o SEM/SC poderia estreitar sua relação com as instituições museais do estado e fortalecer parcerias com seu quadro atual de funcionários?¹⁴⁹

Mesmo que o Museu do Lixo exista de fato, mas não de direito, como responde Glória ao questionário, ainda assim ele cumpre sua função social, que está ligada à conscientização ambiental da população, e que é feita através das visitas guiadas, geralmente agendadas para grupos escolares. No entanto, Glória também informa que somente “às vezes” são feitas ações

¹⁴⁷ O tempo estimado de percurso é com base na velocidade de um automóvel de 4 rodas.

¹⁴⁸ Conforme entrevista por escrito concedida à autora em 04 de outubro de 2020 (Apêndice B).

¹⁴⁹ Infelizmente não foi possível obter na entrevista realizada com o Sistema, informações mais aprofundadas sobre os interesses futuros do SEM/SC para o desenvolvimento do campo museológico nas instituições locais, nem sobre melhorias em suas parcerias para buscar atender melhor as instituições que estão mais próximas, portanto, ainda se faz necessário tais questões.

voltadas para a comunidade local¹⁵⁰. Quanto aos cuidados que a equipe procura ter com seu acervo, existem pontos do questionário que aborda a conservação dos objetos, sendo este um setor que também envolve gestão de cuidados e recursos que engloba não só armazenamento mas está ligada diretamente com outros setores do museu como o educativo, comunicação/exposição e pesquisa.

Os dois funcionários que cuidam da organização do museu são responsáveis pela conservação do acervo, mas esse acervo vem dos resíduos, o que traz uma especificidade e dificuldades de manutenção¹⁵¹.

O Museu do Lixo se difere sem dúvida quanto ao seu acervo, que é alimentado através da coleta de resíduos feita pelos funcionários que coletam o lixo na cidade. Estes resíduos provêm do lixo produzido pela população de toda Florianópolis, sem cuidados com higiene, em sua grande maioria. É delicado e até desafiador lidar com a conservação destes objetos, porém, ainda assim, é um processo necessário e que deve ser trabalhado, mesmo que de uma forma exclusiva para este Museu.

Pela sua equipe reduzida ser mantida por apenas dois funcionários que, ainda assim, não são exclusivos do Museu, e pela Autarquia não possuir profissional museólogo(a) em seu quadro de funcionários, fica praticamente impossível dar conta da demanda de todos os objetos. Glória informa que já houve participação de funcionários nos cursos de Conservação Preventiva oferecidos pelo Atelier de Conservação e Restauração de Bens Móveis (Atecor¹⁵²), porém não fica claro se o mesmo foi concluído, e principalmente se o(s) funcionário(s) que participou do curso ainda se encontra na equipe.

Outro ponto importante, é que o Museu nunca recebeu recursos provenientes de edital e também não possui recursos próprios para gerir e pensar em suas atividades com autonomia. Um profissional museólogo poderia cuidar disso e buscar mais recursos para a instituição, visto que, segundo Glória, a falta de recursos humanos e financeiros são os principais motivos para aplicação de projetos em editais. Assim como o fato de não ter um regimento interno nem plano museológico, o que também dificulta o planejamento de suas ações.

¹⁵⁰ Que se encontra no bairro Itacorubi, em Florianópolis.

¹⁵¹ Glória Clarice Martins, funcionária da Autarquia em resposta ao questionário enviado pela autora.

¹⁵² Também localizado dentro do CIC, responsável pela conservação e restauração de objetos de valor histórico para o estado.

4.3 Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ

Quem responde ao questionário é Rafael Barcelos Martins, que ocupa o cargo efetivo de diretor do museu desde 2017¹⁵³. Segundo Rafael, o quadro técnico de funcionários do museu atualmente beira ao preocupante número de apenas 2 funcionários (ele e outro historiador).

Rafael informa também que, na época em que foram oferecidas as oficinas do PCM, ele mesmo participou representando o museu, entretanto não informa qual tema foi abordado, nem a contribuição da mesma para a instituição¹⁵⁴.

Apesar de confirmar que a instituição incentiva a capacitação dos funcionários do museu e que existe a busca por formação continuada na área museológica, Rafael não informa a frequência que são oferecidas ou mesmo cursadas pelos 2 que compõem o quadro do Museu. Informa apenas que nos últimos três anos, a equipe participou de seminários e oficinas, sem mencionar também qual tema foi abordado e qual instituição promoveu o evento.

Com relação à conservação do acervo, deixa claro que não houve participação do Museu no curso de conservação preventiva oferecido pelo Atecor. Assim como não há funcionário direcionado apenas para cuidar deste setor, apesar de o Museu disponibilizar material para este trabalho¹⁵⁵.

Quanto aos recursos, Rafael informa que o Museu já foi contemplado por edital privado, mas não menciona o tipo nem ano da contemplação. Quando questionado da participação em algum edital municipal de incentivo à cultura, como existe em Florianópolis, informa que em São José não existe lei de incentivo à cultura¹⁵⁶.

Sobre as parcerias estabelecidas, Rafael informa que a instituição nunca procurou o departamento de museologia na UFSC, seja para tirar dúvidas ou procurar estabelecer alguma parceria. Assim como informa não ter parceria com nenhuma outra instituição, justificando tal fato pela “falta de autonomia da instituição junto a Fundação de Cultura e Turismo”¹⁵⁷.

¹⁵³ Rafael é historiador de formação, e atua na instituição desde 2012.

¹⁵⁴ Da mesma forma relata ter participado de um dos encontros promovidos pelo NEMU/UFSC.

¹⁵⁵ Conforme resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

¹⁵⁶ Recentemente foi lançada no Brasil a Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc (nº 14.017/2020), voltada para oferecer recursos a espaços culturais que tenham sido afetados durante o período da pandemia do COVID-19. Esta lei atinge todo território brasileiro, inclusive os municípios, e espera-se que não só o MHMSJ utilize deste recurso, como muitos outros espaços de memória e centros culturais em toda Grande Florianópolis.

¹⁵⁷ De acordo com sua resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

4.4 Centro de Documentação/Casa da Memória

Quem responde às perguntas do questionário é o coordenador da instituição, Anderson Carlos Santos de Abreu, que atua na função desde 2018. Antes de ser coordenador, Anderson informa que exercia funções administrativas¹⁵⁸. Também de acordo com as respostas, o quadro de funcionários atual da instituição é de nove funcionários, porém não é detalhado a função de cada um, apenas informado que um deles é museólogo terceirizado, responsável pelo setor de conservação¹⁵⁹.

Apesar de informar que houve participação da funcionária Josete em algumas das oficinas oferecidas pelo PCM, não fica claro qual temática foi abordada, mas que a funcionária continua desempenhando atividades dentro da instituição, porém, não no mesmo setor.

A Casa da Memória é a única das instituições analisadas que informou contar com pouca participação do SEM/SC. Sobre a participação nos encontros oferecidos do Projeto Conversando sobre Museus, sinaliza que não recebeu convite para participar.

Segundo Anderson, a instituição incentiva a participação de eventos e a capacitação museológica da equipe. Informa que as últimas oficinas cursadas foram direcionadas à manutenção e limpeza do acervo, e que os funcionários participantes continuam em suas funções dentro da instituição. Já com relação ao curso de conservação oferecido pelo Atecor, não houve participação.

Quanto às atividades desenvolvidas, não ficou muito claro quais são, com exceção da atividade voltada para públicos mais velhos *Cidade Contada*. Fora isso, Anderson informa apenas que a instituição desenvolve diversas atividades, inclusive para a comunidade local.

As parcerias são firmadas com o Ministério Público, a Câmara de Vereadores e o Serviço Social do Comércio (SESC). E a maior dificuldade enfrentada no momento refere-se à capacitação adequada para lidar com acervos fotográficos e fonográficos¹⁶⁰.

4.5 Análise dos marcadores centrais da pesquisa

4.5.1 Formação

A partir das respostas do questionário, foi possível perceber que todas as instituições participaram de pelo menos uma oficina oferecida através do PCM e todos os funcionários

¹⁵⁸ De acordo com as informações, Anderson é Pós-doutor, mas não especifica sua área de formação.

¹⁵⁹ Felipe Andrade, museólogo formado pela UFSC em 2018. Atua na instituição desde 2019.

¹⁶⁰ Conforme resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

que participaram continuam trabalhando na instituição, porém, não necessariamente na mesma função que ocupavam na época das oficinas, sendo este um ponto importante, que interfere diretamente no desenvolvimento da instituição e na continuidade de suas atividades.

Verificou-se também que $\frac{2}{3}$ das instituições analisadas participaram de pelo menos uma das palestras do Projeto Conversando sobre Museus¹⁶¹, mas não comentam sobre sua contribuição para a instituição, ou mesmo se o conteúdo abordado foi colocado em prática pela mesma nos últimos 3 anos¹⁶². Sobre o curso de capacitação oferecido pelo Atecor sobre conservação preventiva de acervos museológicos, com exceção do Museu do Lixo, que informa já ter participado de um dos cursos, não houve participação das outras duas instituições.

Com relação ao incentivo aos funcionários para participarem de eventos e cursos de capacitação museológica, a Casa da Memória e o MHMSJ informam que é estimulada a participação em eventos que propiciem a capacitação dos funcionários, mesmo que não fique claro a frequência que ocorrem as saídas. Somente o Museu do Lixo deixa claro que, desde 2016 não é possível participar de eventos nesse sentido, devido às demandas institucionais, relacionadas às atividades da Autarquia da Comcap, e por também não terem funcionários exclusivos para cuidar do Museu¹⁶³.

Por unanimidade, todos informaram que é necessária a execução de novos módulos do PCM. E de acordo com as respostas das instituições pesquisadas ao questionário, os assuntos abordados deveriam ser: acessibilidade, conservação, recursos financeiros, novas tipologias de museus, educação museal e segurança em museus.

Para ilustrar melhor estas informações, foram listados 14 pontos no questionário para serem assinalados pelas instituições. Na imagem a seguir é possível conferir os pontos referente às áreas que necessitam de maior atenção, de acordo com as respostas:

¹⁶¹ Que oferece assuntos relacionados à Educação Museal e Plano Museológico.

¹⁶² A Casa da Memória informa nunca ter recebido convite para participar do evento (Apêndice E).

¹⁶³ Conforme já mencionado, o Museu do Lixo não possui funcionários exclusivos para suas atividades.

	Casa da Memória	Museu do Lixo	MHMSJ
Acessibilidade	x	x	
Recepção			
Vigilância		x	
Mediação			
Educativo			
Comunicação		x	
Exposição			
Documentação		x	
Conservação	x	x	
Reserva Técnica		x	
Pesquisa			
Gestão		x	x
Recursos Financeiros	x	x	x
Recursos humanos		x	x

Tabela 1: Pontos que precisam ser melhorados nas instituições
Fonte: Elaborada pela autora a partir das respostas do questionário.

Observa-se que, em pelo menos 4 pontos, a dificuldade é a mesma para pelo menos 2 instituições, sendo eles: acessibilidade, conservação, gestão e recursos humanos. Já referente aos recursos financeiros, é ponto assinalado por todas elas.

4.5.2 Acervo

Fazendo uma breve contextualização da tipologia de acervo de cada instituição, o do Museu do Lixo é composto através da coleta de resíduos da cidade de Florianópolis. A Casa da Memória armazena arquivos históricos da cidade. E o MHMSJ, por sua vez, conta a partir de seu acervo a história do município de São José¹⁶⁴.

De acordo com as respostas ao questionário, somente a Casa da Memória possui funcionário responsável pela conservação do acervo¹⁶⁵. A instituição também informa que já foi feita toda catalogação, assim como o MHMSJ. Somente o Museu do Lixo informa que esse procedimento ainda não foi concluído.

¹⁶⁴ Localizado no centro histórico de São José, que compreende a região da Grande Florianópolis.

¹⁶⁵ Rafael do MHMSJ informa não ter uma pessoa responsável pelo setor de conservação, mas informa que existe material necessário para o trabalho e que ele mesmo tem conhecimento do assunto, não deixando claro sua formação à respeito, e informa não ter participação de funcionários da instituição no curso de conservação preventiva oferecido pelo Atecor (Apêndice E).

Com relação à documentação institucional de gestão, somente a Casa da Memória e o MHMSJ informaram possuir regimento interno e plano museológico¹⁶⁶. O Museu do Lixo informa não possuir o documento pois

o museu não é oficial, tem apenas estudos para elaboração, mas não realizado por profissional da área. Foi iniciado uma proposta com ajuda de alunos e a partir das oficinas do SEM, mas não foi elaborado¹⁶⁷.

A Casa da Memória informa possuir comissão avaliadora para definir os critérios do que entra para compor o acervo da instituição. Já o MHMSJ, apesar de informar possuir regimento interno e plano museológico, a resposta quanto à uma comissão avaliadora é negativa, não deixando claro de que forma selecionam os objetos que entram para o acervo. Já o Museu do Lixo, pela sua especificidade, responde que:

Os empregados responsáveis pelo museu que fazem a triagem do material de acordo com a proposta educacional do museu. A maioria do acervo vem dos resíduos da cidade, assim como toda a sua estrutura de organização física¹⁶⁸.

4.5.3 Comunicação

Neste ponto será analisado o diálogo que as instituições criam com o público, não somente através das exposições, mas também a partir das parcerias estabelecidas, ou mesmo o que comunica formalmente através de sua documentação institucional.

Tendo o Cadastro Catarinense de Museus (CCM) como o instrumento que comunica informações das instituições do estado para o SEM/SC de forma sistematizada, todas as instituições informaram ter aderido à campanha de atualização do Cadastro no final de 2019. De um modo geral, também afirmam que o Sistema foi “importante para a regularização das atividades museais”¹⁶⁹. Todas afirmam já terem procurado o Sistema para tirar dúvidas, e que as mesmas foram sanadas. Entretanto, a Casa da Memória sinaliza a pouca participação do Sistema na instituição.

Sobre a inserção do profissional museólogo nos espaços museológicos analisados, todos julgaram importante a sua presença na instituição. Glória, que responde ao questionário representando o Museu do Lixo, informa que a contratação de profissional museólogo não está no plano de cargos e salários da Autarquia. E neste ponto, é importante destacar as

¹⁶⁶ A Casa da Memória disponibilizou por email no dia 21 de outubro de 2020, o regimento interno da instituição. Como consta informação no questionário de que também possui Plano Museológico, o mesmo foi solicitado. Em resposta ao email de solicitação no dia 22 de outubro, o Coordenador da instituição Anderson informa que o PM está em construção.

¹⁶⁷ Conforme resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

¹⁶⁸ Id.

¹⁶⁹ Id.

diferentes ponderações dos participantes a respeito da necessidade e o que esperam da contribuição deste profissional no ambiente de trabalho.

Na capacitação e manutenção (Anderson Carlos Santos de Abreu, Coordenador da Casa da Memória)

Esse profissional pode contribuir na organização administrativa, organizacional e de políticas internas do museu. Pode colaborar para resolver uma questão jurídica e administrativa, que é a dificuldade de incluir o museu no organograma da instituição que tem um caráter específico. (Glória Clarice Martins, Educadora Ambiental da Comcap, Museu do Lixo)

De fundamental importância (Rafael Barcelos Martins, Diretor do MHMSJ)

Aproveito para trazer a fala de Renata Cittadin, enquanto museóloga, que além de ter contribuído na gestão o SEM/SC, junto de Maurício Rafael, manteve contato de parceria com Renilton, então novo Coordenador do Sistema¹⁷⁰ mesmo depois de sua saída do setor. A sua colocação é baseada em sua experiência profissional e olhar museológico do que pode perceber como essencial para o efetivo funcionamento de instituições museológicas.

[...] primeiro é ter equipes nos museus, segundo garantir a permanência das equipes nos museus, terceiro garantir planos de trabalho constantes e rotinas de trabalho que garantam a continuidade da administração da memória nessas instituições e só assim essas instituições serão centrais nas suas comunidades e aí, paralelamente a essas ações as equipes demandarão formações. E acredito que a formação não é apenas uma formação que vem do estado e uma formação do campo museologia, mas uma formação de outras áreas do conhecimento, áreas em que o museu está sendo demandado, áreas que o museu precisa se aproximar.

Um técnico de museu precisa acompanhar a evolução do campo e precisa estar constantemente atualizado frente às mudanças sociais e as que as instituições museais vem passando desde sua criação. Mas é necessário também que, diante do contexto de políticas públicas para museus, existam espaços que proporcionem esta troca.

Um ponto muito importante para uma instituição museal é de que forma esta se comunica com seus públicos. Neste sentido, é importante que haja uma comunicação efetiva e constante. A Casa da Memória foi a única instituição que respondeu de forma positiva quanto a ter uma pessoa responsável pela sua comunicação externa. Já a comunicação do Museu do Lixo, é feita pela Autarquia e pela Divisão de Gestão Ambiental¹⁷¹, não concentrando informações relacionadas apenas às atividades desenvolvidas apenas pelo Museu.

A tabela a seguir ilustra informações referente à comunicação das instituições analisadas nas redes sociais informadas, com acréscimo de informação relacionada à

¹⁷⁰ Conforme entrevista concedida à autora em 07 de setembro de 2020 (Apêndice E), em que comenta sobre o diálogo que manteve com Renilton assim que este assumiu a coordenação do Sistema, no intuito de que o SEM/SC pudesse dar continuidade no planejamento das ações que vinham sendo realizadas.

¹⁷¹ Conforme entrevista concedida à autora em 07 de setembro de 2020 (Apêndice C).

frequência das publicações em cada plataforma, de acordo com a resposta de cada instituição ao questionário. Foi adicionado também o campo Mapa Cultural SC, que se trata de uma plataforma que integra o Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais [SEIIC], e foi lançado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), em agosto de 2020. Através dela podem se cadastrar pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes às instâncias pública ou privada. Nela podem ser cadastrados espaços, eventos e projetos culturais e artísticos de cultura e/ou arte, além de servir como repositório de pesquisas desenvolvidas sobre o setor cultural no estado¹⁷².

	REDES SOCIAIS UTILIZADAS PELAS INSTITUIÇÕES		
	Casa da Memória ¹⁷³	Museu do Lixo	MHMSJ
Instagram	x	Instagram ¹⁷⁴	
Facebook	x		x ¹⁷⁵
Frequência das postagens	semanal		
Mapa Cultural SC			

Tabela 2: Redes sociais utilizadas pelas instituições analisadas

Fonte: Elaborada pela autora com base nas respostas das instituições ao questionário aplicado.

Uma outra forma de manter comunicação com o público, e que é adotada por muitas instituições, é através do boletim eletrônico, como o próprio SEM/SC costuma fazer. E nesse sentido, todas as três instituições pesquisadas informaram não possuir esse veículo de comunicação.

De acordo com as atividades oferecidas ao público e, mesmo que através das respostas ao questionário faltem informações sobre as mesmas, é inegável que todas as instituições oferecem produtos para a sociedade. Mas o que também fica claro é que não existem muitas ações desenvolvidas para grupos mais velhos.

¹⁷² Mais informações sobre o projeto estão disponíveis em <https://bit.ly/2IX4S9I>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

¹⁷³ Confirmada sua participação ativa em ambas plataformas. Inclusive durante o período da pandemia do COVID-19, a instituição lançou um projeto através da hashtag “#memóriasna40tena”, em que durante o período de isolamento social vivido pela população de Florianópolis, trouxe conteúdo sobre a história da cidade.

¹⁷⁴ Apesar de o Museu do Lixo informar possuir página na plataforma Instagram, este se refere, na verdade, a página de comunicação da Comcap#. Existem marcações relacionadas ao Museu na plataforma, mas se trata da localização do Museu em fotos publicadas por usuários.

¹⁷⁵ Apesar da informação no questionário, a página do Museu não foi encontrada na plataforma, apenas a da Fundação Municipal de Cultura e Turismo do município.

Com relação à sua comunicação no espaço expositivo, somente a Casa da Memória informa que todos os seus objetos estão claramente identificados. O Museu do Lixo e o MHMSJ informam que somente alguns objetos estão nestas condições.

Todos têm conhecimento do curso de museologia na UFSC, mas somente o MHMSJ informa nunca ter procurado alguém do departamento para procurar estabelecer alguma parceria. Já a Casa da Memória informa que já procurou o curso, mas não teve sua dúvida sanada. As parcerias estabelecidas entre instituições também são importantes para aumentar o alcance de suas ações e, ao mesmo tempo, fortalecê-las¹⁷⁶.

Se comunicar também é tornar o espaço acessível para que pessoas com diferentes graus de deficiência possam acessar o local. Neste ponto, a Casa da Memória e o MHMSJ informaram não ter o espaço acessível para portadores de deficiência. O MHMSJ informa não haver projeto para adaptação que vise melhorias neste sentido. Já a Casa da Memória informa que tem projeto de reforma da edificação.

A pesquisa também é uma forma de a instituição mostrar os resultados das ações que vem realizando interna e externamente. A pesquisa através do relatório de públicos ou visitação é um importante instrumento para o autoconhecimento institucional, que ajuda a mensurar o alcance e impacto de suas ações, mas também pensar em atividades futuras para determinados públicos. Neste sentido, é importante manter o livro de visitas organizado e da mesma forma disponível para consulta.

Todas as instituições responderam que elaboram relatórios de pesquisa de público a partir do livro de registros, mas somente o MHMSJ informou que este conteúdo não está disponível de forma organizada para consulta. Ainda sobre pesquisa, somente a Casa da Memória propõe pesquisa sobre seu acervo a partir de chamada pública.

4.5.4 Desafios

A partir das respostas ao questionário pode-se constatar que nenhuma das instituições analisadas possui um profissional museólogo em seus quadros¹⁷⁷. Com relação ao quadro técnico das mesmas, apenas a Casa da Memória informa um quadro de funcionários mais extenso que as demais, composta por 9 funcionários. Já as outras duas instituições analisadas¹⁷⁸, apresentam um quadro de funcionários extremamente reduzido¹⁷⁹, o que reflete diretamente nas atividades da instituição e na sua prestação de serviço à sociedade.

¹⁷⁶ O MHMSJ foi o único que informou não ter parcerias institucionais (Apêndice E).

¹⁷⁷ Apenas a Casa da Memória informa possuir um museólogo responsável pelo setor de conservação do acervo.

¹⁷⁸ Museu do Lixo e Museu Histórico de São José.

¹⁷⁹ Cerca de apenas dois funcionários cada.

O ponto do questionário destinado à assinalar às maiores dificuldades enfrentadas pelas instituições atualmente, a Casa da Memória informa ter necessidade de “capacitação quanto a conservação de acervos fotográficos e fonográficos¹⁸⁰”. Já o Museu do Lixo informa ser necessária uma melhor estrutura organizacional, além de “seu reconhecimento legal, instituindo oficialmente como museu, infraestrutura, falta de plano e políticas museológicas, recursos, pessoal¹⁸¹”. E por sua vez, com relação ao MHMSJ, Rafael informa que seria importante o Museu ter uma “maior autonomia financeira e reposição do quadro funcional”¹⁸².

De forma mais objetiva, na imagem a seguir mostra os pontos levantados pelos participantes no questionário, quanto aos setores que necessitam de melhorias na instituição no momento atual.

	Casa da Memória	Museu do Lixo	MHMSJ
Acessibilidade	x	x	
Recepção			
Vigilância		x	
Mediação			
Educativo			
Comunicação		x	
Exposição			
Documentação		x	
Conservação	x	x	
Reserva Técnica		x	
Pesquisa			
Gestão		x	x
Recursos Financeiros	x	x	x
Recursos humanos		x	x

Tabela 3: Dificuldades atuais levantadas pelas instituições analisadas

Fonte: Elaborada pela autora a partir das respostas coletadas com o questionário aplicado.

Outro ponto que chamou a atenção por ser comum entre as instituições, é que o Museu do Lixo e o MHMSJ informaram não terem orçamento para as atividades da instituição. Apenas a Casa da Memória informou que a média orçamentária dos últimos três anos foi de cem mil reais. Tanto a Casa da Memória quanto o MHMSJ informaram já terem sido contemplados com editais (públicos e privados). Somente o Museu do Lixo informa nunca ter

¹⁸⁰ Conforme resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

¹⁸¹ Id.

¹⁸² Id.

recebido recursos próprios, informando que, os motivos seriam a falta de recursos humanos, financeiros e sua não oficialização jurídica da instituição enquanto museu¹⁸³.

Também não houve nos últimos três anos participação das mesmas na elaboração de projetos a serem aplicados à Lei Rouanet ou à Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Quanto a este último, a Casa da Memória justifica sua não participação pela instituição ser administrada pelo município, e o MHMSJ por não haver lei de incentivo à cultura no município de São José.

Nenhuma das instituições possui uma associação de amigos. A Casa da Memória informa estar em processo de criação. E o MHMSJ informa não haver por “falta de interesse político por parte da atual gestão de cultura”¹⁸⁴.

E se tratando do momento atual, com relação à pandemia causada pelo COVID-19, muitas instituições culturais mantêm suas portas fechadas, como é o caso das três instituições analisadas e diversas instituições culturais espalhadas por todo país. Como foi informado acima, somente a Casa da Memória conseguiu se manter ativa nas redes sociais, mas não fica claro quem cuida desta parte da comunicação na instituição. Considera-se apenas que esse fato mostra que a maioria das instituições não estavam preparadas para vivenciar este momento, e instiga a pensar de que forma o SEM/SC pode contribuir para uma capacitação que possibilite uma maior autonomia administrativa por estas instituições, de forma que continuem a manter sua comunicação e produção de conteúdo mesmo em um momento como este?

SEMELHANÇAS ENTRE AS INSTITUIÇÕES ANALISADAS			
	Casa da Memória	Museu do Lixo	MHMSJ
Acessibilidade	Não possui acesso à portadores de deficiência, mas possui projeto de reforma de prédio. Demonstra ser um ponto importante a ser trabalhado, como uma de suas maiores dificuldades no momento	possui rampa de acesso e portas largas e informa que pretendem melhorar esta condição	não possui acesso à portadores de deficiência e não possui projeto para melhoria
Recepção	não foi citado	não foi citado	não foi citado
Vigilância	não foi citado	não foi citado	não foi citado
Mediação	não desenvolve atividade para grupos mais velhos	desenvolve pouca atividade para grupos mais velhos	desenvolve pouca atividade para grupos mais velhos
Educativo	-	-	-

¹⁸³ Id.

¹⁸⁴ Conforme resposta ao questionário enviado pela autora (Apêndice E).

Comunicação	possui parcerias	possui parcerias	nunca procurou o curso de museologia da UFSC e não possui parcerias institucionais
Exposição	todos os objetos estão identificados	nem todos os objetos estão claramente identificados	nem todos os objetos estão claramente identificados
Documentação	possui RI e PM	não possui RI nem PM	possui RI e PM
Conservação	possui profissional museólogo responsável	não é feita	não é feita
Reserva Técnica	possui espaço e profissional responsável	não possui espaço reservado para esta atividade	não possui responsável por essa atividade na instituição, porém possui material necessário
Pesquisa	elabora relatórios de pesquisa a partir do livro de registros; propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública	elabora relatórios de pesquisa a partir do livro de registros; não propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública	elabora relatórios de pesquisa a partir do livro de registros mas não o mantém de forma organizada para consulta; não propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública
Gestão	não é gerido por um museólogo, mas possui um em seu quadro técnico, responsável pelo setor de conservação; possui plano museológico;	não possui profissional museólogo; informa ser um dos pontos mais importantes a ser trabalhado na instituição pois não possui funcionários destinados somente às atividades do museu	não possui museólogo em seu quadro de funcionários; possui plano museológico
Recursos Financeiros	já foi contemplado com edital público e privado, e possui uma média de cem mil reais nos últimos três anos; não aplicou projeto para concorrer à editais nos últimos 3 anos	não possui autonomia financeira e nunca foi contemplado com recursos de editais; também não aplicou projeto para concorrer à editais nos últimos 3 anos	informa ser um ponto importante que precisa ser melhorado para o andamento das atividades pois não possui recursos, apesar de já ter sido contemplado com edital privado; não aplicou projeto para concorrer à editais nos últimos 3 anos
Recursos humanos	possui 9 funcionários	não possui funcionário exclusivo para o museu	informa que precisa de reposição do quadro funcional visto que atualmente são somente duas pessoas atuando na instituição

Tabela 4: Semelhanças levantadas entre as instituições analisadas.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das respostas ao questionário aplicado.

CONCLUSÃO

Ao propor o estudo sobre os reflexos das oficinas do Programa de Capacitação Museológica (PCM), realizadas no estado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), através da análise pontual das três instituições museológicas selecionadas, pode-se compreender a dinâmica do desenvolvimento das políticas públicas culturais no Brasil e como se dá a relação entre o Estado e as instituições museais.

O estudo também entra em conformidade com pesquisas que já discutem o tema e sua problemática no Brasil, contribuindo de forma quali/quantitativa para a produção científica na cidade de Florianópolis, e para o campo museal catarinense como um modo.

Fica claro que, ao analisar o histórico no Brasil, o desenvolvimento das políticas públicas de cultura para museus ora avança, ora retrocede, passando por inúmeros momentos de descontinuidades, palavra que talvez pudesse resumir o tema no Brasil até os dias atuais. Dessa forma, constatou-se que não se pode esperar que as ações realizadas pela equipe do SEM/SC no período do PCM possam estar ainda presentes nas instituições, devido à inúmeros fatores, entre eles a constante rotatividade do corpo técnico de funcionários nos museus e a falta de uma estruturação organizacional para a área museológica. Assim, se torna necessário, por parte do Estado, criar estratégias que visem fortalecer o campo e contribuir positivamente com todo movimento que vem sendo feito ao longo dos anos, ao incentivar cada vez mais a criação e desenvolvimento de espaços de valorização da diversidade humana.

Ao analisar inicialmente os campos de preenchimento do Cadastro Catarinense de Museus (CCM), foi possível identificar as lacunas que procurou-se preencher com o auxílio do questionário aplicado às instituições. Gerando conteúdo atualizado sobre as mesmas e fazendo levantamento de dados que podem ser utilizados pelo SEM/SC, atingindo assim um dos principais objetivos da pesquisa. Os resultados gerados, possibilitam análise avaliativa e pontual sobre as instituições, proporcionando uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelas mesmas.

O questionário aplicado e as entrevistas realizadas foram ferramentas importantes para mostrar a situação atual das instituições, e que confirmam a realidade vivenciada pelos técnicos de museus, devido ao histórico esquecimento por parte do poder público, que reflete inclusive na falta de capacitação dos profissionais que atuam na área. Ao mesmo tempo, os resultados mostram que o problema vai além do esquecimento do poder público na figura do Estado, mas que compete ao mesmo garantir que estas instituições cumpram seu papel social,

procurando aproximar-se cada vez mais do conceito antropológico de cultura, que fortalece a diversidade humana.

Ficou claro que as necessidades destacadas pelas instituições analisadas ainda são muito basilares. Mas a falta de corpo técnico especializado ainda se torna preocupante na análise, onde entra o SEM/SC e seu compromisso de estimular a melhoria do campo como um todo, fortalecendo seu diálogo junto ao poder público.

Um ponto considerado importante, é que, apesar de inicialmente acreditar que as instituições analisadas teriam em comum apenas seus cadastros no CCM, ao final observa-se que, com relação aos problemas apresentados pelas mesmas, existem mais pontos em comum do que os que divergem umas das outras.

Sobre a relevância da pesquisa para o desenvolvimento do campo da museologia na cidade, sendo uma das propostas que incentivaram a pesquisa, foi possível perceber que existe campo e muito trabalho a ser feito. Mas faltam boas estratégias de gestão e corpo técnico especializado, tanto para atuar nas instituições, quanto para auxiliar o SEM/SC em suas atividades.

É possível que a continuidade da pesquisa seja feita a partir da aplicação do questionário em outras instituições, assim como utilizar os dados obtidos para elaborar propostas de gestão museológica. Além disso, o questionário pode ser complementado com outras questões que proporcionem maiores informações sobre as instituições museais. Vale ressaltar também que seria interessante aplicar a pesquisa também em instituições privadas para fins de comparação de resultados.

Da mesma forma, para aprofundar o conhecimento relacionado ao papel do Estado, pode haver melhorias no conteúdo da entrevista aplicada ao SEM/SC que, talvez por falta de conhecimento da autora sobre a lógica das oficinas e, também das mesas redondas do Projeto Conversando sobre Museus, faltou questões que pudessem proporcionar uma explicação melhor, por parte do próprio Sistema, sobre o desenvolvimento e prática destas atividades, assim como suas sucintas respostas não proporcionaram maior conhecimento de sua atuação, nem de suas parcerias e projetos futuros para o campo museal no estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ABREU, Regina. **Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias**. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1742>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1742>. Acesso em 21 mai. 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusp, 2007
- ARANTES, S. **Projeto de agência de fomento faz aflorar divergências no cinema paulista**. Folha de São Paulo, São Paulo, maio 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2VwnTIF> . Acesso em 14 abr. 2020.
- AVELAR, Ana Cândida de. **Políticas públicas para museus no contexto federativo**. 2015. Relato da mesa no 5º Encontro Paulista de Museus. Revista Eletrônica Fórum Permanente. Disponível em: <https://bit.ly/32eZUeV>. Acesso em: 05 nov. 2020.
- BALLESTER JUNIOR, Marco Antonio Figueiredo. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MUSEUS NA CIDADE DE ITAJAÍ**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina: Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/337wCAj> . Acesso em: 25 jul. 2020.
- BARBALHO, Alexandre (2014). **Em busca da institucionalização nunca tida: a construção do Sistema Nacional de Cultura**. Texto apresentado no II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-americana - CONFIBERCOM. Braga: Universidade do Minho.
- BARBALHO, Alexandre. **O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO GOVERNO DILMA: CONTINUIDADES E AVANÇOS**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Vol. 2, n.2, pp. 188-207, 2014.
- BARBALHO, Alexandre. **POLÍTICA CULTURAL EM TEMPO DE CRISE: O Ministério da Cultura no Governo Temer**. Revista de Políticas Públicas, Maranhão, v. 22, n. 1, p.239-260, 2018.
- BOTELHO, Isaura. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr/jun 2001.
- BOTELHO, Isaura. **A política cultural e o plano das idéias**. Políticas culturais no Brasil/organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador: edufba, Coleção cult. 2007. 184 p.
- BRASIL. **Decreto nº 91.775**, de 15 de outubro de 1985. **Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do**

Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Diário Oficial da União, Brasília, 15 out. 1985. Disponível em: <https://bit.ly/34lmwMj> . Acesso em 22 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.904**, de 14 de janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 15 jan. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/34XFs2w> . Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura (2013b). **III Conferência Nacional de Cultura: uma política de estado para a cultura.** Desafios do Sistema Nacional de Cultura. Texto-base. Brasília: MinC.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006.** Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museu e Patrimônio Universal. In: ENCONTRO DO ICOM BRASIL, 5., 2007, Recife. Fórum dos Museus de Pernambuco.

CAETANO, Daniel. (Org.). **Cinema Brasileiro 1995-2005: ensaios sobre uma década.** Rio de Janeiro: Contracampo/Azougue Ed., 2005.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas.** In: (ORGS.), Antonio Albino Canelas Rubim & Alexandre Barbalho. Políticas culturais no Brasil. Edufba - Coleção Cult, 2007. Salvador. 184 p., Disponível em: <https://bit.ly/2RhjHon>

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición.** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CERQUEIRA, Amanda P. Coutinho de. **Política cultural e “crise” no governo Temer.** Revista Novos Rumos, [s.l.], v. 55, n. 1, p. 1-17, 30 jun. 2018. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.10.p178>. Disponível em: <http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8548/5483>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro.** Rio de Janeiro: IBRAM/Garamond, 2009.

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da Cultura.** Barueri, SP: Manole, 2005.

CURY, Marília Xavier; Marília Xavier. **Museologia, novas tendências.** In: GRANATO, M; SANTOS, C.P.; LOURENÇO, M.L.N.M. (Org.). MAST Colloquia – Museus e Museologia: Interfaces e Perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009, v. 11, p. 25-41.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Rio de Janeiro: UNIC, 2009 [1948].

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. Revista de Administração de Empresas-RAE, São Paulo, n.2, v.45, p. 74-89, abr./jun. 2005.

ESTEVINHO, Telmo Antônio Dinelli. **A difícil relação entre política e cultura no Brasil**. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3kPydjX> . Acesso em 02 nov. 2020.

FABBRI, Angelica. **Capítulo IV - Museus: o que são, para que servem**. In: Sistema Estadual de Museus de São Paulo. Governo de São Paulo. Secretaria de Estado da Cultura. São Paulo, 2011. p.1-136. Disponível em: <https://bit.ly/2GjQbMw>. Acesso em: 02 nov. 2020.

FEAMBRA. **Guia para Criação e Gestão de Associações de Amigos de Museus**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2SVO2cI>. Acesso em: 14 out. 2020.

FEIJÓ, Martin Cezar. **O que é política cultural**. 5a ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FLEURY, Sonia. **Reforma del Estado**. RAP. Rio de Janeiro 35(5): 7-78, Set/Out. 2001.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Cadastro Catarinense de Museus**. Florianópolis: FCC, 2015.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Guia de Museus de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 2014a.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2011**: Florianópolis: FCC, 2011.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2012**: Florianópolis: FCC, 2012.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2013**: Florianópolis: FCC, 2013b.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2014**: Florianópolis: FCC, 2014b.

GOULART, Sueli; MENEZES, Michelle Ferreira de; GONÇALVES, Júlio Cesar. **Composição e características do campo organizacional dos museus e teatros da região metropolitana do Recife**. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs.). Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: EDUFEPE, 2003, p.123-135.

JEPPERSON, Ronald L. **Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo**. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (orgs). El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 1999, p.193-215.

JULIÃO, Letícia. **Pesquisa histórica no museu**. In: CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 95-107.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARTINO, Rodolfo Carlos. **MUSEU DO IPIRANGA A NOVA IMAGEM DE UMA INSTITUIÇÃO CENTENÁRIA**. 2000. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo. Disponível em: <https://bit.ly/3e6PQIL> . Acesso em: 14 jun. 2020.

MATOS, Cinara Beatriz de; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira. **CARACTERIZAÇÃO DO MUSEU DO LIXO**. Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.1, n.14, p.169-191. 2009.

MEISTER, Elis Lorena. **A pesquisa em acervos museológicos: estudo de caso nos museus Victor Meirelles e Museu de Arte de Santa Catarina**. 2013. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: considerações político-conceituais**. Outros Tempos (UFF), p. 1-12, 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **O museu e o problema do conhecimento**. SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS_CASAS, IV, 2002, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002. p.17-41.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. 2011. 108 p. Disponível em: <https://bit.ly/34Nv271>. Acesso em: 31 nov. 2020.

MIRANDA, Jorge. **O patrimônio cultural e a constituição: tópicos**. In: DIREITO do patrimônio cultural. Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1996.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo**. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. **Estrutura institucional do setor cultural no Brasil**. In: MOISÉS, J. A. et al. Cultura e democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001. p.13-55.

MORAES, Camila Ribeiro de. **A Cultura é (novamente) degolada em tempos de ajuste fiscal**. El País. São Paulo, p. 1-2. 18 maio 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/politica/1462998470_097192.html. Acesso em: 14 abr. 2020.

MORAES, Nilson Alves de. **Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST. vol.II no 56 1 - jan/jun de 2009.

MOREIRA, Gilvander. A quem interessa o desmonte da política cultural e da memória do país? **A Verdade**. Brasil, 3 de outubro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34RdCEX>. Acesso em: 21 abr. 2020.

NASCIMENTO, Olívia dos Santos; ALVES, Tamiles Santos. **A frágil democracia brasileira e o mal-estar sofrido no âmbito cultural: Os desafios do minc e das políticas culturais.** Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 12, n. 02, p.72-86, 2019.

OLIVEIRA, Daniel Campelo de. **MEMÓRIA EM CONSTRUÇÃO: POLÍTICAS DE MUSEUS NO BRASIL.** In: ANAIS DO XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 2014, Rio de Janeiro. Saberes e Práticas Científicas. 10p. Disponível em: <https://bit.ly/3kMjPJo>. Acesso em: 31 out. 2020.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987–2006).** Dissertação (Mestrado)/orientadora Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva – Florianópolis/Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-Graduação em Administração, 167 f., 2007.

OLIVEIRA, Rafael Pereira; SILVA, Rosimeri Carvalho da. **Instituições e Conflitos no Campo dos Museus de Santa Catarina.** V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD, Belo Horizonte (Mg), 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3g7oR0U> . Acesso em: 25 jul. 2020.

OLIVEIRA, Rita Alves. **BIENAL DE SÃO PAULO impacto na cultura brasileira.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 18-28, jul/set 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a04v15n3.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

RAFAEL, Maurício. **Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina.** 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2TOcVav>. Acesso em: 03 nov. 2020.

RAFAEL, Maurício; CITTADIN, Renata. **Cadastro Catarinense de Museus: a iniciativa de coletar e produzir informações sobre o campo museal no estado.** Anais do VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2016, Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa. p. 1588-1601.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 103-112, jan.-abr. 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Marketing Cultural e Financiamento da Cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável.** Barueri: Manole, 2007.

RUBIM, Albino. **Políticas Culturais entre o possível e o impossível.** Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições**. Revista Galáxia, São Paulo, n.13, p. 101-113. jun. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil: passado e presente**. EDUFBA, p.29-48, 2012.

SANTA CATARINA. **Decreto no 599, de 18 de outubro de 2011**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e estabelece outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/31MPJy6> . Acesso em 27 out. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto no 615, de 10 de setembro de 1991**. Institui o Sistema de Museus de Santa Catarina, cria o Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3jAjs9L> . Acesso em 27 out. 2020.

SANTA CATARINA. **Decreto no 4.163 de 29 de março de 2006**. Institui o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC e estabelece outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3mrTOQ6> . Acesso em 27 out. 2020.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário**. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 7, n. 7, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Museus brasileiros e política cultural**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, junho, 2004. Vol. 19, número 055. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil. p. 53-72.

SARAVIA, Enrique. **Política e estrutura institucional do setor cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai**. In: MOISÉS, J. A. et al. Cultura e democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001. p.57-108.

SAYÃO, Thiago J. **Nas veredas do folclore: leituras sobre política cultural e identidade em Santa Catarina (1948-1975)**. Dissertação (Mestrado em História). Pós-Graduação em História. Florianópolis. UFSC, 2004.

SCOTT, W. Richard; MEYER, John W. La organización de los sectores sociales: proposiciones y primeras evidencias. In: POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul J. (orgs). El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional. México: Universidad Autónoma del Estado de México, 1999, p. 154-187.

SCHEINER, T. **Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos, memória e cultura**. Revista do Mestrado em Administração de Centros Culturais, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 14-34, 1994.

SIMÕES, Janaína Machado. **O campo organizacional da cultura no Brasil: entre o Estado e o mercado**. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Administração, EBAPE, FGV, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

APÊNDICE A: ENTREVISTA COM RENILTON ROBERTO DA SILVA MATOS DE ASSIS

Museólogo e Coordenador do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) - 27 de Agosto de 2020

1. Atualmente, qual é o quadro técnico do SEM/SC?

Servidores: 2 museólogos (efetivos);
1 Analista Cultural (efetiva): em processo de aposentadoria
1 Técnica administrativa (terceirizada)
2 Estagiárias de Graduação em Museologia

2. Como ficou a aprovação da minuta para o Estatuto Catarinense de Museus e a flexibilidade para a manutenção adequada de edificações históricas? O que avançou desde o último Fórum em Laguna?

A minuta da proposta do Estatuto Catarinense de Museus após a sua aprovação em plenária no 5º Fórum Catarinense de Museus, passou por ajustes da Procuradoria Jurídica da FCC, tramitando internamente na instituição e no momento segue na Procuradoria Geral do Estado para análise, as informações podem ser consultadas em processo digital no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos.

A respeito das edificações históricas, essa pergunta não se aplica ao escopo de atuação deste setor, sendo cabível encaminhar a pergunta conforme nível de tombamento ao órgão competente, tratando-se de edificação com tombamento estadual, a pergunta pode ser enviada para a Gerência de Patrimônio Material da Diretoria de Patrimônio Cultural da FCC (contato: dirpatri@fcc.sc.gov.br)

3. Qual é a atual composição do Comitê Gestor do SEM/SC? Existem membros representantes das diversas instituições previstas na legislação?

Durante o 4º Fórum Catarinense de Museus em 2013, foi eleita a última composição do Comitê Gestor, devido a não realização de um novo Fórum no período de dois anos, o mandato daquela composição expirou. Na edição de 2019 do Fórum Catarinense de Museus optou-se pela não realização de nova eleição devido a proposta do Estatuto Catarinense de Museus que altera a composição do Comitê e parte de sua finalidade. Neste sentido, quando da aprovação da proposta do Estatuto Catarinense de Museus, uma nova eleição será realizada para a composição do futuro Comitê do Patrimônio Museológico.

4. Qual a maior dificuldades institucional para o andamento dos projetos do SEM/SC?

Equipe reduzida.

5. O que vem sendo oferecido em formato de capacitação aos profissionais de museus pelo estado?

Programa de Capacitação Museológica:
Oficina de Plano Museológico na Região Museológica Sul em agosto de 2018 (Criciúma)
Oficina de Plano Museológico na Região Museológica Grande Florianópolis em agosto de 2018 (Florianópolis)

Oficina de Educação Museal na Região Museológica Oeste Catarinense em novembro de 2019 (Pinhalzinho)

Oficina de Plano Museológico na Região Museológica Oeste Catarinense - prevista para abril de 2020, adiada devido a pandemia da Covid-19

Oficina de Educação Museal na Região Museológica Vale do Itajaí - prevista para junho de 2020, adiada devido a pandemia da Covid-19

Oficina de Plano Museológico na Região Museológica Norte Catarinense - prevista para agosto de 2020, adiada devido a pandemia da Covid-19

Conversando Sobre Museu:

Tema Plano Museológico

Plano Museológico desafio permanente: realizado em setembro de 2017 na Região Museológica Vale do Itajaí (Itajaí)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em outubro de 2017 na Região Museológica Meio-Oeste Catarinense (Videira)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em novembro de 2017 na Região Museológica Grande Florianópolis (Florianópolis)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em fevereiro de 2018 na Região Museológica Oeste Catarinense (Chapecó)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em junho de 2018 na Região Museológica Norte Catarinense (Jaraguá do Sul)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em junho de 2018 na Região Sul Catarinense (Laguna)

Plano Museológico desafio permanente: realizado em julho de 2018 na Região Serra Catarinense (Urubici)

Tema Educação Museal

Educação Museal: realizado em agosto de 2018 na Região Norte Catarinense (Joinville)

Educação Museal: realizando em setembro de 2018 na Região Museológica Sul Catarinense (Criciúma)

Oficinas do Fórum 5º Fórum Catarinense de Museus

Local: Laguna

Quando: Julho de 2019.

Oficina: Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado

Ministrante: Taís Valente (Ibram)

Local: Casa Pinto D'Ulysséa

Oficina: Gestão Museológica

Ministrante: Newton Fabiano Soares (Ibram)

Local: Arquivo Público Municipal - Casa Candemil

Oficina: Documentação Museológica

Ministrante: Rosana Andrade Dias do Nascimento (UFSC)

Local: Cine Teatro Mussi

Oficina: Turismo Cultural e Museus

Ministrante: Vanessa Maria Pereira (Consultora Independente IPHAN/UNESCO)

Local: Museu Histórico Anita Garibaldi

6. De que forma o SEM/SC hoje promove a articulação entre os museus do Estado?

A coordenação do SEM/SC ao longa da sua atuação articulou com apoio do Comitê Gestor e entendidas da área do campo cultural, nos últimos anos na ausência de um comitê gestor eleito, tem atuado com apoio do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), do Conselho Regional de Museologia da 5ª Região PR/SC e das Associações de Municípios.

7. Quais foram as parcerias mais importantes que o SEM/SC fortaleceu nos últimos 3 anos? Cite os nomes das instituições e seus departamentos. Se quiser, fale um pouco sobre algumas delas.

A parceria com a Fundação Lagunense de Cultura nestes três anos pode ser considerada a mais relevante, devido a esse apoio conseguimos construir conjuntamente o 5º Fórum Catarinense de Museus, evento que não vinha sendo realizado há seis anos em nosso estado.

A outra parceria que destacamos é com o Conselho Regional de Museologia 5ª Região que nos apoiou na realização de sete edições do projeto Conversando Sobre Museu.

Por fim destacamos as parcerias com as associações de municípios que nos apoiou em eventos no interior de Santa Catarina.

Não podemos deixar de mencionar as parcerias locais e pontuais com museus e universidades.

8. Qual seria o índice de participação, nas tentativas de aproximação do SEM/SC através de eventos, palestras, etc, com as 3 instituições selecionadas para esta pesquisa? (Museu Histórico de São José - MHFSJ, Museu do Lixo e Casa da Memória)

A pergunta não se aplica a Casa da Memória, essa instituição desde o processo de renovação do cadastro catarinense de museus na faz mais parte da rede do SEM/SC devido a não aplicação do 1º Artigo da Lei nº 11.904/09. Sobre as demais instituições não tivemos registro de atendimento recente. Ressaltamos que todo o atendimento a museus em Santa Catarina deve ser solicitado por ofício e e-mail a coordenação do SEM/SC que atenderá a solicitação conforme a sua disponibilidade de equipe e data.

9. O SEM/SC atende essas instituições com frequência?

Resposta anterior atende a essa pergunta

10. O SEM/SC tem conhecimento das dificuldades de cada uma destas instituições?

A coordenação do SEM/SC sempre que requisitada atende conforme a sua disponibilidade de datas e corpo técnico, em situação de visita técnica solicitada e efetuada que tomamos conhecimento de forma efetiva das situações das instituições museológicas em Santa Catarina

11. As três instituições procuraram o SEM/SC recentemente solicitando assessoria?

Não temos registro recente de solicitações

12. Como o SEM/SC tem feito para buscar conhecer melhor as instituições museais do Estado para além do Cadastro Catarinense de Museus? Pensa em incluir novas questões no cadastro?

Pensamos em aperfeiçoar o Cadastro Catarinense de Museus, na proposta do Estatuto Catarinense de Museus, o cadastro foi aprovado como instrumento da política museológica catarinense.

13. O módulo 7 do Programa de Capacitação Museológica ainda será oferecido? Qual a previsão para uma nova edição?

O Programa de Capacitação voltou a ser ofertado em 2017 depois de alguns anos de inatividade por meio de parcerias, não dispomos atualmente de orçamento para contratações de profissionais para ministrar oficinas, tal como estamos reformulando o programa para atender todos os eixos programáticos da Política Estadual (Política museológica).

14. É feita uma avaliação a cada atividade promovida pelo SEM/SC ao longo do ano? Como hoje o SEM/SC procura contribuir para o desenvolvimento museal no estado? De que forma é pensado os projetos para o ano seguinte?

Ao final de cada capacitação e evento oferecemos formulário de avaliação e com base nessas informações geramos indicadores e buscamos aperfeiçoar as atividades.

15. Qual sua opinião sobre a aplicação das políticas públicas culturais no estado de Santa Catarina?

A pergunta é muito ampla, mas se tratando exclusivamente de políticas para o campo museológico, área da cultura na qual estamos inseridos, acreditamos que a continuidade é a peça chave para o sucesso dos planos e programas para o setor, continuar oferecendo capacitações, desenvolvendo pesquisas e realizando periodicamente fóruns de museus em nível nacional e estadual contribuirá com o fortalecimento das políticas públicas para o setor, a falta de continuidade prejudica o campo museológico. Articular os agentes institucionais e sociais também se revela com uma estratégia para o desenvolvimento de políticas exequíveis. Destarte, embora não seja fruto de nenhuma das questões é válido ressaltar a retomada o lançamento anual do Edital Elisabete Anderle de Estímulo a Cultura da Fundação Catarinense de Cultura, desde 2019 o edital voltou a distribuir cerca de cinco milhões e seiscentos mil reais em diferentes categorias, e nestes dois anos o Prêmio Museus, presente no edital, ofereceu quase novecentos mil reais em prêmios a projetos para os museus catarinenses de todas as regiões museológicas. O Prêmio Museus nestes dois anos direcionou em dois âmbitos os prêmios, a saber: projetos de preservação e planos museológicos.

Neste sentido, é válido destacar que os dados do Cadastro Catarinense de Museus sobre planos museológicos desenvolvidos em museus catarinenses, apenas 11,6% conforme primeiro cadastramento, nos levou a direcionar recursos para o Prêmio Museus que contemplasse o desenvolvimento de Planos Museológicos em Museus Catarinenses. Esse é um exemplo de continuidade de políticas públicas que mencionamos dentro de nossa atuação enquanto coordenação do SEM/SC.

APÊNDICE B: ENTREVISTA COM MAURÍCIO RAFAEL

04 de outubro de 2020

1. Como foi sua trajetória na museologia? O interesse pelas políticas públicas vem desde os tempos de graduação?

Desde o início da faculdade percebi como o campo museal estava sendo impactado pelas políticas públicas para os museus e como aquele momento era propício e fértil para a

qualificação das ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação desenvolvidas pelas instituições.

2. Como foi sua trajetória no SEM/SC?

Remonta ao ano de 2008, quando tive oportunidade de estagiar na FCC, durante 1 ano e meio. Foi uma época de efervescência para as políticas públicas no campo museal (estruturação da Política Nacional de Museus e sua conseqüente reverberação nos estados). Tive oportunidade de conhecer a realidade dos museus catarinenses e de perceber como essas instituições estavam sendo impactadas por essas políticas. Logo após minha formatura, em 2010, fui aprovado em concurso público para o cargo de Analista Técnico em Gestão Cultural – Museólogo, na FCC, com lotação na cidade de Florianópolis/SC. Inicialmente fui designado a compor o quadro de técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, em conjunto com outros museólogos, historiadores, arquitetos, bibliotecários e conservadores de bens culturais no acompanhamento, supervisão, orientação e elaboração de projetos que visem à proteção e difusão do patrimônio material e imaterial catarinense. No início de 2011 fui convidado pela presidência da FCC a assumir a coordenação do SEM/SC com o objetivo de promover uma reformulação na atuação deste setor, reivindicada pela classe museológica durante o 2º Fórum de Museus. A partir de então, até agosto de 2015, ano da minha saída da referida função, alguns projetos e ações foram estruturados, em conjunto com a equipe do sistema, no intuito de atender aos anseios do campo museal, dos quais destaco:

- a) Revisão do Decreto que institucionaliza o SEM/SC (Decreto 599/2011), delegando novas atribuições e direitos para este setor;
- b) Divisão do Estado de Santa Catarina em sete regiões museológicas, possibilitando assim conhecimento mais aprofundado sobre as especificidades e realidade de cada um destes territórios;
- c) Reformulação do Comitê Gestor do SEM/SC, colegiado consultivo para análise e discussão das ações da FCC para o campo museológico. A partir de 2011 compõem o referido grupo, representantes das sete regiões museológicas (membros da sociedade civil eleitos nas edições do Fórum de Museus);
- d) Execução de um programa de formação continuada direcionada aos profissionais atuantes em museus. Este programa, denominado Programa de Capacitação Museológica (PCM) foi planejado em 2010, em conjunto com outros colegas, quando ainda fazia parte da equipe do SEM/SC. O Programa foi dividido em sete módulos temáticos e projetados para serem replicados em todas as regiões museológicas (objeto desta pesquisa);
- e) Realização de ciclos de palestras e discussões alcinhado “Conversando sobre Museu”, e que propõe debates e reflexões sobre temas específicos do trabalho em instituições museológicas a partir de palestras com três convidados especialistas na área a ser debatida;
- f) Planejamento e implantação do Cadastro Catarinense de Museus (CCM), projeto de pesquisa para coleta e gerenciamento de informações técnicas e administrativas dos museus vinculados a rede do SEM/SC;
- g) Coordenação do 3º e 4º Fórum de Museus de Santa Catarina, realizados em 2011 (Chapecó) e 2013 (Florianópolis) respectivamente. O Fórum de Museus é a instância máxima deliberativa para avaliação e projeção das ações do SEM/SC;
- h) Implantação e coordenação editorial da “Coleção Estudos Museológicos”, série de publicações de orientações técnicas divididas por assuntos temáticos pertinentes ao universo museológico;
- i) Estabelecimento de parcerias institucionais, como por exemplo, com o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR) para a impressão e distribuição do livro “Conceitos-chave de Museologia”,

anteriormente lançado pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM/SP), em território catarinense;

j) Articulação junto aos membros do Conselho Estadual de Cultura para a inclusão do segmento “Museus” no Edital de Estímulo à Cultura da FCC a partir de 2013;

k) Consulta pública para problematização, reflexão e estruturação do Plano Estadual Setorial de Museus de Santa Catarina, com realização de sete assembleias regionais para discussão do documento que foi aprovado e validado na quarta edição do Fórum de Museus de Santa Catarina. O plano possui validade temporal de dez anos e desde então é o grande norteador das ações do SEM/SC;

l) Participação, como convidado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), na 3ª Conferência Nacional de Cultura (Brasília, DF) no ano de 2013.

3. Com relação ao PCM, sabe-se que ele foi pensado para ser executado em 4 anos. Isso fez parte de uma estratégia de gestão pensando em médio e longo prazo para o campo museal no estado?

Sim. Importante destacar que, quando o PCM foi formatado, a realidade do campo museal catarinense era muito desafiadora. Não havia um número expressivo de museólogos atuantes no estado. Desta forma, inspirados na própria trajetória do SEM/SC, que ofereceu inúmeras oficinas de capacitação pontuais, pensamos em estruturar uma programação, de longo prazo, que pudesse oferecer um arcabouço teórico e prático, para profissionais que não tinham conhecimento técnico em Museologia, porém atuavam em museus.

4. Já existia algum projeto pensado para ser feito após a conclusão do PCM? Ou a proposta seria fazer uma reformulação para uma nova edição das mesmas oficinas?

A perspectiva futura era desenhar cursos que aprofundassem as temáticas abordadas (por exemplo: oficinas de conservação de acervos específicas em diferentes suportes de materiais) e ampliar o escopo de assuntos (pesquisa e produção de conhecimento; relações e parcerias institucionais, dentre outros). Além desse aprofundamento era intenção manter as oficinas básicas (módulo 1 ao 7), oportunizando acesso para aqueles que estavam iniciando uma trajetória profissional no campo dos museus.

5. Como era a dinâmica de trabalho para elaboração e execução das oficinas oferecidas pelo PCM? As parcerias eram feitas com antecedência?

Num primeiro momento, ainda em 2010 pensamos nas temáticas a serem abordadas, dentro de um escopo básico e elementar. Nos baseamos nas oficinas já desenvolvidas pelo SEM/SC e pelo antigo DEMU/IPHAN (antecessor do IBRAM). Reestruturamos as ementas de cada oficina e elencamos os possíveis ministrantes de cada módulo. A partir desta perspectiva, já em 2011, tínhamos em mente que era preciso regionalizar e replicar cada módulo em diferentes cidades catarinenses, oportunizando o acesso para os participantes de distintas regiões. Ao estabelecermos as 7 regiões museológicas, conseguimos materializar a distribuição desses cursos. As parcerias locais, com prefeituras e associações de municípios foi muito profícua e sempre podemos contar com uma boa infraestrutura, ao contrário das vezes em que tentamos estabelecer relações com as finadas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), que faziam parte da estrutura do Governo do Estado. Com raras exceções, não tivemos êxito nessa relação.

6. De que forma era feita a divulgação das oficinas? Quem cuidava dessa parte? Onde eram colocados/divulgados os cartazes e informativos em geral? Poderia fazer uma comparação do alcance da comunicação sobre as oficinas da primeira edição até a última? Contar o que, e se evoluiu?

A divulgação consistia no envio de correspondências a todos os museus (públicos e privados), prefeituras, fundações de cultura, associações de municípios, instituições de ensino e as SDR's. Geralmente enviávamos um convite, com o folder ou cartaz de divulgação. A Assessoria de Comunicação da FCC também ajudou muito na distribuição desse conteúdo com as agências de comunicação regionais (que distribuía esse material para jornais, rádios e tvs locais). Na época também elaboramos um informativo eletrônico quinzenal, enviado para um mailing com quase 3 mil endereços (de museus, profissionais, empresas, escolas e outras instituições). À medida que avançávamos nos módulos, mais o alcance da divulgação dos cursos se ampliava. A partir do terceiro módulo começamos a receber inscritos de outros estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e até da Paraíba).

7. Houve resistência por parte de alguma instituição com relação à aproximação do Sistema?

De museus, nenhuma resistência. Sempre fomos bem acolhidos e tivemos boa receptividade, muito por conta do trabalho anterior já desenvolvido pelas coordenações que antecederam a minha. Como já mencionei acima, tivemos dificuldades com instituições pertencentes à estrutura do próprio Estado.

8. Quais as dificuldades institucionais encontradas para andamento das atividades do SEM/SC, e, em particular, do PCM?

Nos quatro anos em que coordenei o SEM/SC, a FCC teve 5 gestores. Foi praticamente impossível manter o planejamento inicial de nossas atividades por conta do personalismo e interferências de alguns presidentes, especialmente da gestão que presidiu a instituição entre meados de 2014 e 2016. Havia uma dificuldade em compreender a importância da continuidade das ações que traçamos, que previam políticas de estado (e não de governo).

9. Qual era a relação do SEM/SC com o Sistema Brasileiro de Museus? Existia uma prestação de contas ou algum tipo de cobrança? Ou o SEM/SC detinha maior autonomia para suas tomadas de decisões?

Na época foi uma relação de parceria e capilaridade de ações conjuntas. O campo ainda estava em expansão e construção de marcos e indicadores. Destaco que nossa relação de parceria se dava mais no âmbito entre os estados, especialmente com os Sistemas Estaduais de Museus do RS, PR, SP e RJ. Atualmente sei que existem marcos regulatórios que exigem dos Sistemas Estaduais de Museus prestação de contas e alimentação de dados no SBM/CNM.

10. Como você analisa a falta de presença nas oficinas, no que diz respeito às 3 instituições selecionadas para esta pesquisa? (Casa da Memória, Museu do Lixo e Museu Histórico de São José-MHFSJ)

Difícil mensurar essa questão, pois pode envolver vários fatores, mas arrisco dizer que a região da Grande Florianópolis era a mais desarticulada, se comparada com as outras do interior (especialmente Vale do Itajaí, Sul e Oeste). Não percebíamos o engajamento entre os museus da capital e isso se refletia na própria representação dessa região no Comitê Gestor do SEM/SC (formados por representantes de todas as regiões e por instituições governamentais), que diferentemente das outras regiões pouco participavam das reuniões e da mobilização que

estávamos desenvolvendo no Estado. Esse aspecto, no meu entendimento, afetou a participação destas e outras instituições nas ações do Sistema.

11. Na sua opinião, após quase 10 anos do primeiro módulo do PCM, o que você teria a dizer sobre as políticas públicas para museus em Santa Catarina?

Não me considero apto para responder essa pergunta, pois estou há quase cinco anos distante de Santa Catarina e desenvolvendo trabalhos em outro estado, com uma realidade bem distinta do campo museal catarinense. Acredito que nestes últimos anos, com a continuidade de algumas ações do SEM/SC e implementação de novos projetos, ocorreram alterações, mas não saberia mensurar.

12. Em sua dissertação, você questiona se o Estado conseguiria aproximar as duas dimensões museológicas: a vislumbrada e a real. Em sua opinião, o que deveria ser feito para alcançar esse objetivo?

Esse é um objetivo ainda a ser alcançado no âmbito nacional e, acredito, que dependa da junção de vários fatores e conjunturas, das quais destaco: vontade política e envolvimento / engajamento da sociedade civil.

13. Durante o tempo em que esteve em frente ao SEM/SC, o que teria a dizer, de um modo geral, sobre os técnicos de museus do estado?

Profissionais perseverantes e graças a atuação destes muitos acervos e referências patrimoniais puderem ser preservados – independente da formação e experiência deles. São agentes que responderam aos estímulos provocados pelo SEM/SC, visando a qualificação desse corpo técnico. Também importante destacar que algumas instituições regionais ajudaram muito na qualificação desse corpo técnico como, por exemplo Ceom/Unochapecó, Fundação Cultural de Blumenau (extinta), Centro Universitário Barriga Verde, Universidade Federal de Santa Catarina, dentre outras.

14. Qual sua sugestão para obter uma melhora contínua na capacitação dos profissionais de museus no estado?

Como citado acima, acredito na junção de vontade política e engajamento da sociedade civil (esta última válida e ou desacredita qualquer iniciativa de políticas públicas). Outro aspecto fundamental é pensar na formação de um quadro de RH efetivo (mais 70% dos museus são vinculados a estruturas públicas). Também considero de suma importância a articulação entre FCC e demais instituições que atuam, influenciam e interferem no campo museal no Estado (Ibram, UFSC, CEOM, Unesc, Fapesc, SED e outros organismos). A continuidade e perenidade das ações de capacitação, aliadas com a formação oferecida pela Universidade e o apoio e fomento de outras instituições, formam uma cadeia de iniciativas que podem consolidar a qualificação do corpo técnico dos museus.

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM RENATA CITTADIN

07 de Setembro de 2020

1. Como foi sua trajetória na museologia? O interesse pelas políticas públicas vem desde os tempos de graduação?

A introdução da minha dissertação de mestrado traz um pouco desse percurso, talvez hoje, um tempo depois da pesquisa e mais amadurecida tenha mais elementos para contribuir nesse percurso. Mas naquele momento vi uma avaliação. Vou trazer um pouco aqui. Engraçado que todas as vezes que me sento para organizar esses materiais para você me coloco a pensar e organizar o passado, isso é interessante. Nós profissionais da memória, administradores da memória que somos, às vezes não temos a dimensão do que estamos fazendo quando cotidianamente, mas quando paramos e vemos isso em décadas (meo deus!) conseguimos avaliar a dimensão e o impacto dos nossos esforços e inclusive das nossas escolhas pessoais. De modo pessoal, não avalio a museologia como uma profissão, museologia é meu modo de estar no mundo, é meu estilo de vida, sou museóloga em tempo integral, pois ser museóloga me exige posturas com a vida. Afinal os museus e a vida requerem valentia de nós mulheres. vamos lá!

Minha inserção na Museologia iniciou-se em 2006, quando ingressei como aluna regular no Curso de Bacharelado em Museologia do Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE), localizado na cidade de Orleans, Sul do Estado de Santa Catarina. O curso de Museologia em Santa Catarina – criado em 2004 - nasceu no bojo do período de reabilitação do campo museológico brasileiro projetado pela Política Nacional de Museus (PNM) de 2003¹⁸⁵, alicerçada no eixo da ampliação da formação em Museologia no Brasil.

Os anos seguintes se caracterizaram por uma forte articulação dos trabalhadores de museus em todo o país. Do mesmo modo, no campo da formação, tanto docentes quanto discentes do curso estavam mobilizados a participar dos debates que envolviam a organização de políticas públicas para a área de museus e a consolidação institucional do campo museológico no Brasil.

Estar inserida nessa conjuntura oportunizou relações que me despertaram interesse pelos processos de gestão a partir da Museologia. Nas disciplinas cursadas durante a graduação, meus estudos se voltaram para a análise de experiências de gestão ou mesmo para proposições de estudos museológicos na área de planejamento, já que o fim da graduação culminou com a publicação da Lei 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus no Brasil.

Ainda durante a graduação, tive a oportunidade de participar de outras linhas de ação museológica, como projetos de documentação, planejamento e montagem de exposições museológicas. Mas, pontuo como ação essencial no desenho do meu caminho na Museologia, a experiência profissional no setor de Planejamento Urbano de Urussanga, uma cidade com seu núcleo urbano reconhecido como patrimônio histórico por meio de tombamento estadual e com alguns conjuntos rurais tombados pelo IPHAN, quando da sua adesão ao Plano de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PACCH). A participação nesse projeto no âmbito do planejamento do patrimônio edificado me fez perceber as contribuições possibilitadas pela Museologia aos processos de gestão do patrimônio.

A graduação em Museologia foi concluída no final do ano de 2009, e meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção de grau, intitulado “A Ação dos Museus nas Cidades Históricas”, procurou discutir a função social dos museus nos processos de preservação das referências culturais em uma cidade histórica, a partir do estudo de caso sobre a cidade de Urussanga/SC e o Museu Histórico Monsenhor Agenor Neves Marques, instituição museológica sediada na cidade.

Passados dois anos, fui convidada para trabalhar na Fundação Catarinense de Cultura (FCC) pela Diretora Andrea Marques Dal Grande que havia sido minha professora na graduação. Ela havia acompanhado meu trabalho em Urussanga e estava com o objetivo de rever a atuação da área de patrimônio da FCC.

¹⁸⁵ Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania, Ministério da Cultura 2003. Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf.

A Andréa é especialista em museologia, já atuou como Diretora do Museu Histórico de Santa Catarina, atuou com a equipe de formação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, sabia das mazelas dos museus de Santa Catarina e sabia das lacunas que tínhamos na gestão de políticas públicas em SC.

Queria um projeto capilar para a gestão do SEM/SC e sabia que a forma que estava em operação não era a adequada. Então propomos a revisão da atuação do sistema de museus a partir da metodologia que tinha pautado pelo PACH.

Até aquele momento o Maurício Rafael, já atuava como estagiário do SEM/SC junto a Marli Fávero e na sequência havia passado no concurso público da FCC que provisionou vagas para Museólogo, que junto a ele entraram: Lizandra Felisbino e Renilton Roberto de Assis. Renilton, inclusive que escreve ao projeto do programa das oficinas de capacitação do Sistema.

O SEM/SC tinha uma atuação muito diminuta e sem uma agenda clara para o campo museológico de SC. O Sistema operava oficinas de formação pontuais durante o ano e não pensava em programas de formação continuada levando em conta as demandas dos trabalhadores de museus; aliás essa era uma questão não haviam indicadores produzidos sobre o setor; era realizada a adesão de instituições de qualquer gênero, não necessariamente museus a um cadastro que depois organizado em Cadastro Estadual de Museus. Também realizada despropositadamente o Fórum de Museus que a cada realização não tinha proposta, metodologia ou foco de debate de política pública. Que em 2011, paramos de debater as diretrizes de uma política e propomos o diagnóstico do campo, para depois a elaboração de um plano, e uma agenda clara para o setor que no último fórum resultou no Estatuto Catarinense de Museus. Esse é um dos reflexos da metodologia do PACH e das demandas cobradas pela própria Andrea.

Na verdade Raissa, eu comecei a me envolver em vários projetos da Diretoria de Patrimônio e não apenas no Sistema de Museus, organizamos toda atuação do Sistema, inclusive a posse do Maurício Rafael na coordenação, como servidor efetivo da FCC.

E aí talvez eu responda a sua pergunta primeira que foi o tema da minha pesquisa na dissertação do mestrado, o meu interesse não é só política pública, mas como as metodologias da gestão museológica colaboram para política pública. Pois o sistema de museus sem gestão museológica não desenvolvia política para e com museus. Então comecei a perceber as contribuições que o desempenho de uma gestão realmente museológica que privilegia a pesquisa a salvaguarda e comunicação nas operações da administração do patrimônio.

2. Como foi sua trajetória no SEM/SC? De quais programas você participou?

Entrando na sua segunda pergunta, avalio que a experiência que adquiri na FCC foi muito importante, pois ampliou meu repertório de atuação e conhecimento sobre as especificidades do campo do patrimônio e museológico no Estado de Santa Catarina.

Bem, a atuação no sistema foi como organizar um museu que estava abandonado. Organizei a documentação da memória institucional, montando as pastas individuais dos museus, as pastas de projetos dos anos 80 até os projetos anuais até 2011. Essa organização também foi elaborada para os arquivos digitais, uma rotina de elaboração de relatórios de projetos e relatórios anuais do sistema para que as lacunas de memórias institucionais fossem cessadas. Também a produção de matrizes e rotinas de relações institucionais como a criação do caderno de apresentação do projeto do sistema, e a apresentação anual do sistema de museus para os municípios e para as associações de municípios. Esse trabalho colaborou bastante para a capilarização das nossas atividades.

Me envolvi diretamente na elaboração da minuta de alteração do Decreto 599/2011 que alterava o modelo de atuação do SEM/SC para regiões museológicas e não mais tipologias administrativas de museus.

Já na minha chegada fui para a organização do conturbado Fórum de Museus em Chapecó, que empreendeu o diagnóstico regional sobre o campo museológico e na sequência iríamos propor a minuta do Plano Estadual de Museus no fórum seguinte. E assim foi, no fórum seguinte realizamos fóruns regionais consultando o documento e na capital o fórum maior para validação do documento.

Em 2011/2012 Renilton já havia escrito a proposta do PCM e já havíamos realizado a oficina de gestão e de conservação.

Também nesse momento lançamos o Cadastro Estadual de Museus que era fundamental para a formação de indicadores do setor e registrarmos as informações que eram vistas de forma empírica nas visitas técnicas e em conversas durante as oficinas.

Nesse momento identifiquei relevante volume de produções técnicas, como o planejamento e coordenação de projetos específicos para o mapeamento do campo museológico catarinense; a elaboração de pareceres e relatórios de assessoria resultantes de visitas técnicas para criação, fusão e qualificação de museus; a produção de conteúdo para publicações institucionais do SEM/SC; a organização de manuais destinados aos trabalhadores de museus em SC; e construção de uma metodologia colaborativa e participativa para a elaboração de um plano setorial de museus junto à comunidade museológica catarinense; debates sobre metodologias de gestão de processos de tombamento e reconhecimento do patrimônio material, enfim a dedicação e participação aos programas de preservação da DPPC.

Além da atuação direta no ambiente central das políticas para museus em SC, foi fundamental para meu amadurecimento profissional a atuação nos museus mantidos pela FCC, a vivência e as trocas entre os colegas das demais áreas do patrimônio material geridas pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC).

Coordenei também o Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras, Guia de Museus de Santa Catarina, Coletânea Garibaldi junto ao ATECOR, Convênio com a FECAM para articulação de formação de equipes efetivas de museus, Projeto dos 100 anos do Contestado.

Ainda tivemos a organização da premiação para Museus dentro do Anderle, o Edital de Circulação de Premiação e Circulação de Exposições Museológicas, esse não foi pra rua. Tenho que ter mais tempo e procurar todos os projetos pensados e escritos, talvez tenha deixado vários pra trás. Tem o grupo de trabalho de Museus de Imigração que depois consegui levar para o Museu Nacional de Imigração em Joinville e debater o papel dos museus de cidade em Santa Catarina. Isso nasceu nas avaliações do Cadastro Estadual de Museus.

Eu e Maurício tínhamos uma coordenação compartilhada, como ele costumava chamar. Eu nunca medi esforços para ver os trabalhos do sistema alcançarem o maior número de pessoas possível e ter eficácia no seu desempenho. Então estava envolvida em todos os processos e projetos do sistema. Alguns eu tinha coordenação direta outros eu operava, como era o Caso do Programa de capacitação, da coleção estudos museológicos, do conversando sobre museus, entre tantas outras das nossas atividades. Falo nossas, porque até hoje tenho o mesmo carinho, faço isso com Renilton.

Tinha atuações compartilhadas na gerência de patrimônio como a criação do Sistema Estadual de Patrimônio, grupo de estudos para critérios para o tombamento em SC, Fiscalização de patrimônio edificado em SC. Realizava orientações na Casa de Campo Hercílio Luz, orientava as publicações da diretoria como a publicação do ATECOR de arte sacra e a de patrimônio cemiterial, também ministrava as aulas de documentação do estágio supervisionado em conservação do ATECOR, orientava as do Sistema Estadual de Indicadores Culturais (SEIIC) e elaborei o projeto do Museu da Ponte Hercílio Luz na gerência de projetos. Enfim, eu me envolvia em vários projetos na diretoria.

Eu sempre faço isso nos meus trabalhos, meus colegas que me conhecem sabem disso, por isso no início digo que é um estilo de vida!

3. Como era a dinâmica de trabalho para elaboração e execução das oficinas oferecidas pelo PCM? As parcerias eram feitas com antecedência? Quais as dificuldades institucionais encontradas para andamento das atividades do SEM/SC, e, em particular, do PCM?

O planejamento do SEM/SC era realizado no ano anterior, então a partir de janeiro elaborávamos o termo de referência para a contratação dos serviços e realização das parcerias, reserva de veículos no setor operacional da FCC, solicitação de reserva de diárias para a equipe que iria acompanhar e toda a logística.

O grande desafio era: garantir o recurso para a execução das atividades. Além do recurso era a forma, pois nem sempre o serviço e a máquina pública estão organizados para atender as demandas dos serviços da área cultural de museus, principalmente há 10 anos atrás. Exemplo: tínhamos a necessidade de um ministrante x para a oficina x, tínhamos que licitar, mas como licitar uma pessoa? Como garantir a qualidade nos processos? Isso foi no primeiro momento, pois no primeiro ano de oficinas chamamos nossos amigos para ministrar oficinas, colocávamos eles no carro da FCC e íamos para as oficinas. Quando a FCC viu era importante conseguirmos recurso pra isso.

Não tínhamos uma sistemática operacional para todos os projetos nos anos iniciais por conta da garantia dos recursos, a lógica era: vamos vencer todos os obstáculos e fazer. Eu usava toda a minha expertise de serviço público e ia para o operacional pular os obstáculos. A cada ano era uma surpresa e uma forma de fazer mesmo tendo toda a programação e tudo pronto. Externamente isso não ficava aparente, mas internamente era um grande reboledo fazer com que tudo funcionasse nas regiões de forma organizada e tranquila. Apenas nos dois últimos anos que conseguimos adquirir mais tranquilidade nas operações porque Andrea conseguiu organizar o orçamento mínimo.

4. Houve resistência por parte de alguma instituição com relação à aproximação do Sistema?

Olha Raissa, eu posso estar muito enganada. Mas não lembro de resistência de participação de alguma instituição. Na verdade, nós éramos pobres, você viu a nossa logística, então num primeiro momento pensamos nas SDR's como nossos suportes, as secretarias de desenvolvimento regionais, que eram extensões do estado nas regiões eram as que nunca podíamos contar direito, então desistimos delas. E ficamos com o suporte apenas dos municípios. E quando fazíamos o contato sempre eram muito solícitos e se sentiam muito honrados em nos receber. As escolhas nunca eram políticas, nunca tivemos esse tipo de intervenção, mesmo em ano eleitoral. Os municípios tinham poucos recursos, mas eram atenciosos.

5. Qual era a relação do SEM/SC com o Sistema Brasileiro de Museus? Existia uma prestação de contas ou algum tipo de cobrança? Ou o SEM/SC detinha maior autonomia para suas tomadas de decisões?

O Sistema Brasileiro de Museus não tem interferência administrativa sobre os Sistemas de Museus, o Instituto Brasileiro de Museus também não. Aliás, seria muito interessante se eles soubessem mais das realidades dos estados. No caso das do PCM não havia nenhuma relação direta conosco. Aliás no Fórum de Museus de 2013 convidamos todos coordenadores ou representantes de sistema de museus para irem a Santa Catarina para realizarmos uma reunião porque o Sistema Brasileiro de Museus não propõe uma reunião que dê fala ou representação para o conhecimento das atividades desempenhadas nos estados brasileiros.

Tivemos um evento chamado Conexões IBRAM, acho que foi em 2012 para cooperar as ações entre estados e IBRAM, mas na sequência o IBRAM sofreu políticas de desmonte e não conseguiu dar continuidade.

Do Conexões demos continuidade a nossos projetos internamente que foram o Grupo de Estudos Museus e Turismo em que lançamos o guia de museus e a parceria com a SANTUR para lançamento anual do guia, que era um problema sério nas relações do 0800 da SANTUR. E o Plano Estadual de Museus.

Os principais problemas na falta diálogo foram identificamos no Cadastro Estadual de Museus, o IBRAM lança a pesquisa nacional do cadastro nacional de museus e essa pesquisa nunca é acessada pelos estados, nunca tínhamos acesso as nossas informações ou validávamos essas informações, Não podíamos esperar uma plataforma do IBRAM, então lançamos o nosso cadastro. Somente no fórum catarinense de museus de 2019 que o IBRAM trouxe a solução para unificarmos essa plataforma, 6 anos após. Tudo bem, vamos conseguir reunir as informações, quando do lançamento do cadastro em Santa Catarina lançamos já com essa possibilidade de migrarmos, mas não poderíamos não realizar essa ação esperando por tanto tempo. Hoje temos lançado em SC o primeiro relatório do Brasil sobre indicadores de museus graças ao levantamento de informações que realizamos em 2013. Posso listar aqui várias questões que não são uníssonas entre estado e federação no desempenho de políticas para museus e que enfrentamos na operação dessa equação.

6. Você participou de algumas edições das palestras “Conversando sobre Museus” quando Maurício Rafael já não fazia mais parte da coordenação do SEM/SC. Sentiu alguma diferença na dinâmica de trabalho?

Eu acho que temos dois momentos. O maior impacto para as ações do Sistema foi quando da entrada da Maria Teresinha Debatin na presidência da Fundação Catarinense de Cultura. Ela deu início a uma política de desmanche iniciada na Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte fomentada por propósitos eleitoreiros. A FCC a época parou de financiar projetos culturais e começou a financiar projetos e participar de esporte. O orçamento do Sistema de Museus foi cortado, os projetos em andamento foram proibidos de serem lançados. Como foi o episódio do lançamento do Guia de Museus de Santa Catarina, que foi proibido seu lançamento porque o nome do secretário Jorginho Mello Filho não estava no evento de discussão técnico então ele mandou cancelar. Nessa toada vários procedimentos ilegais foram realizados na FCC como a assinatura de um contrato de gestão com a Associação de Amigos do Museu Nacional do Mar – Embarcações Brasileiras em São Francisco do Sul. Todas essas ações que não justificam uma ação de um gestor público foram realizadas pela presidente da fundação catarinense de cultura à época. Nessa mesma época a Diretora de Patrimônio Andrea Marques Dal Grande foi exonerada e aí é que tivemos grande reflexos no trabalho do Sistema de Museus, acho que isso independe da saída do Maurício Rafael. Era a Andrea que sustentava a ação do Sistema dentro da FCC e da Diretoria. Quando Maurício sai da FCC ele sai por um projeto pessoal, não vendo a possibilidade de construção na FCC com a gestão da Terezinha ele se desliga, frente a impossibilidade de trabalhar e criar, também não vejo sentido de continuar e me desligo. Naquele momento a FCC teve muita evasão. Nesse período o sistema retoma aos cuidados da Marli Fávero, mas sem condições.

Quando Terezinha sai da FCC e o professor Rodolfo assume a presidência, a Vanessa nossa Diretora de Patrimônio me ligou para retornar e eu já estava me preparando para assumir a Coordenação do Museu Nacional de Imigração em Joinville, onde tive muito trabalho para colocar no lugar, foi igual ao SEM! Haihauhauh

Quem assumiu foi o Renilton em 2017 ou 2018 (eu juro que não lembro!), ele me ligou e tivemos várias reuniões, retomamos o SEM/SC de onde ele parou, tiramos as publicações das gavetas, os projetos foram lançados, o fórum foi realizado. Fui a um Conversando sobre

Museu e a logística foi a mesma, na verdade a essência é a mesma. O Sistema de Museus é a ação mais capilar da FCC no estado, então naquele momento teve um tom de reconexão do campo depois de 2 ou quase 3 anos de desalinho com a política de desarticulação da Terezinha. Sempre brinco que vivemos anos pré-bozo com ela.

7. Como você analisaria a falta de presença nas oficinas, no que diz respeito às 3 instituições selecionadas para esta pesquisa? (Casa da Memória, Museu do Lixo e Museu Histórico de São José-MHFSJ)

Eu não consigo realizar uma análise tão específica. Mas Florianópolis sempre foi uma região mais difícil. Me expresso dessa forma, porque penso que talvez por estarem na capital, mesmo que uma capital não tão cultural, têm acesso à informação e as instituições possuem profissionais, então talvez não carecessem ou julgassem não participar desses encontros de formação. Mas dos museus de Florianópolis, esses eram acessíveis e participativos.

8. Na sua opinião, após quase 10 anos do primeiro módulo do PCM, o que você teria a dizer sobre as políticas públicas para museus em Santa Catarina?

O programa de capacitação é mais uma tradição do que um resultado de uma política clara e imediata para o setor. Em uma escala de prioridades formar não equipes não é um resultado que tem efetividade, teríamos efetividade se os museus de SC tivessem equipes e essas equipes não fossem rotativas e os museus estivessem na centralidade das estratégias dos governos. Além do mais, não podemos fomentar o exercício irregular de outras profissões, então o programa de capacitação não pode ser substituído por formação profissional, concursos públicos e valorização de equipes em museus.

Acho que esse módulo se tratava de uma despedida. Não sei se esse modelo, é aceitável na era da internet, na era em que temos um curso de graduação em uma universidade pública, em que precisamos de cursos de humanidades em Santa Catarina espalhados pelo estado todo, na era em que cada vez mais os museus são cobrados de sua função social e devem estar próximos de suas sociedades.

Acredito muito mais em uma versão do Conversando Sobre Museus que vai nas regiões e conversa com técnicos e dá o suporte do que em uma versão caquética de uma formação que talvez não possa realmente ser executada, porque os governos locais não podem ter diárias para deixar as pessoas 3 dias em deslocamento, porque as próprias pessoas não sabem o que estão fazendo nos museus e nem sabem o que é o museu, por mais boa vontade que possuam. Precisamos de soluções reais e não soluções imaginadas. Talvez eu mude de ideia amanhã ou nunca, e mudar de ideia faz parte do amadurecimento, mas hoje avalio dessa forma.

9. Durante o tempo em que fez parte do quadro técnico do SEM/SC, o que teria a dizer, de um modo geral, sobre os técnicos de museus no estado?

Apesar das observações que relato acima. De modo geral os trabalhadores de museus em Santa Catarina são valentes e criativos, os museus no Brasil e fundamentalmente em Santa Catarina não são equipamentos vistos como estratégicos para o desenvolvimento da sociedade nas operações de políticas públicas. Não temos investimentos financeiros e nem investimentos em tecnologia social para que nós trabalhadores de museus nos sintamos valorizados no desempenho de nossas funções. Contudo, hoje, atuo fora do estado de Santa Catarina e consigo perceber com muita marcação a importância do trabalho desenvolvido nos museus em Santa Catarina.

Todas as conquistas por nós empreendidas são reais, são efetivas. Não são para mostrar que estamos fazendo. Temos uma articulação real e de base que vem sendo construída desde a década de 80 que se consolida com a presença dos cursos de graduação no Estado e com a

presença dos profissionais circulando no campo. Sendo absorvidos ou não pelo mercado de trabalho, é muito importante a presença dos profissionais museólogos no Estado de Santa Catarina desde a década de 80 e mais efetivamente desde os anos 2000, isso ajudou a construir um campo ético e vem construindo um campo sólido.

Claro que o campo museal não é construído por museólogos e o universo dos trabalhadores de museus é um caleidoscópio de profissões, mas quando falo museólogo estou tratando da moderação do debate do campo a partir da ciência Museologia e isso é muito importante.

Então, agora de fora, percebo o quanto esses movimentos de articulação foram e são importantes para manter as políticas públicas e uma museologia próxima da realidade e trabalhadores unidos. Pois é um estado onde enfrentamos desafios sérios quanto ao investimento no campo, mas temos um trabalho de base, todos os museus catarinenses sabem de alguma forma qual a sua função ou sabem que existe alguma legislação para o setor, diferente de São Paulo, por exemplo. Onde não possui graduação e que o museu onde eu vim atuar mesmo sendo na capital desconhecia a legislação do setor. O próprio estado tem escrito em algum lugar sua política, sua postura com relação a esse tema MUSEUS, temos indicadores sobre o campo que é o cadastro de museus, temos uma estrutura que pensa museus e articula esse campo, e que mesmo que precariamente resiste produzindo informação e articulando o setor pautando pela museologia e não apenas por questões protocolares da gestão pública.

10. Qual sua sugestão para obter uma melhora contínua na capacitação dos profissionais de museus no estado?

Eu acho que o IBRAM hoje tem uma plataforma online com bons cursos e eles podem ser realizados a qualquer momento.

O acesso à informação não é mais o problema que tínhamos nas décadas de 80 e 90, contudo a orientação dirigida é um dos maiores problemas que temos, principalmente no campo dos museus.

Então, acredito que temos uma escala de prioridades no que se refere a sua pergunta, primeiro é ter equipes nos museus, segundo garantir a permanência das equipes nos museus, terceiro garantir planos de trabalho constantes e rotinas de trabalho que garantam a continuidade da administração da memória nessas instituições e só assim essas instituições serão centrais nas suas comunidades e aí, paralelamente a essas ações as equipes demandarão formações. E acredito que a formação não é apenas uma formação que vem do estado e uma formação do campo museológico, mas uma formação de outras áreas do conhecimento, áreas em que o museu está sendo demandado, áreas que o museu precisa se aproximar.

APÊNDICE D - PERGUNTAS PARA O QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS INSTITUIÇÕES ANALISADAS

Bloco	Tema	PERGUNTAS	
		QUESTÃO	Opções para preencher
1	Apresentação	Informe o nome da instituição.	dissertativa
		Qual seu nome?	dissertativa
		Qual sua formação?	dissertativa
		Desde quando trabalha na instituição	dissertativa

		Que função desempenha na instituição?	dissertativa
		Sempre esteve na mesma função? Se não, fale um pouco sobre sua trajetória enquanto funcionária.	dissertativa
2	SEM/SC	Desde quando a instituição está cadastrada no SEM/SC?	dissertativa
		No final de 2019 o SEM/SC fez uma nova campanha de renovação do Cadastro Catarinense de Museus. Houve atualização do cadastro pela instituição?	[sim] [não]
		Se a resposta anterior foi não, diga por qual motivo?	dissertativa
		Qual número de funcionários que compõem o quadro funcional do museu e quais cargos ocupam?	dissertativa
		Houve participação da instituição através de algum funcionário, em alguma das oficinas oferecidas pelo SEM/SC entre os anos de 2011 e 2015, através do Programa de Capacitação Museológica (PCM)?	[sim] [não] [não sei]
		Se souber, informe nome do funcionário e qual setor fazia (e se ainda faz) parte na época	dissertativa
		Qual tema foi abordado na(s) oficina(s)?	dissertativa
		Como foi a contribuição da(s) oficina(s) para a dinâmica de trabalho?	dissertativa
		O funcionário que participou da oficina ainda se encontra ativo na instituição?	[sim] [não] [não sei]
		Se souber responder, qual foi o período e o motivo de seu desligamento?	dissertativa
		Já procurou o SEM/SC para buscar assessoria?	[sim] [não]
		Sua dúvida foi sanada?	[sim] [não] [em partes]
		Como reflete a atuação do SEM/SC dentro da instituição?	dissertativa
		Já participou de alguma palestra do projeto "Conversando sobre Museus"? O que achou?	dissertativa
		3	Capacitação profissional
Há busca por formação continuada na área museológica para os funcionários da instituição?	[sim] [não] [não se aplica]		
Com que frequência?	dissertativa		
Os funcionários participam de oficinas vinculadas às atividades desenvolvidas no museu?	dissertativa		
Quais foram as atividades de capacitação realizadas por funcionários da instituição nos últimos 3 anos?	dissertativa		
O(s) funcionário (s) que participaram da capacitação ainda se encontra no quadro de funcionários da instituição?	[sim] [não] [não se aplica]		
Se o(s) funcionário(s) não fizer mais parte do quadro de funcionários da instituição, diga, se souber, qual motivo de seu desligamento?	dissertativa		
VOCÊ já participou de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecidos pelo Atecor?	[sim] [não] [não tem conhecimento]		
Já houve participação, por parte de funcionários da instituição, de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecida pelo Atecor?	[sim] [não] [não tem conhecimento]		

		Existe algum funcionário responsável pelo setor de conservação do acervo?	[sim] [não] [não se aplica]
		Este profissional possui formação e material básico para execução de suas atividades?	dissertativa
4	Instituição	Diga o nome e o cargo que o responsável legal pelo Museu ocupa? E qual seu vínculo empregatício?	dissertativa
		Desde quando ocupa o cargo? Informe o ano.	dissertativa
		Quais as maiores dificuldades de serem sanadas dentro da instituição?	dissertativa
		Você sente necessidade de um profissional especialista em assuntos museológicos para sanar dúvidas?	[sim] [não] [as vezes] [frequentemente]
		Você acha relevante a presença de um museólogo no quadro técnico da instituição?	[sim] [não]
		De que forma é entendida a contribuição (ou não) deste profissional para as atividades da instituição?	dissertativa
		O Museu possui associação de amigos?	[sim] [não]
		Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?	dissertativa
		De quais fontes listadas abaixo o museu já recebeu recursos nos últimos 3 anos?	[Editais públicos] [Editais privados] [Emenda parlamentar] [Fundo estadual de cultura] [Fundo estadual de turismo] [Fundo nacional de cultura] [Nunca recebeu] [Outro]
		Em caso negativo para a maioria das últimas perguntas, qual seria a maior dificuldade encontrada?	dissertativa
		Nos últimos 3 anos o museu apresentou projeto para concorrer através da Lei Rouanet?	[sim] [não]
		Em caso positivo, para qual setor foi destinado?	dissertativa
		Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?	dissertativa
		Nos últimos 3 anos o museu apresentou algum projeto para concorrer através da Lei municipal de incentivo à cultura?	[sim] [não]
		Em caso positivo, para qual setor foi destinado?	dissertativa
Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?	dissertativa		
Cite as 3 últimas atividades culturais e educativas que o museu realizou, informando mês/ano/tema/público?	dissertativa		

		De acordo com o momento atual da instituição, assinale abaixo o que precisa de maior atenção.	[Acessibilidade] [Recepção] [Vigilância] [Mediação] [Educativo] [Comunicação] [Exposição] [Documentação] [Conservação] [Reserva técnica] [Pesquisa] [Gestão] [Recursos Financeiros] [Recursos Humanos]
		Com base nos últimos 3 anos, qual foi a média do orçamento anual para o museu?	dissertativa
5	Documentação	A instituição possui regimento interno?	[sim] [não]
		Se não, por qual motivo?	dissertativa
		A instituição possui plano museológico?	[sim] [não]
		Se não, por qual motivo?	dissertativa
		Existe algum texto base em andamento para o Regimento Interno e Plano Museológico?	[sim] [não] [não sei]
		Já foi feita a catalogação do acervo?	[sim] [não]
		Como a instituição define os critérios de avaliação da peça que irá compor o acervo? Existe uma comissão avaliadora?	dissertativa
6	Comunicação	O museu possui alguém responsável por sua comunicação externa?	[sim] [não]
		Se possui ou já teve alguém responsável, qual foi o retorno para a instituição?	dissertativa
		Qual das redes sociais abaixo o museu possui?	[whatsapp] [instagram] [facebook] [twitter]
		Com que frequência costuma fazer as postagens? Quem gerencia a conta?	dissertativa
		O museu possui comunicação por boletim eletrônico/newsletter?	[sim] [não]
		Qual a frequência das publicações?	[diária] [semanal] [mensal] [trimestral] [semestral] [anual] [não se aplica]
		Que tipo de atividades culturais são desenvolvidas?	dissertativa
		Cite pelo menos as três últimas, informando tema/público e ano	dissertativa
		Que tipo de atividades são desenvolvidas com os grupos escolares?	dissertativa
		O museu desenvolve atividades para grupos mais velhos? Quais?	dissertativa
		A instituição desenvolve ações para a comunidade local?	[sim] [não] [às vezes] [frequentemente]
		Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?	dissertativa
		Todos os objetos estão claramente identificados?	[sim] [não] [alguns]
7	Externo	Tem conhecimento da existência do curso de Museologia na UFSC em Florianópolis?	[sim] [não] [talvez]
		Já procurou algum dos profissionais da área dentro da universidade para tirar alguma dúvida?	[sim] [não]

		Sua dúvida foi atendida?	[sim] [não]
		A instituição tem conhecimento do Núcleo de Estudos Museológicos NEMU/UFSC, que atuou entre 1997 e 2011?	[sim] [não] [talvez]
		A instituição chegou a participar de alguma das oficinas oferecidas pelo Núcleo?	[sim] [não] [talvez]
		O museu é acessível para portadores de deficiência?	[sim] [não]
		Se a resposta anterior for sim, quais são atendidas?	dissertativa
		Se o museu não possui acessibilidade, existe algum projeto para mudar esta situação?	dissertativa
		A instituição desenvolve parcerias com outras instituições?	[sim] [não]
		Que tipo de parcerias? Cite pelo menos 3	dissertativa
		Se não estabelece parceria, qual motivo?	dissertativa
8	Pesquisa	A instituição elabora relatórios de pesquisa de público a partir do livro de registros?	[sim] [não]
		Estes dados ficam organizados e de fácil acesso para consulta do pesquisador?	[sim] [não]
		A instituição, através da comunicação e alcance, propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública?	[sim] [não]
9	Final	Quais são as novas necessidades da instituição?	dissertativa
		Você acredita que novos módulos do PCM deveriam ser oferecidos pelo estado?	[sim] [não] [talvez]
		Quais temas você gostaria que fossem abordados?	dissertativa
		Durante a pandemia do COVID-19, como está sendo o funcionamento das atividades da instituição?	dissertativa
		Precisou do SEM/SC durante este período?	[sim] [não]
		Sua solicitação foi atendida?	[sim] [não] [em partes]
		Você acredita que os dados dessa pesquisa podem contribuir para melhor entendimento sobre a instituição?	[sim] [não] [em partes]
		Ficou faltando algum ponto neste questionário a ser melhor explorado?	dissertativa

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO COM AS RESPOSTAS

bloco	tema	PERGUNTAS	RESPOSTAS		
		Questão	Cas a da Memória	Museu do Lixo	MHFSJ
1	apresentação	Informe o nome da instituição.	Centro de Documentação e Pesquisa Casa da Memória	Autarquia Comcap - Museu do Lixo	Museu Histórico Municipal de São José
		Qual seu nome?	Anderson Carlos Santos de Abreu	Gloria Clarice Martins	Rafael Barcelos Martins

		Qual sua formação?	Pós-doutor	Jornalista - Educadora Ambiental	Bacharel e Licenciado em História com Especialização em História da Arte
		Desde quando trabalha na instituição	Desde 2018	31 anos na Autarquia Comcap	2012
		Que função desempenha na instituição?	Coordenador da Casa da Memória	Monitora comunitária - educação ambiental	Diretor
		Sempre esteve na mesma função? Se não, fale um pouco sobre sua trajetória enquanto funcionária.	Não, antes desta função eu estava em funções administrativas.	<p>Iniciei na instituição em 1988 na primeira experiência em coleta seletiva em Florianópolis, sempre nas atividades de educação ambiental, estive afastada por oito anos (1995 a 2003) das funções e retornei em 2003, no ano que foi criado o Museu do lixo como espaço como recurso de educação ambiental e se consolidando a partir daí como espaço museal. Sempre acompanhei o museu, desde sua criação e processos para sua institucionalização, sendo gerente por quatro anos do setor ao qual ele está submetido, a divisão de Gestão Ambiental. Em 2016, com a saída da gerência, continuou na equipe de EA e acompanhando as questões técnicas de EA e do Museu, junto a equipe que atua mais precisamente nas atividades de organização, manutenção e atendimento do mesmo.</p>	Historiador e Diretor
		Desde quando a instituição está cadastrada no SEM/SC?	Desde 2004	2012	2019
2	SEM/SC	No final de 2019 o SEM/SC fez uma nova campanha de renovação do Cadastro Catarinense de Museus. Houve atualização do	sim	sim	sim

		cadastro pela instituição?			
		Se a resposta anterior foi não, diga por qual motivo?	-	-	-
		Qual o número de funcionários que compõem o quadro funcional do museu e quais cargos ocupam?	9	Os funcionários são da equipe de educação ambiental, o museu não tem funcionários exclusivos, no entanto dois estão mais à frente dos trabalhos do museu. Os cargos são auxiliares operacionais, mas exercem a função de educadores ambientais e das ações do museu.	Professor de História (Historiador) Agente Administrativo (Diretor)
		Houve participação da instituição através de algum funcionário, em alguma das oficinas oferecidas pelo SEM/SC entre os anos de 2011 e 2015, através do Programa de Capacitação Museológica (PCM)?	sim	sim	sim
		Se souber, informe nome do funcionário e qual setor fazia (e se ainda faz) parte na época	Josete	Na época a funcionária Joseane Neli Alexandre e a estagiária Paula Tonon participaram, mas não fazem mais parte da equipe atualmente	Rafael Barcelos Martins
		Qual tema foi abordado na(s) oficina(s)?	Não sei informar	Política Nacional de Museus e Plano Museológico	-
		Como foi a contribuição da(s) oficina(s) para a dinâmica de trabalho?	Não sei informar	Ajudou muito a entender a organização de um museu, elaborar proposta de estruturação do museu e iniciar a discussão de um processo de institucionalização, elaboração de projeto de captação de recursos para elaboração de plano museológico, que infelizmente não foi contemplado. O Museu do lixo existe de fato, mas não de direito, não tem ato de criação, nem suas políticas.	-

		O funcionário que participou da oficina ainda se encontra ativo na instituição?	sim	sim	sim
		Se souber responder, qual foi o período e o motivo de seu desligamento?	-	Está em atividade administrativa conforme seu cargo, em outro setor. Não é da área museológica.	-
		Já procurou o SEM/SC para buscar assessoria?	sim	sim	sim
		Sua dúvida foi sanada?	sim	sim	sim
		Como reflete a atuação do SEM/SC dentro da instituição?	Pouca participação	Foi muito positiva, ajudou a concretizar o espaço como museu e ser assim reconhecido.	Importante para a regularização das atividades museais
		Já participou de alguma palestra do projeto "Conversando sobre Museus"? O que achou?	Não, nunca participei. Não recebi convite!	Sim, até 2016 participamos ativamente das atividades do SEM, da REM dos eventos de museus, articulação com o curso de Museologia, entre outros.	Sim
3	Capacitação profissional	A instituição incentiva a capacitação dos funcionários do museu?	sim	Nos últimos anos em virtude de outras demandas de educação ambiental, não houve continuação da participação nestes eventos	sim
		Há busca por formação continuada na área museológica para os funcionários da instituição?	sim	Conforme resposta anterior não tem sido possível	sim
		Com que frequência?	Bimestral/Trimestral	Conforme resposta anterior não tem sido possível	Não se aplica
		Os funcionários participam de oficinas vinculadas às atividades desenvolvidas no museu?	Sim	Não em relação a museologia	Sim
		Quais foram as atividades de capacitação realizadas por funcionários da instituição nos últimos 3 anos?	Manutenção e limpeza de acervo	idem	Participação em Seminários e Oficinas

		Os funcionários que participaram da capacitação ainda se encontram no quadro de funcionários da instituição?	Sim	Sim	Não se aplica
		Se o(s) funcionário(s) não fizer mais parte do quadro de funcionários da instituição, diga, se souber, qual motivo de seu desligamento?	-	-	-
		Você já participou de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecidos pelo Atecor?	Não	Sim	Não
		Já houve participação, por parte de funcionários da instituição, de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecidos pelo Atecor?	Não	Sim	Não
		Existe algum funcionário responsável pelo setor de conservação do acervo?	Sim	Os dois funcionários que cuidam da organização do museu são responsáveis pela conservação do acervo, mas esse acervo vem dos resíduos, o que traz uma especificidade e dificuldades de manutenção	Não
		Este profissional possui formação e material básico para execução de suas atividades?	Sim, ele é museólogo	Não temos funcionários com formação na área museológica	Sim
4	Instituição	Diga o nome e o cargo que o responsável legal pelo Museu ocupa? E qual seu vínculo empregatício?	Felipe Andrade - Terceirizado	O responsável legal pelo museu é o presidente da Autarquia Comcap, órgão municipal de limpeza pública, no momento Engenheiro Sanitarista Lucas Arruda	Rafael Barcelos Martins - Agente Administrativo - Efetivo

		Desde quando ocupa o cargo? Informe o ano.	Desde 2019	2020	2017
		Quais as maiores dificuldades de serem sanadas dentro da instituição?	Capacitação quanto a conservação de acervos fotográficos e fonográficos	Seu reconhecimento legal, instituindo oficialmente como museu, infraestrutura, falta de plano e políticas museológicas, recursos, pessoal	Autonomia orçamentária
		Você sente necessidade de um profissional especialista em assuntos museológicos para sanar dúvidas?	Às vezes	sim	sim
		Você acha relevante a presença de um museólogo no quadro técnico da instituição?	Sim	Acho sim, porém não tem essa função no quadro do plano de cargos e salários da Autarquia	Sim
		De que forma é entendida a contribuição (ou não) deste profissional para as atividades da instituição?	Na capacitação e manutenção	Esse profissional pode contribuir na organização administrativa, organizacional e de políticas internas do museu. Pode colaborar para resolver uma questão jurídica e administrativa, que é a dificuldade de incluir o museu no organograma da instituição que tem um caráter específico.	De fundamental importância
		O Museu possui associação de amigos?	Não	Não	Não
		Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?	Estamos em processo de criação	Ele não é criado oficialmente	Falta de interesse político por parte da atual gestão de Cultura
		De quais fontes listadas abaixo o museu já recebeu recursos nos últimos 3 anos?	Editais públicos e editais privados	Nunca recebeu	Editais privados
		Em caso negativo para a maioria das últimas perguntas, qual seria a maior dificuldade encontrada?	-	Recursos humanos, financeiros e oficialização.	-
		Nos últimos 3 anos o museu apresentou projeto para	Não	Não	Não

		concorrer através da Lei Rouanet?			
		Em caso positivo, para qual setor foi destinado?	-	-	-
		Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?	Não houve projeto cadastrado pela instituição	Não ser oficializado	-
		Nos últimos 3 anos o museu apresentou algum projeto para concorrer através da Lei municipal de incentivo à cultura?	Não	Não	Não
		Em caso positivo, para qual setor foi destinado?	-	-	-
		Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?	Porque é administrado pelo município	Não ser oficializado	Não há lei de incentivo a cultura no município de São José
		Cite as 3 últimas atividades culturais e educativas que o museu realizou, informando mês/ano/tema/público?	Cidade Contada - 2019 (geral) Memórias da Quarentena - 2020 (geral) Sala de Leitura - 2020 (geral)	Aniversario do Museu, onde são realizadas apresentações culturais como música, teatro, exposições com foco no tema do museu, que é ambiental - Sempre em Setembro/ 2016, 2017, 2018/educação ambiental/crianças e adultos	Conversas no Museu Projeto Conhecer São José Cinema em pensamento
		De acordo com o momento atual da instituição, assinale abaixo o que precisa de maior atenção.	Acessibilidade, Conservação, Recursos Financeiros	Acessibilidade, Vigilância, Comunicação, Documentação, Conservação, Reserva técnica, Gestão, Recursos Financeiros, Recursos Humanos	Gestão, Recursos Financeiros, Recursos Humanos
		Com base nos últimos 3 anos, qual foi a média do orçamento anual para o museu?	Cerca de 100 mil reais	O museu não possui recurso próprio, está inserido no centro de custos da Divisão de Gestão Ambiental	Não há
5	Docu ment ação	A instituição possui regimento interno?	Sim	Não	Sim
		Se não, por qual motivo?	-	O museu não é oficial, tem apenas estudos para elaboração, mas não realizado por profissional da area	Não
		A instituição possui plano museológico?	Sim	Não	Sim

		Se não, por qual motivo?	-	O museu não é oficial, tem apenas estudos para elaboração, mas não é realizado por profissional da área. Foi iniciada uma proposta com ajuda de alunos e a partir das oficinas do SEM, mas não foi elaborado.	-
		Existe algum texto base em andamento para o Regimento Interno e Plano Museológico?	Sim	Sim	Sim
		Já foi feita a catalogação do acervo?	Sim	Não	Sim
		Como a instituição define os critérios de avaliação da peça que irá compor o acervo? Existe uma comissão avaliadora?	Sim, temos um comissão avaliadora	Os empregados responsáveis pelo museu que fazem a triagem do material de acordo com a proposta educacional do museu. A maioria do acervo vem dos resíduos da cidade, assim como toda a sua estrutura de organização física.	Não
6	Comunicação	O museu possui alguém responsável por sua comunicação externa?	Sim	Não	Não
		Se possui ou já teve alguém responsável, qual foi o retorno para a instituição?	-	A comunicação é feita pela Autarquia e pela Divisão de Gestão ambiental	-
		Qual das redes sociais abaixo o museu possui?	Instagram, Facebook,	Instagram	Facebook
		Com que frequência costuma fazer postagens? Quem gerencia a conta?	Menos de 5 vezes por semana	As redes sociais não são exclusivas do Museu, são da Autarquia	Não se aplica
		O museu possui comunicação por boletim eletrônico/newsletter?	Não	Não	Não
		Qual a frequência das publicações?	Semanal	Não se aplica	Não se aplica
		Que tipo de atividades culturais são desenvolvidas?	Diversas	Visitas agendadas por grupos, em especial escolas, oficinas de reaproveitamento de materiais, ecoarte, eventos	Exposições de curta e longa duração e projeto Conhecer São José

		Cite pelo menos as três últimas, informando tema/público e ano	Cineclub, Sala de Leitura, Cursos de História da Arte...	Apresentações teatrais e musicais - público geral - 2018 Oficinas de arte educação - professores - 2019 Visitas ao museu - 2019	Exposição de curta e longa duração e projeto Conhecer São José
		Que tipo de atividades são desenvolvidas com os grupos escolares?	Cidade Contada	Visitas guiadas com foco nas questões ambientais de resíduos sólidos	Mediação e visita ao centro histórico
		O museu desenvolve atividades para grupos mais velhos? Quais?	Não	Recebe todo tipo de público, incluindo grupos de terceira idade	Visitação
		A instituição desenvolve ações para a comunidade local?	Sim	Às vezes	Sim
		Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?	-	-	-
		Todos os objetos estão claramente identificados?	Sim	Alguns	Alguns
7	Externo	Tem conhecimento da existência do curso de Museologia na UFSC em Florianópolis?	Sim	Sim	Sim
		Já procurou algum dos profissionais da área dentro da universidade para tirar alguma dúvida?	Sim	Sim	Não
		Sua dúvida foi atendida?	Não	Sim	Não
		A instituição tem conhecimento do Núcleo de Estudos Museológicos NEMU/UFSC, que atuou entre 1997 e 2011?	Não	Sim	Sim
		A instituição chegou a participar de alguma das oficinas oferecidas pelo Núcleo?	Não	Talvez	Sim
		O museu é acessível para portadores de deficiência?	Não	Sim	Não

		Se a resposta anterior for sim, quais são atendidas?	-	rampa, portas largas	-
		Se o museu não possui acessibilidade, existe algum projeto para mudar esta situação?	Sim, temos um projeto de reforma que irá contemplar	Melhorar a acessibilidade	Não
		A instituição desenvolve parcerias com outras instituições?	Sim	Sim	Não
		Que tipo de parcerias? Cite pelo menos 3	Ministério Público, Câmara de Vereadores e SESC	De pesquisa, de educação. Floram, GTEARH08, Curso Museologia UFSC (pesquisa)	Não
		Se não estabelece parceria, qual motivo?	-	-	Falta de autonomia da instituição junto a Fundação de Cultura e Turismo
8	Pesquisa	A instituição elabora relatórios de pesquisa de público a partir do livro de registros?	Sim	Sim	Sim
		Estes dados ficam organizados e de fácil acesso para consulta do pesquisador?	Sim	Sim	Não
		A instituição, através da comunicação e alcance, propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública?	Sim	Não	Não
9	Final	Quais são as novas necessidades da instituição?	Acessibilidade	Organizacional	Maior autonomia financeira e reposição do quadro funcional
		Você acredita que novos módulos do PCM deveriam ser oferecidos pelo estado?	Sim	Sim	Sim
		Quais temas você gostaria que fossem abordados?	Já ditos em respostas anteriores	novas tipologias de museus, educação museal	Segurança em museus
		Durante a pandemia do COVID-19, como está sendo o funcionamento das atividades da instituição?	Com atividades remotas/com escala de funcionários	O museu está fechado, somente organização e manutenção interna	Fechado e funcionários em licença

	Precisou do SEM/SC durante este período?	Não	Não	Não
	Sua solicitação foi atendida?	Não	-	-
	Você acredita que os dados dessa pesquisa podem contribuir para melhor entendimento sobre a instituição?	Em partes	Sim	Sim
	Ficou faltando algum ponto neste questionário a ser melhor explorado?	Não	Houve dificuldade em dar respostas mais precisas devido o museu em foco ser diferente e muito específico, pelo fato de não ser institucional legalmente, o que não se encaixa em algumas repostas	-

APÊNDICE F - COMPARATIVO: QUESTÕES DO TCC COM O CADASTRO CATARINENSE DE MUSEUS (CCM) DE 2013

QUESTÕES APLICADAS AO TCC (2020)	Dados coletados a partir das respostas ao CCM (2013)		
Questão	Casa da Memória	Museu do Lixo	MHFSJ
Informe o nome da instituição.		Museu do Lixo da Comcap	Museu Histórico Municipal de Cultura e Turismo de São José - MHMSJ
Qual seu nome?			
Qual sua formação?			
Desde quando trabalha na instituição			
Que função desempenha na instituição?			
Sempre esteve na mesma função? Se não, fale um pouco sobre sua trajetória enquanto funcionária.			
Desde quando a instituição está cadastrada no SEM/SC?			
No final de 2019 o SEM/SC fez uma nova campanha de renovação do Cadastro Catarinense de Museus. Houve atualização do cadastro pela instituição?			
Se a resposta anterior foi não, diga por qual motivo?			

Qual o número de funcionários que compõem o quadro funcional do museu e quais cargos ocupam?	5 Agente de serviços gerais, Arquiteto, Bibliotecário, Historiador, Recepcionista)	Não possui	6 (Agente de serviços gerais, Historiador, Recepcionista, Historiador tem formação em Museologia mas não exerce, Prof de História e Geografia é sociólogo e não exerce esta função. Temos um Turismólogo, que atua no administrativo)
Houve participação da instituição através de algum funcionário, em alguma das oficinas oferecidas pelo SEM/SC entre os anos de 2011 e 2015, através do Programa de Capacitação Museológica (PCM)?			
Se souber, informe nome do funcionário e qual setor fazia (e se ainda faz) parte na época			
Qual tema foi abordado na(s) oficina(s)?			
Como foi a contribuição da(s) oficina(s) para a dinâmica de trabalho?			
O funcionário que participou da oficina ainda se encontra ativo na instituição?			
Se souber responder, qual foi o período e o motivo de seu desligamento?			
Já procurou o SEM/SC para buscar assessoria?			
Sua dúvida foi sanada?			
Como reflete a atuação do SEM/SC dentro da instituição?			
Já participou de alguma palestra do projeto "Conversando sobre Museus"? O que achou?			
A instituição incentiva a capacitação dos funcionários do museu?			
Há busca por formação continuada na área museológica para os funcionários da instituição?			
Com que frequência?			
Os funcionários participam de oficinas vinculadas às atividades desenvolvidas no museu?			
Quais foram as atividades de capacitação realizadas por funcionários da instituição nos últimos 3 anos?			
Os funcionários que participaram da capacitação ainda se encontram no quadro de funcionários da instituição?			

Se o(s) funcionário(s) não fizer mais parte do quadro de funcionários da instituição, diga, se souber, qual motivo de seu desligamento?			
Você já participou de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecidos pelo Atecor?			
Já houve participação, por parte de funcionários da instituição, de alguma edição dos cursos de conservação preventiva oferecidos pelo Atecor?			
Existe algum funcionário responsável pelo setor de conservação do acervo?			
Este profissional possui formação e material básico para execução de suas atividades?			
Diga o nome e o cargo que o responsável legal pelo Museu ocupa? E qual seu vínculo empregatício?	Valdemir Gama Bento - Gerente da Casa da Memória - cargo comissionado	Legalmente ainda não há. Tem internamente o Coordenador do Museu - Valdinei Marques - Auxiliar Operacional - Efetivo	Elenita Gerlach Koerich - Superintendente - cargo comissionado
Desde quando ocupa o cargo? Informe o ano.			
Quais as maiores dificuldades de serem sanadas dentro da instituição?			
Você sente necessidade de um profissional especialista em assuntos museológicos para sanar dúvidas?			
Você acha relevante a presença de um museólogo no quadro técnico da instituição?			
De que forma é entendida a contribuição (ou não) deste profissional para as atividades da instituição?			
O Museu possui associação de amigos?			
Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?			
De quais fontes listadas abaixo o museu já recebeu recursos nos últimos 3 anos?			
Em caso negativo para a maioria das últimas perguntas, qual seria a maior dificuldade encontrada?			
Nos últimos 3 anos o museu apresentou projetos para concorrer através da Lei Rouanet?			
Em caso positivo, para qual setor foi destinado?			
Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?			

Nos últimos 3 anos o museu apresentou algum projeto para concorrer através da Lei municipal de incentivo à cultura?			
Em caso positivo, para qual setor foi destinado?			
Em caso negativo, por qual motivo não foi feito nenhum projeto?			
Cite as 3 últimas atividades culturais e educativas que o museu realizou, informando mês/ano/tema/público?			
De acordo com o momento atual da instituição, assinale abaixo o que precisa de maior atenção.			
Com base nos últimos 3 anos, qual foi a média do orçamento anual para o museu?			
A instituição possui regimento interno?	Sim	Não	Sim
Se não, por qual motivo?			
A instituição possui plano museológico?	Não	Sim	Sim
Se não, por qual motivo?			
Existe algum texto base em andamento para o Regimento Interno e Plano Museológico?			
Já foi feita a catalogação do acervo?			
Como a instituição define os critérios de avaliação da peça que irá compor o acervo? Existe uma comissão avaliadora?			
O museu possui alguém responsável por sua comunicação externa?			
Se possui ou já teve alguém responsável, qual foi o retorno para a instituição?			
Qual das redes sociais abaixo o museu possui?	pmf franklin cascaes e instagram	blog	?
Com que frequência costuma fazer postagens? Quem gerencia a conta?			
O museu possui comunicação por boletim eletrônico/newsletter?			
Qual a frequência das publicações?			
Que tipo de atividades culturais são desenvolvidas?			
Cite pelo menos as três últimas, informando tema/público e ano			
Que tipo de atividades são desenvolvidas com os grupos escolares?			
O museu desenvolve atividades para grupos mais velhos? Quais?			
A instituição desenvolve ações para a comunidade local?			
Se a resposta anterior foi não, por qual motivo?			

Todos os objetos estão claramente identificados?			
Tem conhecimento da existência do curso de Museologia na UFSC em Florianópolis?			
Já procurou algum dos profissionais da área dentro da universidade para tirar alguma dúvida?			
Sua dúvida foi atendida?			
A instituição tem conhecimento do Núcleo de Estudos Museológicos NEMU/UFSC, que atuou entre 1997 e 2011?			
A instituição chegou a participar de alguma das oficinas oferecidas pelo Núcleo?			
O museu é acessível para portadores de deficiência?			
Se a resposta anterior for sim, quais são atendidas?			
Se o museu não possui acessibilidade, existe algum projeto para mudar esta situação?			
A instituição desenvolve parcerias com outras instituições?		Não possui parcerias com outras instituições	Universidades
Que tipo de parcerias? Cite pelo menos 3			
Se não estabelece parceria, qual motivo?			
A instituição elabora relatórios de pesquisa de público a partir do livro de registros?			
Estes dados ficam organizados e de fácil acesso para consulta do pesquisador?			
A instituição, através da comunicação e alcance, propõe pesquisas sobre seu acervo através de chamada pública?			
Quais são as novas necessidades da instituição?			
Você acredita que novos módulos do PCM deveriam ser oferecidos pelo estado?			
Quais temas você gostaria que fossem abordados?			
Durante a pandemia do COVID-19, como está sendo o funcionamento das atividades da instituição?			
Precisou do SEM/SC durante este período?			
Sua solicitação foi atendida?			
Você acredita que os dados dessa pesquisa podem contribuir para melhor entendimento sobre a instituição?			
Ficou faltando algum ponto neste questionário a ser melhor explorado?			